



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Data base: 31 de dezembro de 2009

Identificação	Magnesita Refratários S.A. , sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.684.547/0001-65, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 20842 (“Companhia”).
Sede	A sede social da Companhia está localizada na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Praça Louis Ensck, 240.
Diretoria de Relações com Investidores	A Gerência de Relações com Investidores da Companhia está localizada na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Praça Louis Ensck, 240. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Flavio Rezende Barbosa.
Auditores Independentes da Companhia	PricewaterhouseCoopers
Banco Escriturador	Banco Itaú S.A. O atendimento aos acionistas da Companhia pelo Banco Itaú S.A. é efetuado pela Gerência de Escrituração, situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, Torre Eldoro Villela, 7º andar, ou por meio do telefone (11) 5029-1925.
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas nos jornais “O Tempo”, “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais”.
Site na Internet	www.magnesita.com.br . As informações constantes da página na rede mundial de computadores (<i>website</i> na Internet) da Companhia não são partes integrantes do presente.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Companhia é efetuado pela Gerência de Relações com Investidores, na sede da Companhia, por meio do telefone (31) 3368-1069 ou correio eletrônico (ri@magnesita.com.br).

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	33
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	34
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	38
4.5 - Processos sigilosos relevantes	39
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	40
4.7 - Outras contingências relevantes	42
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	43

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	44
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	45
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	46
5.4 - Outras informações relevantes	47
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	48
6.3 - Breve histórico	49
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	51
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	54
6.7 - Outras informações relevantes	55
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	56
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	59
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	60
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	64
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	65
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	69
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	70
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	71
7.9 - Outras informações relevantes	72
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	73
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	75
8.3 - Operações de reestruturação	76
8.4 - Outras informações relevantes	78
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	79
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	83

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	86
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	97
9.2 - Outras informações relevantes	102
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	103
10.2 - Resultado operacional e financeiro	120
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	125
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	127
10.5 - Políticas contábeis críticas	128
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	131
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	132
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	133
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	134
10.10 - Plano de negócios	135
10.11 - Outros fatores com influência relevante	137
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	138
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	139
12. Assembléia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	140
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	147
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	150
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	151
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	152
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	153
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	165
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	166

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	167
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	176
12.12 - Outras informações relevantes	177

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	178
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	181
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	182
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	183
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	188
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	189
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	191
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	192
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	194
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	195
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	196
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	197
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	198
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	199
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	200
13.16 - Outras informações relevantes	201

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	202
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	204
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	205

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	206
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	207
15.3 - Distribuição de capital	215
15.4 - Organograma dos acionistas	216
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	217
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	230
15.7 - Outras informações relevantes	231
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	232
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	233
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	237
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	238
17.2 - Aumentos do capital social	239
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	242
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	243
17.5 - Outras informações relevantes	244
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	245
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	246
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	248
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	249
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	250
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	251

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	252
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	253
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	254
18.10 - Outras informações relevantes	255
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	256
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	257
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	258
19.4 - Outras informações relevantes	259
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	260
20.2 - Outras informações relevantes	261
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	262
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	263
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	264
21.4 - Outras informações relevantes	265
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	266
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	267
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	268
22.4 - Outras informações relevantes	269

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Flávio Rezende Barbosa

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Código CVM do auditor	287-9
Nome/Razão social do auditor	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ do auditor	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/03/2009
Nome do responsável técnico	ANIBAL MANOEL GONÇALVES DE OLIVEIRA
CPF do responsável técnico	851.939.507-44
Endereço	Rua dos Inconfidentes, 1190, Funcionarios, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-120, Telefone (31) 32691551, Fax (31) 32616950, e-mail: calf.brasil@br.pwc.com
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis anuais e consolidadas, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total recebida pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis prestado anuais e consolidadas e dos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros, foi de R\$ 461 mil para auditar as unidades da América do Sul, € 240 mil para auditar as unidades da Europa, US\$ 120 mil para auditar as unidades da América do Norte e US\$ 100 mil para auditar as unidades da Ásia.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não há outras informações relevantes.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Patrimônio Líquido	2.219.692.000,00	2.113.171.000,00	814.045.000,00
Ativo Total	4.966.274.000,00	5.563.975.000,00	2.320.148.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.926.568.000,00	1.466.125.000,00	1.198.560.000,00
Resultado Bruto	626.904.000,00	549.268.000,00	451.788.000,00
Resultado Líquido	-29.685.000,00	-53.861.000,00	108.474.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	257.954.378	213.873.448	869.000.000.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	8,600000	8,850000	0,940000

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$1.000	2009	2008	2007*
Lucro (prejuízo) do período	(29.685)	(53.861)	108.474
(+) Receitas (despesas) financeiras	238.679	139.125	(5.611)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	28.688	(14.044)	47.721
(+) Participação de acionistas minoritários	1.541	6	(1.658)
(=) Resultado Operacional – Lajir (Ebit)	239.223	71.226	148.926
(+) Depreciação/Amortização	125.789	323.647	51.739
(=) Lajida (Ebitda)	365.012	394.873	200.665

* Dados da Magnesita S.A. (para um histórico do emissor, veja o item 6.3)

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. Além disso, a Companhia entende que o EBITDA, por ser um indicador financeiro que não considera a influência da estrutura de capital da Companhia, dos tributos, amortizações, depreciações, dentre outras influências contábeis, para a avaliação de resultado, reflete de forma mais adequada o seu fluxo de caixa e desempenho operacional.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes que possam alterar substancialmente as demonstrações contábeis de 31/12/2009.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4.Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2009	2008	2007*
a. Regras sob retenção de lucros	<p>De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido ajustado, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração, conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos”, observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e,</p>	<p>De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido ajustado, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos”, observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e,</p>	<p>Conforme previsto no estatuto social da Magnesita S.A., 5% do lucro líquido ajustado deve ser retido para constituição da reserva legal, obedecidos os limites estabelecidos na Lei 6.404/76. O remanescente do lucro líquido ajustado deve ser colocado à disposição da assembléia geral, que deve resolver sobre sua aplicação da seguinte forma (i) decidindo relativamente à formação de reservas admitidas pela lei e (ii) resolvendo enfim sobre a destinação a ser dada ao saldo eventualmente existente.</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	uma vez atingido esse limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.	uma vez atingido esse limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.	
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.	O estatuto social da Magnesita S.A. prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.
c. Periodicidade da distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia permite que a Companhia levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.	O estatuto social da Companhia permite que a Companhia poderá levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.	O estatuto social da Magnesita S.A. permite que a referida companhia levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais,	O Contrato de Financiamento à Exportação Sênior (<i>Senior Export Facility Agreement</i>), celebrado em 16/09/2009, no valor principal de US\$ 300 milhões, entre Magnesita Administration GMBH, na qualidade de	O Contrato de Financiamento à Exportação Sênior (<i>Senior Export Facility Agreement</i>), celebrado em 31/10/2008, no valor principal de US\$ 475 milhões, entre Magnesita Administration GMBH, na qualidade de	Não há

3.4 - Política de destinação dos resultados

administrativas ou arbitrais	devedora, a emissora, na qualidade de garantidora, JP Morgan Chase Bank, N.A., na qualidade de agente, o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. e outras partes, cujos recursos foram utilizados para pagamento antecipado do contrato de 31/10/2008, como regra geral, restringia o pagamento de dividendos pela emissora, exceto na medida em que tal pagamento não excedesse o mínimo exigido por lei para determinado exercício social.	devedora, a emissora, na qualidade de garantidora, JP Morgan Chase Bank, N.A., na qualidade de agente, e outras partes, como regra geral, restringia o pagamento de dividendos pela emissora, exceto na medida em que tal pagamento não excedesse o mínimo exigido por lei para determinado exercício social.	
------------------------------	---	---	--

** Dados da Magnesita S.A.*

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008	Exercício social 31/12/2007
Lucro líquido ajustado	0,00		102.532.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000		26,310000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000		2,100000
Dividendo distribuído total	0,00		17.453.182,93
Lucro líquido retido	0,00		70.790.368,76
Data da aprovação da retenção			17/03/2008

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00					
Juros Sobre Capital Próprio						
Preferencial	Preferencial Classe A				12.174.001,92	19/03/2008
Preferencial	Preferencial Classe C				571.838,70	19/03/2008
Ordinária					4.707.342,31	19/03/2008

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2009, 31/12/2008 e 31/12/2007 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	2.730.448.000,00	Índice de Endividamento	1,23000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	6.402.000,00	250.905.000,00	250.669.000,00	0,00	507.976.000,00
Quirografárias	357.251.000,00	595.773.000,00	315.711.000,00	5.719.000,00	1.274.454.000,00
Total	363.653.000,00	846.678.000,00	566.380.000,00	5.719.000,00	1.782.430.000,00

Observação

As informações do quadro acima se referem à posição de 31/12/2009 e são prestadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. Não obstante, somente foram consideradas como dívidas com garantia real aquelas dívidas da Emissora e/ou de suas controladas que contem com garantia real sobre os ativos da Emissora, sendo todas as demais enquadradas como dívidas quirografárias.

3.9 - Outras informações relevantes

3.9.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 30 de março de 2010, a Companhia emitiu títulos de dívida, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH (“Rearden”), que estão sendo negociados na bolsa de Luxemburgo, no valor de US\$ 400 milhões, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, pagos semestralmente. Os títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Mag-Sé Participações Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior.

Os recursos captados por meio da oferta foram utilizados principalmente para pagamento integral da dívida da Companhia de que trata o *Senior Export Facility Agreement* celebrado com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. em 16/9/2009, no valor principal de US\$ 300 milhões.

Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com o *U.S. Securities Act* de 1933, ou com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados de acordo com a *Rule 144A do Securities Act*, e fora dos Estados Unidos a investidores não-americanos de acordo com a *Regulation S*.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Nós temos montantes significativos de dívidas com vencimento em cada um dos próximos quatro anos, e podemos não ser capazes de garantir refinanciamento em termos favoráveis ou mesmo qualquer refinanciamento. Além disso, temos cláusulas restritivas em nosso endividamento atual, o que também pode prejudicar nossa flexibilidade financeira e operacional. Além disso, apesar da montante significativo de nossa dívida, ainda assim podemos ser capazes de contrair substancialmente mais dívidas, o que poderia agravar ainda mais os riscos associados à nossa substancial alavancagem.

Atualmente, temos um montante substancial de endividamento. Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos, direta ou indiretamente, R\$ 1.782,4 milhões de dívida líquida total, incluindo mark-to-market líquido de nossos contratos de hedge. De nossa dívida total em 31 de dezembro de 2009, R\$ 363,7 milhões constituíam dívida de curto prazo (incluindo a parcela atual de dívida de longo prazo) e R\$ 1.418,8 milhões de dívida de longo prazo. Temos montantes significativos de dívida com vencimento nos próximos anos: em 31 de dezembro de 2009, tínhamos uma dívida com valor principal agregado de aproximadamente R\$ 265,4 milhões com vencimento em 2010, R\$ 316,2 milhões com vencimento em 2011, R\$ 304,7 milhões com vencimento em 2012 e R\$ 303,4 milhões com vencimento em 2013.

Além disso, nossos principais contratos financeiros contém covenants afirmativos e negativos que restringem nossa capacidade e a de nossas subsidiárias de tomar determinadas medidas. Tais contratos limita nossa capacidade e a de nossas subsidiárias "de incorrer em dívida adicional, pagar dividendos ou fazer outras distribuições, realizar determinados investimentos, criar gravames, celebrar determinados tipos de transação com afiliadas, vender determinados ativos ou fundir-se com outras empresas ou por elas ser incorporada, e permiti restrições à capacidade de nossas subsidiárias de declarar dividendos. A inobservância de qualquer destes acordos resultaria em uma violação contratual, que poderia, por sua vez, fazer com que todos os montantes devidos nos termos dos referidos documentos de dívida se tornassem imediatamente exigíveis. Por exemplo, no ano de 2009, deixamos de cumprir determinados covenants nos termos de alguns contratos de financiamento, e obtivemos anuências de nossos credores, sem as quais teríamos antecipado o vencimento de nossas obrigações no âmbito dos contratos de financiamento. Os convenats restritivos podem limitar nossa capacidade de operar nossos negócios e impedir ou limitar nossa capacidade de melhorar nossas operações ou aproveitar oportunidades de negócio que venham a surgir.

Além disso, nós e nossas subsidiárias podemos ser capazes de incorrer em dívidas substanciais adicionais, incluindo dívida garantida, no futuro. Nossos contratos vão nos restringir, mas não impedir completamente, de fazê-lo. Na hipótese de novas dívidas ou outras responsabilidades serem acrescentadas aos nossos atuais níveis de endividamento, os riscos correlatos que ora enfrentamos podem aumentar.

Historicamente, tratamos nossas necessidades de liquidez (incluindo os fundos necessários para efetuar pagamentos programados de principal e juros, refinarciar dívidas e custear capital de giro e despesas de capital previstas) com fluxo de caixa operacional, empréstimos com linhas de crédito, recursos de dívida e ofertas de ações e recursos provenientes da venda de ativos. Os mercados de crédito globais têm passado recentemente por uma significativa volatilidade de preços,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

deslocamentos e quebra de liquidez, fazendo com que os spreads no mercado e o refinanciamento de dívidas ampliassem consideravelmente. Essas circunstâncias provocaram um impacto significativo na liquidez dos mercados financeiros, tornando as condições para financiamento substancialmente menos atraentes e, em vários casos, resultaram na indisponibilidade de certos tipos de financiamento. Esta volatilidade e falta de liquidez afetaram negativamente uma ampla gama de títulos de renda fixa. Como resultado, o mercado de títulos de renda fixa experimentou uma redução de liquidez, aumento da volatilidade dos preços, eventos de retração do crédito e maior inadimplência. Esses fatores e as contínuas perturbações do mercado tiveram, e podem continuar a ter, um efeito adverso sobre nós, incluindo nossa capacidade de refinar dívidas. Além disso, a contínua incerteza nos mercados de capital e de crédito pode impactar negativamente nossa capacidade de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazo, o que afetaria negativamente nossa liquidez e situação financeira.

Nossos acordos de financiamento incluem covenants importantes, incluindo covenants para manter índices financeiros. Qualquer inadimplência decorrente da violação desses covenants poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Figuramos como parte em vários contratos de financiamento que nos obrigam a manter certos índices financeiros ou cumprir outros *covenants* específicos. São exemplos desses índices financeiros e *covenants*:

- a manutenção da dívida líquida consolidada máxima no índice EBITDA; e
- a manutenção do EBITDA consolidado mínimo nos índices de despesas financeiras líquidas.

Uma inadimplência nos nossos contratos de financiamento que não tenha anuência de nossos respectivos credores pode resultar em uma decisão, por parte desses credores, no sentido de antecipar o vencimento do saldo da dívida em questão. Isso também pode antecipar o vencimento de outras dívidas em razão da previsão de *cross-default* em outros contratos de financiamento. No ano de 2009, obtivemos anuência de nossos credores, sem as quais teríamos violado determinados *covenants* financeiros em nossos contratos de financiamento, o que poderia ter resultado na antecipação do vencimento de nossas obrigações nos termos de tais contratos.

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagar o saldo total em aberto nos termos de nossos contratos de financiamento, quer em suas respectivas datas de vencimento, quer em uma eventual antecipação de pagamentos em caso de inadimplência. Se tais eventos ocorrerem, nossa situação financeira será prejudicada.

Podemos não conseguir adotar o modelo de negócio denominado CPP – Cost per Performance fora do Brasil, o que poderia afetar adversamente nossas perspectivas futuras de negócio.

Nosso modelo CPP se concentra na qualidade do produto e oferece soluções integradas de refratários aos processos industriais de produtores de aço. Atualmente, utilizamos o modelo CPP predominantemente para os clientes da indústria siderúrgica no Brasil. Como parte de nossa estratégia após a aquisição da LWB, pretendemos oferecer o modelo CPP aos clientes da indústria siderúrgica fora do Brasil, incluindo Europa, Estados Unidos e China. No entanto, se não tivermos sucesso na implantação do modelo CPP fora do Brasil, nossas perspectivas de negócios futuros poderão ser afetadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de perceber os benefícios esperados de nossas aquisições passadas ou futuras, algumas das quais podem ter um impacto significativo sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

No passado, fizemos, e poderemos fazer no futuro, aquisições significativas que envolveram riscos, tais como:

- o fracasso dos negócios adquiridos em alcançar os resultados esperados;
- a possível incapacidade para manter ou contratar pessoas-chave nas empresas adquiridas;
- a possível incapacidade de alcançar esperadas sinergias e/ou economias de escala; e
- passivos imprevistos

Nossa capacidade de perceber os benefícios esperados das aquisições depende, em grande parte, da nossa capacidade de integrar as operações adquiridas às nossas operações existentes em pouco tempo e de forma eficaz. Esses esforços podem não ser bem sucedidos.

Se nós não tivermos sucesso em perceber os benefícios esperados de aquisições passadas ou futuras, ou se integrar as operações adquiridas com as operações existentes nos levar a incorrer em custos inesperados, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

A volatilidade do preço do real e outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro poderá afetar adversamente nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

Somos afetados por flutuações do real e de outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro. Uma parcela significativa de nossa receita líquida é denominada em dólares e euros sendo uma parte substancial de nossa dívida denominada na moeda norte-americana. Alterações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos em nossa dívida líquida em dólar e contas a pagar. Mudanças nas taxas de câmbio resultaram em um ganho cambial líquido da ordem de R\$ 24,9 milhões em 2009, e um ganho cambial líquido de R\$ 61,2 milhões em 2008. Além disso, a volatilidade dos preços do real (e de algumas outras moedas) frente ao dólar e ao euro afeta nossos resultados, uma vez que a maioria dos nossos custos em relação aos produtos vendidos, é denominado em reais, enquanto uma parcela significativa de nossas receitas está denominada em dólares ou em euros. Flutuações de moeda corrente deverão continuar a afetar nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Uma volatilidade significativa nos preços da moeda também pode resultar em inquietação dos mercados de câmbio de determinados países, além de poder limitar nossa capacidade de transferir ou converter tais moedas em dólares ou euros e outras moedas, no intuito de efetuar o pagamento tempestivo de juros e do principal de nossa dívida. Os governos de determinados países para os quais exportamos podem instituir políticas cambiais restritivas no futuro.

Nossos negócios podem ser afetados adversamente por riscos relacionados a atividades de hedge.

Nós regularmente realizamos transações de hedge entre moedas.

Estamos expostos a possíveis mudanças no valor dos nossos instrumentos derivativos principalmente devido a flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Estas flutuações podem resultar de mudanças nas condições econômicas, no sentimento dos investidores, e de políticas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

monetárias e fiscais, da liquidez dos mercados globais, de eventos políticos internacionais e regionais e de atos de guerra ou terrorismo. Por exemplo, no ano de 2009, sofremos perdas no valor de R\$ 47,4 milhões devido à valorização do real frente ao dólar norte-americano.

Além disso, pelo fato de contabilizarmos nossos instrumentos de derivativos pelo método mark-to-market, em conformidade com o Brazilian GAAP, o valor mark-to-market de tais instrumentos pode aumentar ou diminuir, antes da data de sua liquidação e, por conseguinte, podemos incorrer em perdas não realizadas devido a fatores além do nosso controle, incluindo alguns dos fatores descritos acima.

Resultados desfavoráveis em litígios pendentes podem afetar negativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos envolvidos em diversos processos judiciais decorrentes de nossas atividades normais, incluindo ações de natureza cível, tributária e trabalhista, além de procedimentos administrativos e ambientais. Em 31 de dezembro de 2009, figuramos como parte em vários processos judiciais e administrativos relativos a questões trabalhistas, cíveis, ambientais e fiscais, cujo montante total de perdas estimadas como prováveis, possíveis e remotas chegava a R\$ 180,1 milhões. Fazemos nossas provisões para processos judiciais e administrativos em conformidade com os princípios contábeis convencionais. Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos provisões de R\$ 114,8 milhões para perdas em relação a esses processos. Um resultado desfavorável em qualquer dessas ações poderia afetar adversamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Se não formos capazes de proteger nossa propriedade intelectual, nossa posição competitiva pode sofrer.

Proteger nossa propriedade intelectual é fundamental para o nosso negócio. Como a maioria dos participantes da indústria de refratários, nós, no passado, nos baseávamos sobretudo na proteção de direitos autorais e segredos comerciais para nossas informações confidenciais. Entretanto, não se pode garantir que segredos comerciais e outras informações confidenciais não sejam divulgados, ou que outros não desenvolverão, de forma independente, informações técnicas substancialmente equivalentes ou, de outra forma, tenham acesso aos nossos segredos de comércio e outras informações e os divulguem. Mesmo que nossa tecnologia possa ser específica quanto ao uso de determinadas matérias-primas ou equipamentos que podem não estar prontamente disponíveis para concorrentes e terceiros, não é possível garantir que sejamos capazes de proteger nossos direitos autorais, segredos comerciais ou outras informações com eficácia. Se não pudermos obter, manter ou fazer valer os direitos de propriedade intelectual, nossos concorrentes podem ser capazes de oferecer produtos similares aos nossos, ameaçando nossa posição competitiva e prejudicando nossos resultados.

Além da proteção dos direitos autorais e segredos comerciais, dependemos de patentes relacionados às composições de produtos minerais ou processos de produção, muito embora nossas patentes estejam em geral restritas a determinados equipamentos específicos e formas especiais de refratários. O direito de patentes relacionado ao âmbito das reivindicações nas áreas em que atuamos ainda está evoluindo e a extensão da proteção futura é altamente incerta, de modo que não podemos garantir que esses direitos, que ora detemos ou venhamos a deter, sejam valiosos. Futuramente, outras pessoas podem depositar pedidos de patente idênticos ou semelhantes aos nossos ou de nossos licenciadores. Para determinar a prioridade das invenções, teremos de participar de processos que podem resultar em custos substanciais em honorários e afetar significativamente o

4.1 - Descrição dos fatores de risco

âmbito da nossa proteção de patente. Não podemos assegurar que desses pedidos de patentes, nenhum terá prioridade sobre os nossos pedidos. Além disso, nossa propriedade intelectual pode ser objeto de importantes processos administrativos e contenciosos, tais como oposição contra nossas patentes em diferentes jurisdições. Nós poderemos ou não optar por buscar uma ação judicial ou interferência contra aqueles que tenham infringido nossas patentes, ou usado nossos processos patenteados sem autorização, devido ao compromisso associado de custos e tempo de acompanhamento destas ações. Caso não consigamos proteger ou fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual com êxito, nossa posição competitiva pode sofrer, prejudicando nossos resultados operacionais. Ações judiciais para fazer valer nossos direitos de patente podem ser custosas e desviar um tempo de administração significativo. Além disso, essas ações judiciais poderiam ser perdidas e também resultar na anulação de nossas patentes ou na conclusão de que elas são inexequíveis.

Podemos estar sujeitos a ações trabalhistas que podem nos afetar adversamente.

A maioria dos nossos empregados é representada por sindicatos ou outras organizações similares e coberta por convenções coletivas ou acordos semelhantes, sujeitos a renegociação periódica. No passado, passamos por breves diminuições do trabalho. Além disso, podemos não concluir com êxito nossas negociações trabalhistas em termos satisfatórios, o que pode resultar em um aumento significativo do custo de mão-de-obra, paralisações ou distúrbios trabalhistas que interrompam nossas operações. Qualquer aumento de custos, tais como paralisações ou distúrbios, podem nos afetar de maneira significativa.

Podemos ser afetados adversamente por aumento no custo de eletricidade e combustível e por interrupções no fornecimento de energia.

Várias etapas do nosso processo de produção (em especial a produção de grãos eletrofundidos) requerem quantidades substanciais de energia elétrica, e aumento no custo da eletricidade poderia, portanto, afetar adversamente nossos resultados operacionais. Os preços da eletricidade podem ser sujeitos a alterações devido a, entre outras causas, novas leis ou regulamentos, imposição de novos impostos ou tarifas ou alterações dos impostos ou tarifas existentes, interrupções na produção por parte dos fornecedores, níveis de preços globais e condições de mercado. Em 2009, satisfizemos 94% das nossas necessidades de eletricidade através da compra de eletricidade de empresas de energia elétrica a preços de mercado vigentes e 6% através de nossos geradores termelétricos.

Nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível, em especial petróleo e gás. Os custos com combustíveis representaram 10,3% dos nossos custos totais de produção em 2009 e são um componente importante de nossas operações, especialmente das nossas usinas de sinterização em Brumado e nossos geradores elétricos em Contagem e Brumado. Os custos de combustível também afetam indiretamente outras áreas do nosso negócio, como nossa logística e operações de mineração. Não só o fornecimento, como também o preço dos combustíveis, é impossível de prever, tendo em vistas o preço recorde dos combustíveis entre 2005 e 2007, aumentando em 2008 para um novo patamar recorde. Se não formos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento do preço dos combustíveis, o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

Flutuações nos custos de transporte podem prejudicar nossa capacidade de fornecimento de produtos aos nossos clientes.

Os custos de transporte representam uma parcela significativa de nossos custos no que diz respeito à

4.1 - Descrição dos fatores de risco

exportação de nossos produtos; uma parte dos quais é repassada aos nossos clientes. Nossos custos de transporte são, portanto, um fator de suma importância nas decisões de compra dos clientes. Aumentos nos custos de transporte podem fazer com que os refratários que produzimos sejam menos competitivos do que os produzidos por nossos concorrentes, cujas instalações são geograficamente mais próximas aos consumidores, bem como fazer com que os minerais industriais vendidos por nós sejam menos competitivos do que os vendidos por fornecedores localizados geograficamente mais próximos dos consumidores.

No entanto, reduções significativas dos custos de transporte podem resultar em aumento da concorrência, no Brasil, entre os produtores de refratários e empresas de mineração de outras partes do mundo. Esse aumento na concorrência nacional poderia ter um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Estamos particularmente sensíveis aos aumentos dos custos, já que não temos acordos de longo prazo com terceiros prestadores de serviços de logística.

A interrupção de serviços de transporte e logística pode limitar nossa capacidade de entregar nossos produtos aos nossos clientes.

Dependemos, sobretudo, de ferrovias, caminhões e navios para entregar nossos produtos. A interrupção de qualquer desses serviços devido a problemas meteorológicos, dificuldades mecânicas, desastres naturais, colisões, greves (tanto pelos nossos próprios empregados quanto pelos empregados das empresas com as quais fazemos negócios, tais como o porto ou os armadores), bloqueios, gargalos ou outros eventos, podem temporariamente, prejudicar a nossa capacidade de fornecer nossos produtos, resultando em menos remessas. Algumas de nossas minas dependem de uma única transportadora ou de uma única forma de transporte, em relação à qual não contamos com acordos de longo prazo, apenas ordens de serviço por tempo limitado. Portanto, uma greve local com relação a uma dessas formas de transporte ou a não renovação de uma ordem de serviço pode nos impedir de transportar materiais para as nossas instalações de produção ou aos nossos clientes. Falhas mecânicas, eventos naturais, como raios ou inundações, ou atos de vandalismo ou sabotagem podem fazer com que determinados tipos de transporte se tornem inoperantes, interrompendo ou impedindo, assim, o transporte. Estes e outros eventos poderiam prejudicar nossa capacidade, ou a dos nossos transportadores, fornecer produtos, o que resultaria em menos receita para nós. Níveis mais baixos de remessa por longos períodos pode levar nossos clientes a suprir suas necessidades por meio de outros fornecedores, o que afetaria negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A produção de refratários está sujeita a riscos, como acidentes que podem afetar nossas operações e nos levar a incorrer em passivos significativos, custos elevados de reparo e/ou perda de receita líquida.

Nossas operações estão sujeitas a riscos, como incêndios, explosões, falhas mecânicas, faltas de energia, vazamentos descontrolados ou liberação de substâncias perigosas, bem como outros acidentes relacionados com a mineração e fabricação de materiais refratários. Esses riscos podem resultar em lesões e na perda de vidas, danos significativos ao ativo fixo e a equipamentos, ou a destruição dos mesmos, além de contaminação ambiental. Não podemos eliminar totalmente os riscos inerentes aos processos de mineração e produção. Além disso, as apólices de seguros que mantemos podem não ser suficientemente amplas para cobrir todos os perigos ou riscos que estamos sujeitos ou fornecer cobertura para todas as nossas perdas. Um acidente significativo em uma de nossas minas ou fábricas pode nos forçar a suspender temporariamente uma parte de nossas operações ou todas elas, podendo ainda resultar em custos de reparação consideráveis ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

reclamações de perdas e danos, além de perda da nossa receita líquida que podem não ser cobertos por nossas apólices de seguros. Adicionalmente, caso tenhamos de suspender qualquer uma de nossas operações temporariamente, nossos concorrentes teriam a oportunidade de fornecer aos nossos clientes produtos e serviços que, de outra forma, nós forneceríamos.

Nossos recursos minerais podem não ser convertidos em reservas viáveis.

A produção de muitos dos nossos produtos depende da nossa capacidade de extrair quantidades suficientes de minerais de alta qualidade de nossas minas próprias. Embora nos dediquemos a extensas pesquisas geológicas para estimar a quantidade e qualidade de nossas reservas minerais, podemos não ser capazes de converter nossos recursos e depósitos em reservas efetivamente viáveis.

Há muitas incertezas inerentes à estimativa de quantidade e qualidade de reservas, incluindo vários fatores que escapam ao nosso controle. A engenharia de recursos é um processo subjetivo utilizado na estimativa de depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser medidos com precisão, e a precisão de qualquer estimativa de recursos é o resultado da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação de engenharia geológica. A precisão dessas estimativas poderia ser ainda mais importante se procurarmos vender algumas das nossas reservas, já que isto reduziria a vida útil dos depósitos minerais que se encontram disponíveis.

As estimativas de diferentes engenheiros podem mudar e, conseqüentemente, os resultados de nossas atividades de mineração e produção após a data de uma estimativa podem requerer uma revisão. As estimativas de quantidade e qualidade dos recursos e da vida útil das minas serão revistas com base na experiência produtiva atual e de outros fatores, e as estimativas anteriores não podem ser convertidas em recursos e reservas. Por exemplo, as flutuações no preço de mercado de minerais industriais, taxas de recuperação reduzidas, custos de produção mais elevados decorrentes da inflação e de outros fatores podem resultar em recursos e reservas que já não são economicamente viáveis de explorar e em recursos materialmente menos significativos e de qualidade inferior aos indicados anteriormente. Se não formos capazes de desenvolver, renovar ou substituir esses recursos, nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

As condições econômicas e políticas brasileiras e as percepções dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre nossos negócios e o nosso acesso ao capital internacional e mercados de dívida, podendo afetar adversamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Realizamos quantidade substancial de nossas operações no Brasil, e vendemos boa parte dos nossos refratários, minérios e serviços para consumidores no país. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, 42,9% da nossa receita líquida foram obtidos no Brasil. Assim, nossa condição financeira e nossos resultados de operações dependem substancialmente das condições econômicas no Brasil. O produto interno bruto do Brasil, ou PIB, em termos reais, cresceu 5,4% em 2007, 5,1% em 2008 e estima-se que tenha recuado 0,2% em 2009. Não podemos garantir que o PIB irá aumentar ou manter-se estável no futuro. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do país e, conseqüentemente, o consumo de refratários e minerais. Como resultado, esses acontecimentos poderiam prejudicar as nossas estratégias de negócios, os resultados das operações ou a situação financeira.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia nacional e ocasionalmente institui modificações significativas nas políticas e regulamentações. Nossos negócios, juntamente com

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como fatores econômicos de caráter geral, tais como:

- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio;
- políticas monetárias;
- taxas de inflação;
- instabilidade dos preços das commodities;
- instabilidade econômica e social;
- quedas de energia elétrica;
- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior;
- liquidez do mercado doméstico de capitais e empréstimos;
- restrições às exportações;
- política fiscal; e
- outras atitudes ou evoluções políticas, diplomáticas, econômicas e sociais no Brasil ou que venham a afetá-lo.

Historicamente, o cenário político do país tem influenciado o desempenho da economia brasileira e a crise política afetou a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Flutuações no valor do real frente ao dólar dos EUA e ao euro pode nos afetar adversamente e o mercado brasileiro de valores mobiliários.

Pelo fato de uma parcela significativa de nossa receita e ativos ser denominada em reais e de termos dívidas e outras responsabilidades denominadas em dólares, podemos ser afetados por futuras desvalorizações do real frente ao dólar. A moeda brasileira vem sendo desvalorizada periodicamente durante as últimas quatro décadas.

A maioria de nossos custos de produção e despesas operacionais está em reais e, em geral, tende a aumentar, quando expressos em dólares ou euros, como resultado da valorização da moeda local. Se a taxa de inflação brasileira aumentar mais rápido do que a taxa de valorização do dólar ou do euro face ao real, então, se expressas em dólares ou euros, nossas despesas operacionais podem aumentar. Além disso, qualquer desvalorização significativa do real pode produzir perdas cambiais sobre dívida sem hedge denominada em moeda estrangeira.

O real valorizou 20,7% frente ao dólar em 2007 e desvalorizou 24,2% em 2008. A moeda brasileira valorizou 34,2% frente ao dólar dos EUA em 2009 e 31,3% no período de 12 meses encerrado em 28 de fevereiro de 2010.

O real valorizou 8,1% face ao euro em 2007 e desvalorizou 19,4% em 2008, ao passo que, em 2009, valorizou 29,1% frente ao euro e 22,5% no período de 12 meses encerrado em 28 de fevereiro de 2010.

O Banco Central interveio ocasionalmente para controlar movimentos instáveis nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central vai continuar a permitir a livre flutuação do real. Assim, não é possível prever o impacto que a política cambial do governo brasileiro terá sobre nós. Não podemos garantir que o governo brasileiro, no futuro, não venha a impor uma banda na qual as taxas de câmbio real/dólar ou real/euro possam flutuar ou instituir taxas de câmbio fixas, tampouco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

podemos prever o impacto que um evento como esse poderia ter sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no país, e surtir efeitos adversos sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Historicamente, o Brasil enfrentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, teve efeitos negativos consideráveis sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 3,8% em 2006, 7,7% em 2007 e 9,8% em 2008, comparado a 1,7% em 2009, medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado, ou IGP-M, divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas. Nossos custos de caixa e despesas operacionais são substancialmente denominados em reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que nossos fornecedores geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. Se a taxa de inflação brasileira aumentar mais rápido do que qualquer taxa de valorização do dólar, então, já que expressas em dólares, nossas despesas operacionais podem aumentar. Além disso, uma inflação alta geralmente leva ao aumento das taxas de juros domésticas e, por conseguinte, nossos custos de dívida denominada em reais podem aumentar.

As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária rigorosa, com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as medidas para combater a inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, portanto, minar a confiança do investidor no país, impactando a nossa capacidade de acessar os mercados de capitais internacionais.

O Brasil poderá enfrentar altos níveis de inflação futuramente, o que pode impactar a demanda interna por nossos produtos. As pressões inflacionárias também podem restringir nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros e levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que venham a afetar substancialmente o desempenho geral da economia brasileira, as quais, por sua vez, podem nos afetar de maneira significativa.

Flutuações nas taxas de juros poderiam aumentar o custo do serviço da nossa dívida e afetar negativamente nosso desempenho financeiro geral.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças nas taxas de juros, como o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e a LIBOR - London Interbank Offered Rate. A taxa CDI flutuou significativamente no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Por exemplo, a taxa CDI passou de 13,3% ao ano em 31 de dezembro de 2006 para 11,3% em 31 de dezembro de 2007, tendo, em seguida, aumentado para 13,8% em 31 de dezembro de 2008. A taxa de CDI em 31 de dezembro de 2009 foi de 8,6%. Devido à crise econômica dos EUA, as taxas Libor também flutuaram e diminuíram nos últimos meses em resposta à política monetária do Federal Reserve, o Banco Central norte-americano. Um aumento significativo das taxas de juros, em particular a CDI, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossas despesas financeiras e afetar negativamente nosso desempenho financeiro global. Por outro lado, uma redução significativa na taxa do CDI ou da LIBOR poderá afetar negativamente as receitas financeiras provenientes de nossas atividades de investimento.

Condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os em desenvolvimento, podem

4.1 - Descrição dos fatores de risco

afetar significativa e adversamente a economia brasileira e, portanto, o valor de mercado das nossas ações.

O mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, as condições de mercado em outros países, como a América Latina e países em desenvolvimento. Muito embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores ao desenvolvimento em um deles pode fazer com que o mercado de capitais dos demais venham a flutuar. As evoluções ou condições em outros países, como os em desenvolvimento, por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil, bem como limitou o acesso aos mercados de capitais internacionais, o que pode afetar, de maneira adversa e considerável, a nossa capacidade de contrair empréstimos a uma taxa de juros aceitável ou aumentar o capital quando, e se houver, necessidade para tanto, ou mesmo o preço de mercado das nossas ações.

Existem diferenças significativas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos e o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Elaboramos nossas demonstrações financeiras de acordo com Brazilian GAAP, que difere, em certos aspectos, do U.S. GAAP e do IFRS. Por conseguinte, as informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência podem diferir significativamente daquelas preparadas de acordo com o U.S. GAAP e o IFRS ou com as normas contábeis de outros países. Fizemos o possível para identificar ou quantificar o impacto dessas diferenças. A CVM determinou que companhias abertas devem adotar a IFRS para as demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive. Assim, as nossas demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive, serão distintas daquelas incluídas no presente Formulário de Referência. Além disso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu recentemente normas contábeis que modificam o Brazilian GAAP, a fim de alinhá-lo o máximo possível com o IFRS. As demonstrações financeiras das sociedades controladoras da Magnesita Refratários S.A. a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive, serão elaboradas em conformidade com as novas normas contábeis. Não foi elaborada qualquer conciliação de nossas demonstrações financeiras em Brazilian GAAP com o U.S. GAAP dos EUA ou o IFRS. Não se pode garantir que a conciliação não identificaria diferenças quantitativas relevantes entre as nossas demonstrações financeiras em Brazilian GAAP e tais demonstrações financeiras preparadas com base no U.S. GAAP ou no IFRS. Ao tomarem uma decisão de investimento, os investidores devem confiar em seu próprio exame da Magnesita. Os investidores em potencial devem consultar seus próprios consultores profissionais a fim de obterem uma compreensão das diferenças entre o Brazilian GAAP, o U.S. GAAP e o IFRS, e como essas diferenças podem afetar as informações financeiras contidas no presente documento.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses de nossos acionistas controladores podem entrar em conflito com os dos demais acionistas.

Atualmente somos controlados por veículos de investimento controlados pela GP Investments, Grupo Rhône e Gávea Investimentos. Nossos acionistas controladores têm a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e, assim, controlar nossas políticas e operações, incluindo a nomeação de administradores, futuras emissões de ações ordinárias ou outros títulos, pagamento de dividendos, se houver, sobre o nosso capital, constituição de dívida, reformas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

do nosso Estatuto Social e a celebração de operações extraordinárias, e os seus interesses podem não estar sempre alinhados com os interesses dos investidores. Além disso, nossos acionistas controladores podem ter interesse em aquisições, desinvestimentos e outras operações que, na opinião dos mesmos, poderiam aumentar seus investimentos, mesmo que tais operações possam envolver riscos para os investidores. Por exemplo, os acionistas controladores podem fazer com que efetuem aquisições que aumentem o nosso endividamento ou vendamos ativos geradores de receitas. Além disso, enquanto nossos acionistas controladores continuam a deter indiretamente uma quantidade significativa de nossas ações ordinárias e poder de voto, mesmo que tal montante seja inferior a 50%, eles continuarão a ser fortemente capazes de influenciar ou controlar efetivamente nossas decisões.

Adicionalmente, cada um de nossos acionistas controladores está no ramo de investimento em empresas e pode, de tempos em tempos, adquirir e deter participações em empresas que sejam nossos concorrentes diretos ou indiretos. Eles também podem buscar oportunidades de aquisição que possam ser complementares ao nosso negócio e, por conseguinte, essas oportunidades de aquisição podem não estar disponíveis para nós.

c. a seus acionistas

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em nossas ações.

É possível que tenhamos interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação desses recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos nossos atuais acionistas, poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor em nosso capital social.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nosso estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de (i) balanço patrimonial semestral, ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderá limitar a capacidade de venda de nossas ações pelo preço e momento desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Como exemplo, a BM&FBOVESPA apresentou capitalização de mercado de R\$ 1,8 trilhão em 31 de maio de 2008 e um volume médio diário de negociação de 4,7 bilhões em 30 de junho de 2008 a 30 de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

junho de 2009. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 55,7% da capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em 31 de maio de 2009. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

d. a suas controladas e coligadas

Algumas de nossas operações dependem de joint ventures e nossos negócios podem ser prejudicados se nossos parceiros não honrarem seus compromissos ou honrá-los em termos que não nos sejam satisfatórios.

Atualmente, estamos operando parte de nossos negócios por meio de joint ventures com outras empresas e pretendemos futuramente criar novas joint ventures. Estabelecemos uma joint venture com a empresa Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A., que sintetiza dolomita, uma joint venture com a Envoy Enterprise Co. Ltd., que produz fábricas dolomíticas queimadas e uma joint venture com Taiyuan Iron & Steel (Group) Co. Ltd, que fabrica tijolos e produtos dolomíticos monolíticos.

Nossas previsões e planos para essas joint ventures, e qualquer outra recém-formada, parte do pressuposto de que nossos parceiros cumprirão suas obrigações para efetuar contribuições de capital, adquirir produtos e, em alguns casos, fornecer o pessoal de direção ou financiamento. Além disso, muitos dos projetos contemplados pelas nossas joint ventures dependem de compromissos de financiamento, os quais contêm determinadas condições prévias para cada desembolso. Se algum dos nossos parceiros não honrar seus compromissos ou se não conseguirmos cumprir todas as condições de nossos compromissos financeiros, a joint venture, consórcio ou outro projeto afetada pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócio, ou é possível que tenhamos de aumentar o nível de nossos investimentos para implantar esses planos. Qualquer um desses eventos pode ter um efeito adverso significativo sobre nós.

e. a seus fornecedores

Dependemos de um número limitado de fornecedores de certas matérias-primas e podemos ser prejudicados por eventual falta de fornecimento ou aumento dos preços das mesmas.

Nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados negativamente pela falta de fornecimento ou pelo aumento dos preços de determinadas matérias-primas essenciais para a produção de refratários que produzimos. Compramos cerca de 20% das nossas matérias-primas, consistindo principalmente de matérias-primas com alto teor de alumina, tais como bauxita e andaluzita originárias principalmente do Brasil, China, Alemanha e África do Sul, a partir de terceiros. Dependemos de um número limitado de fornecedores para oferecer essas matérias-primas em volumes necessários e com qualidade adequada e níveis de confiabilidade. Por exemplo, efetuamos diversas ordens de compra junto à Alcoa Alumínio S.A. para o fornecimento de alumina e alumínio em pó, no que gastamos R\$ 20,0 milhões em 2009, e à Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. para o fornecimento de alumina fundida, no que gastamos R\$ 33,7 milhões no ano de 2009. Nos termos desses acordos, as matérias-primas em geral são fornecidas em conformidade com ordens de compra individuais e qualquer das partes pode rescindir o contrato mediante um aviso prévio de 60 dias à outra parte. Outros contratos de fornecimento ou, em alguns casos, ordens de compra, podem ser rescindidos mediante aviso prévio por qualquer das partes, com antecedência de 30 a 240 dias. Se os fornecimentos que compramos de terceiros forem encerrados, atrasados ou interrompidos por qualquer motivo, não seremos capazes de produzir determinados tipos de materiais refratários em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tempo hábil, em quantidade suficiente ou em condições aceitáveis. A ausência geral de contratos de fornecimento de longo prazo sujeita nossos processos industriais e receitas a riscos, uma vez que não há garantia de que os acordos com nossos fornecedores sejam renovados ou prorrogados. Não há garantias de que esses contratos venham a ser renovados em termos favoráveis ou que haja de fato qualquer renovação. Além disso, as matérias-primas que compramos de terceiros podem estar sujeitas a aumentos de preço devido, por exemplo, a taxas de inflação, flutuações do câmbio, escassez ou aumento dos impostos de importação. Se os preços destas matérias-primas aumentarem ou se o fornecimento for cessado, os nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados, caso não sejamos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento do preço das matérias-primas ou substituir o fornecedor em tempo hábil.

f. a seus clientes

A perda de alguns de nossos clientes pode causar um impacto adverso significativo em nossos resultados de operações, fluxos de caixa e situação financeira.

Uma parcela significativa de nossa receita advém de um número limitado de clientes. A isto se soma o fato de nossos dez maiores clientes terem sido responsáveis por aproximadamente 50% das nossas vendas líquidas consolidadas em 2009. Costumamos manter contratos de fornecimento de curto prazo, muitas vezes renováveis anualmente, com a maioria de nossos principais clientes, por meio dos quais nos comprometemos a entregar uma percentagem de suas necessidades por produtos refratários. Os termos de tais contratos de fornecimento geralmente exigem que, a cada ano, possamos determinar, em conjunto com nossos clientes, os preços de fornecimento para o ano seguinte. Geralmente, os preços são em parte determinados em relação aos nossos custos com matérias-primas, energia e mão de obra. No caso de não chegarmos a um acordo sobre o preço de fornecimento para o ano seguinte, nossos clientes poderão comprar os respectivos produtos de outro fornecedor. Não há garantias de que os contratos com nossos principais clientes serão renovados ou prorrogados em termos favoráveis a nós ou par ambos, que estes contratos não serão rescindidos antecipadamente, ou que vamos obter receita equivalente de nossos principais clientes no futuro. Além disso, alguns de nossos contratos com clientes venceram, sendo que continuamos a manter nosso relacionamento com esses clientes com base nos contratos vencidos, ao mesmo tempo em que procuramos renová-los. Qualquer mudança na demanda por parte de um ou mais dos nossos principais clientes, atrasos de pagamento, dificuldade em acordar um preço para um ano específico de fornecimento ou mesmo a perda de qualquer desses clientes poderia ter um efeito adverso significativo no resultado de nossas operações.

Além disso, estamos expostos ao risco de crédito dos clientes e os riscos de inadimplência correlatos. Apesar do nosso controle contínuo de tais riscos e do registro de uma provisão para devedores duvidosos para cobrir esses riscos, celebramos contratos de seguro de crédito e cartas de crédito referentes às nossas operações, que estimamos venham a cobrir em torno de 40% das nossas operações de remessa para a Europa, 65% de nossas operações de remessa para a América do Sul, e 20% da nossa operação para os EUA. Não obtivemos quaisquer outras garantias para minimizar o risco de crédito de nossos clientes. Um aumento na taxa de inadimplência de nossos clientes pode ter um efeito adverso significativo em nossos resultados operacionais.

Se nossos clientes conseguirem oferecer reclamações imputando a nós a responsabilidade por defeitos em produtos por nós comercializados, nossos resultados operacionais podem ser impactados negativamente e nossa reputação pode ser prejudicada.

Enfrentamos o risco de exposição a reclamações sobre responsabilidade por defeitos em produtos comercializados na hipótese de seu uso resultar em danos pessoais. Nós produzimos e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

comercializamos uma ampla variedade de materiais refratários, principalmente para que os fabricantes de aço e cimento os utilizem em processos industriais de alta temperatura. Danos patrimoniais significativos, danos pessoais e até mesmo morte podem resultar do mau funcionamento de fornos industriais, estufas, incineradores e reatores, em virtude de defeitos em nossos produtos refratários. Os custos e recursos necessários para a defesa contra reclamações de responsabilização por produtos por nós comercializados podem ser substanciais. Poderíamos ser responsáveis pelo pagamento de alguns ou de todos os danos pelos quais tivermos sido responsabilizados. A publicidade em torno esses tipos de sinistros é também suscetível de prejudicar nossa reputação, independentemente de tais reclamações serem ou não bem sucedidas. Qualquer uma dessas conseqüências resultantes de defeitos em nossos produtos afetaria negativamente os nossos resultados operacionais.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Nosso negócio é altamente dependente do nível de produção de aço e cimento, e nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem continuar a ser afetadas pela recente redução dos volumes de produção de indústria aço e cimento.

A demanda por nossos produtos e serviços é altamente dependente do volume da produção de aço e cimento, especialmente em nossos principais mercados do Brasil, Europa, Estados Unidos e China. A indústria siderúrgica é o maior consumidor de nossos produtos refratários, sendo a indústria do cimento o segundo maior. A demanda por produtos de aço e cimento é altamente cíclica e é afetada por flutuações macroeconômicas nos mercados globais e nas economias domésticas dos países consumidores desses produtos, incluindo tendências nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, de embalagem e de distribuição.

A retração econômica nas economias global e doméstica em 2008 afetou a demanda por aço e produtos de cimento, resultando na diminuição dos níveis de produção de aço e cimento. A produção mundial de aço caiu de 1.326,5 milhões de toneladas em 2008, para 1.219,7 milhões de toneladas em 2009, ao passo que a produção de aço no Brasil diminuiu de 33,7 milhões de toneladas em 2008 para 26,5 milhões de toneladas em 2009. A produção mundial de cimento (excluindo a China) passou de 1.571 milhões de toneladas em 2008 para 1.551 milhões de toneladas em 2009, e a produção de cimento no Brasil passou de 51.838 mil toneladas em 2008 para 51.092 mil toneladas em 2009. Como resultado dessa recente queda nos volumes de produção nas indústrias siderúrgica e de cimento, experimentamos uma diminuição na demanda de nossos produtos, e nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem continuar a ser prejudicados, a menos que os volumes de produção de aço e cimento aumentem.

Não está claro até que ponto essa tendência de demanda por produtos de aço e cimento dos países em desenvolvimento, em particular a China, continuará no atual ambiente econômico.

Volatilidade nos mercados globais de crédito nos últimos anos e seus efeitos sobre as economias globais e nacionais poderia continuar a afetar negativamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A volatilidade significativa no mercado de capitais global, a indisponibilidade de financiamento no mercado de capitais global a taxas razoáveis e as amplamente divulgadas agitações do mercado de crédito comercial desde a queda de 2008 tiveram um impacto negativo considerável nos mercados financeiros, bem como na economia global. Os efeitos dessas agitações se espalharam e são difíceis de quantificar, sendo impossível prever quando os mercados financeiros globais se estabilizarão. Atualmente, é consenso geral entre os economistas que as economias onde atuamos, incluindo a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

brasileira, europeia, norte-americana e chinesa, estiveram e continuarão a estar em recessão, e experimentamos uma redução da demanda por nossos produtos e serviços, como refratários e minérios. Por exemplo, os dois mercados finais essenciais para nossos produtos e serviços, as indústrias siderúrgica e de cimento, foram negativamente afetados pela desaceleração nos bens de consumo duráveis e os setores de construção civil resultantes da perturbação nos mercados de crédito globais. Embora a siderurgia brasileira tenha mostrado recentemente ligeiros sinais de recuperação, os níveis de produção de aço em nível mundial ainda são em geral menores do que os níveis de produção verificados antes da agitação nos mercados de crédito globais. A taxa de recuperação da economia europeia deverá colocar tanto a Ásia quanto a América do Norte em defasagem. Além disso, a dívida pública da Europa se encontra em níveis elevados e as perspectivas econômicas nesse continente são muito incertas neste momento. Assim, nossos resultados operacionais foram afetados pela desaceleração econômica e futuramente podem ser ainda mais atingidos se as atuais condições econômicas globais não melhorarem ou se deteriorarem ainda mais.

A concorrência no setor de refratários é intensa e pode limitar nossa capacidade de manter ou aumentar a nossa fatia de mercado ou manter nossos preços em níveis rentáveis.

Temos concorrentes para cada um de nossos produtos e mercados geográficos, uma situação que esperamos que prossiga no futuro. Nossos maiores concorrentes são: RHI Refractories; Krosaki Harima Corporation; Shinagawa Refractories Co.; ANH Refractories Company, Vesuvius; Saint-Gobain, o grupo Refratechnik e a Minteq Internacional. Pelo fato de alguns de nossos produtos poderem ser substituídos por produtos similares fabricados por nossos concorrentes, em muitas das atividades que estamos envolvidos, a competição de preços é um fator importante para a realização de vendas. Assim, nossas perspectivas de negócios futuros dependem em grande medida da nossa capacidade de manter uma estrutura de preços competitivos, bem como de nossa capacidade de atender às mudanças das necessidades dos clientes, prever mudanças tecnológicas e reagir a elas e desenvolver relações eficazes e competitivas com nossos clientes e fornecedores. Se não formos capazes de realizar qualquer dessas propostas, ou se a concorrência de preços resultar em redução nos níveis de rentabilidade, o nosso volume de negócios e nossa lucratividade poderão ser afetados de maneira adversa e significativa.

- h. à regulação dos setores em que o emissor atue
- i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Mudanças na legislação tributária brasileira podem ter um impacto negativo sobre as taxas aplicáveis aos nossos negócios.

O governo brasileiro frequentemente adota mudanças de regimes fiscais e de previdência social que podem afetar tanto a nós quanto nossos clientes. Estas alterações incluem mudanças nas taxas de impostos e contribuição e, ocasionalmente, a adoção de impostos temporários, cujo produto é destinado a fins governamentais específicos.

Algumas dessas alterações podem resultar em um aumento no pagamento de nossos impostos, o que pode afetar negativamente a rentabilidade da indústria e aumentar os preços de nossos produtos e serviços, restringir nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e mercados-alvo e fazer com que nossos resultados financeiros sejam prejudicados. Não é possível dar qualquer garantia de que seremos capazes de manter o nosso fluxo de caixa projetado e rentabilidade após um aumento dos impostos brasileiros aplicáveis a nós e a nossas operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossas operações nacionais e internacionais estão sujeitas a regulamentos e leis complexos e em evolução, e o cumprimento de tais requisitos regulamentares envolve custos significativos.

Nossas operações de exploração, mineração e produção em todo o mundo estão sujeitas a numerosos regulamentos e leis federais, estaduais, provinciais e municipais. O cumprimento desses regulamentos e leis impõe encargos, e pode causar atrasos na obtenção, ou não obtenção, de autorizações e aprovações governamentais, o que pode afetar adversamente nossas operações. Além disso, os custos de cumprimento de tais leis e regulamentos, bem como programas internos de voluntariado, são significativos e continuarão a sê-lo em um futuro previsível. Por fim, a evolução dos padrões de regulamentação e expectativas pode resultar em novos processos e/ou aumento dos custos, o que pode ter um significativo efeito adverso sobre a receita e os fluxos de caixa.

Poderíamos incorrer em custos significativos para cumprir ou endereçar responsabilidades nos termos das leis e regulamentos sobre saúde, segurança e meio ambiente.

Nossas instalações e nossas operações com refratários, exploração e mineração estão sujeitas a rigorosos regulamentos e leis que dispõem sobre saúde, segurança e meio ambiente em cada uma das jurisdições em que operamos. Essas leis regulam, entre outras coisas, as emissões no ar (incluindo controle de poeira), as descargas de água, saúde e segurança ocupacionais, o uso, armazenamento e eliminação de substâncias e resíduos sólidos e perigosos, recuperação ou restauração do meio ambiente em áreas de minas e limpeza de terrenos contaminados. Somos obrigados a obter e manter licenças de várias autoridades governamentais nacionais e estaduais para muitas de nossas operações, incluindo nossas operações de mineração. Os custos para cumprir esses requisitos podem ser significantes. Além disso, falha no cumprimento dos requisitos aplicáveis, ou na obtenção e cumprimentos das licenças e autorizações necessárias, pode resultar em multas significativas ou outras sanções de cunho civil ou criminal, pedidos de indenização por danos pessoais e materiais, obrigação de remediar a contaminação ou danos causados aos recursos naturais, revogação de licenças, instalação de equipamentos de controle de poluição, ou restrições às nossas operações, ou mesmo a suspensão das mesmas, ou o encerramento temporário ou definitivo das instalações de produção. Além disso, uma incapacidade de cumprir os regulamentos e leis ambientais estrangeiros mais rigorosos pode nos impedir de, no futuro, buscar um financiamento de menor custo junto a organizações estrangeiras ligadas ao governo ou organizações de desenvolvimento multilaterais, que podem condicionar o financiamento ao cumprimento de regulamentos e leis ambientais mais rigorosos.

Em particular, a fabricação de materiais refratários resulta em emissões de gases poluentes perigosos, como hidrocarbonetos voláteis e gases de efeito estufa. Na Europa, as emissões industriais de dióxido de carbono são regulamentadas pelo Sistema de Comercialização de Emissões da União Europeia (European Union Emissions Trading Scheme), ou EU ETS, um sistema comunitário europeu de comércio desenvolvido para tornar-se progressivamente mais rigoroso, inclusive reduzindo o número de licenças de emissão de dióxido de carbono atribuídas a título gratuito por Estados-Membros da UE. Uma série de outras medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões de gases de efeito estufa, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para redução das emissões atmosféricas perigosas de nossas instalações, comprar créditos ou licenças de emissão atmosférica, e/ou monitorar e registrar as emissões de gases com efeito estufa de nossas operações. Tais medidas poderão resultar também em aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A descoberta de contaminação antes desconhecida em nossas instalações, ou em sítios de terceiros para onde enviamos os resíduos para eliminação, poderia nos exigir custos significativos de investigação e limpeza. Algumas leis ambientais, nomeadamente a lei de superfinanciamento dos EUA (U.S. Superfund Law), podem impor responsabilidade aos atuais e originários proprietários e/ou operadores de terrenos contaminados, bem como sobre as partes que eliminaram ou cuidaram da eliminação de resíduos perigosos nesses sítios, sem levar em conta conhecimento ou culpa. Estamos realizando, ou realizamos no passado, atividades de reabilitação em algumas de nossas instalações para tratar da contaminação do solo e de águas subterrâneas. Pode haver contaminação adicional nessas ou em outras instalações, o que pode resultar na imposição de obrigações de apuração ou remediação sobre nós no futuro, por exemplo, no caso de uma mudança em qualquer instalação, com encerramento ou venda desse serviço. Podemos também ter passivos de contaminação ambiental ou danos relacionados aos nossos antigos sítios ou operações, incluindo a pedreira Hagen-Halden, para a qual somos o sucessor legal do proprietário originário nos termos da lei alemã e poderíamos ser responsabilizados por alguns ou todos os custos para restaurar o local, caso o operador atual se torne insolvente. Significativos custos imprevistos relacionados a essas questões poderiam reduzir a nossa disponibilidade de fundos para o pagamento de juros ou principal do nosso endividamento ou para o financiamento de nossas operações normais e desenvolvimento planejado.

Muito embora tenhamos incorrido e iremos incorrer no futuro em custos significativos de capital e operacionais a fim de cumprirmos leis, regulamentos e autorizações ambientais, não podemos garantir que nossas operações estarão sempre em conformidade com os mesmos. A promulgação de novos regulamentos e leis ambientais, a interpretação mais rigorosa ou a execução de exigências vigentes, ou ainda a imposição de obrigações decorrentes de leis ambientais, poderiam forçar-nos a incorrer em custos para o cumprimento, aumentos de capital ou passivo referentes a pedidos indenização por perdas e danos, e/ou poderiam limitar nossas operações em curso ou planejadas, podendo qualquer um desses fatores surtir um impacto significativo sobre nossos negócios, nossa condição financeira, ou nossos resultados de operações.

Mudanças adversas nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo chinês podem ter um efeito adverso considerável sobre o crescimento econômico global da China, o qual poderia afetar as nossas operações naquele país de maneira adversa e significativa.

Temos operações importantes na China. Assim, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais, em particular os de nossas operações na China, são afetados pela evolução econômica, política e jurídica da China. A economia chinesa é, em muitos aspectos, diferente da maioria das economias dos países desenvolvidos, tais como:

- o grau de envolvimento do governo;
- o nível de desenvolvimento;
- a taxa de crescimento;
- o controle cambial;
- a alocação de recursos;
- um sistema regulatório em evolução; e
- a ausência de transparência suficiente no processo regulatório.

Enquanto a economia chinesa registrou um crescimento significativo nos últimos 30 anos, o mesmo tem sido desigual, tanto geograficamente como entre os diversos setores da economia. A economia chinesa também vivenciou alguns efeitos adversos decorrentes da recente crise financeira mundial.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A economia chinesa vem se convertendo de uma economia planejada para uma economia mais voltada para o mercado. Embora nos últimos anos o governo chinês tenha adotado medidas enfatizando a utilização das forças de mercado para a reforma econômica, a redução da propriedade estatal dos meios de produção e o estabelecimento de boa governança corporativa nas empresas, uma fatia substancial dos ativos produtivos na China é ainda propriedade do governo chinês. O controle continuado desses ativos e outros aspectos da economia nacional pelo governo chinês poderiam afetar significativa e adversamente o nosso negócio. O governo chinês também exerce um controle substancial sobre o crescimento econômico chinês através da alocação de recursos, controlando o pagamento de obrigações em moeda estrangeira, definindo a política monetária e outorgando tratamento preferencial a determinadas indústrias ou empresas.

Qualquer mudança adversa nas condições econômicas ou políticas do governo da China pode implicar um efeito adverso significativo sobre o crescimento econômico global e sobre o nível de investimento e despesa, por exemplo, em aço e cimento (ou em indústrias que necessitem de aço ou cimento), na China, o que, por sua vez, poderia levar a uma redução na demanda por nossos produtos e, por conseguinte, ter um efeito adverso significativo sobre nossos negócios, nossa situação financeira ou nossos resultados operacionais.

O sistema jurídico chinês possui incertezas inerentes que poderiam limitar as proteções jurídicas de que dispomos e, se considerarem que deixamos de cumprir as leis aplicáveis, podemos incorrer em despesas adicionais ou estar sujeitos a multas e penalidades significativas.

Uma vez que temos operações significativas na China, as leis chinesas e o sistema jurídico chinês podem ter um impacto significativo em nossas operações de negócios. O sistema jurídico da China desenvolveu-se rapidamente ao longo das últimas décadas. No entanto, uma vez que o sistema jurídico chinês continua a evoluir rapidamente, as interpretações de muitas leis, regulamentos e regras nem sempre são uniformes e sua aplicação envolve incertezas que podem limitar a proteção jurídica de que dispomos. Além disso, muitos juízes na China carecem da profundidade da formação jurídica e experiência que seria esperada de um juiz em um país mais desenvolvido. Pelo fato de Judiciário chinês ser relativamente inexperiente em aplicar as leis que existem de fato, é temerário prever uma decisão do magistrado e pode ser difícil obter uma execução rápida e equitativa das leis que de fato existem; além disso, qualquer litígio na China pode ser longo e resultar em custos substanciais e desvio de recursos e atenção da administração. Adicionalmente, leis e regulamentações chinesas recém sancionadas, ainda não publicadas ou divulgadas, podem ter efeito retroativo e, portanto, podemos nos encontrar em violação destas regras, das quais não temos ciência.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores e clientes, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na Seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

Processos Tributários

A Companhia é parte em diversos processos de natureza tributária envolvendo valor de contingência passiva estimado em, aproximadamente, R\$ 94,7 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Na mesma data, a Companhia havia constituído provisão decorrente dos referidos processos no valor de R\$ 89,5 milhões e realizado depósitos judiciais no âmbito de alguns desses processos no valor total de R\$ 4,7 milhões. Dentre os processos tributários e procedimentos administrativos em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, aqueles considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo encontram-se descritos imediatamente abaixo e no item 4.6:

Processo administrativo n.º 13.603.002794/2003-50 (RV 140.320)	
a. Juízo	Delegacia Regional de Belo Horizonte
b. Instância	8ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes
c. Data de instauração	23/12/2003 (Data de protocolo da impugnação aos autos de infração)
d. Partes no processo	Delegacia da Receita Federal de Contagem (Autor) e Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. (Réu - empresa incorporada pela Companhia).
e. Valores envolvidos	IRPJ – R\$ 14,2 milhões e CSL – R\$ 4,6 milhões (valores atualizados em 31.12.2009)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado contra a Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. em razão do não recolhimento de IRPJ e CSL sobre os lucros auferidos no exterior por meio da Iliama Trading (empresa controlada pela Companhia sediada na Ilha da Madeira). Em 03/03/2004 foi proferida decisão de primeira instância desfavorável mantendo integralmente o crédito tributário exigido. A Companhia apresentou Recurso Voluntário em 20/04/2004, cujo acórdão foi proferido em 23/03/2006 afastando a exigência do IRPJ sobre lucros referentes aos períodos de 1996 e 1997 e CSL sobre os lucros referentes aos períodos de 1996, 1997 e 1998. Em 06/11/2006 a Companhia apresentou Embargos de Declaração, que foram encaminhados às autoridades para que estas se manifestem sobre os fatos envolvidos no processo.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R\$ 18,7 milhões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n.º 2005.34.00.022000-6 (Ação Anulatória de Débito Fiscal)	
a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
c. Data de instauração	19/07/2005
d. Partes no processo	Magnesita Refratários S/A (Autor) e União Federal (Réu)
e. Valores envolvidos	R\$ 7,3 milhões (valor atualizado em 31.12.2009)
f. Principais fatos	Trata-se de ação anulatória de débito fiscal por meio da qual a Companhia busca a declaração de legalidade da apuração, pelo estabelecimento de Brumado, do crédito presumido de IPI como ressarcimento do valor de PIS/COFINS incidentes sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo, conforme previsão da Lei nº 9.363/96. Da mesma forma, a Companhia busca a legalidade das transferências dos créditos apurados para os estabelecimentos de Contagem e das compensações feitas com o IPI devido nas vendas realizadas no mercado interno. Em 11/04/2007 foi proferida sentença desfavorável à Companhia e em 01/06/2007 foi apresentado recurso de apelação, que encontra-se pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R\$ 7,3 milhões

Processos Trabalhistas

Dentre as ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, não há processos relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como partes em 37 ações cíveis. Dentre essas, as relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo, destacamos a seguinte ação:

Processo n.º 079.07.387.290-9	
a. Juízo	1ª Vara Cível de Contagem/MG
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19/12/2007
d. Partes no processo	Autor: Mineração Santa Juliana Réu: Magnesita Refratários S.A.
e. Valores envolvidos	R\$ 2.544.597,15

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. Principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por meio da qual requer-se a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência de alegado descumprimento de contrato de prestação de serviços de mineração. 13/03/2008 – A Magnesita apresentou contestação e está aguardando a proposta de quesitos e assistente técnico. A Companhia também aguarda apresentação de honorários pelo perito para perícia de engenharia de minas ou geologia.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro tão somente
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processos Criminais

A ação criminal relevante em que a Companhia figura no pólo passivo segue descrita a seguir:

Processo criminal n.º 0471.05.055963-5	
a. Juízo	Vara Criminal de Pará de Minas
b. Instância	1ª instância da Justiça de Minas Gerais
c. Data de instauração	Denúncia do Ministério Público datada de 10 de junho de 2009
d. Partes no processo	Ministério Público e Magnesita Refratários S/A
e. Valores envolvidos	Não há menção a valores na inicial, por se tratar de processo criminal
f. Principais fatos	O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor do Defendente, aduzindo, em síntese, que “segundo se apurou, a empresa denunciada contratou os serviços da Empresa Magmin Ltda. para efetuar a demolição de uma parte da rocha mineral explorada na mina Serra dos Ferreiras II. Em 05.05.2005, foi realizada a demolição, que resultou na derrubada da cobertura vegetal em uma área de 00:50há de preservação permanente às margens direita e esquerda do curso d’água denominado Serra Grande, que abastece uma propriedade rural e um afluente do córrego Cacunda, que abastece as propriedades rurais na localidade de Serra dos Ferreiras. O material carreado para o leito do córrego desceu até a barragem de captação da água para uma propriedade rural, atingindo o encanamento que conduz água até a casa sede da fazenda.”, requerendo, por derradeiro, fosse a requerida condenada nas sanções dos artigos 38 e 54, § 2º, inciso V, da Lei n.º 9.605/98. Foi apresentada defesa preliminar, em 34 laudas, acerca da ausência de dolo na conduta da empresa, da atipicidade penal do fato narrado, da ausência de nexo de causalidade entre a conduta da empresa e o dano ocorrido, do vício de narrativa da denúncia oferecida e do reconhecimento da prescrição da pena em perspectiva.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em cardo de perda do processo	Não há como ser fixado no momento, podendo haver aplicação de multa, em caso de condenação, a ser definida pelo Juízo.
i. Valor provisionado	Não há valor provisionado

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas não figuram como partes em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral, com ou sem sigilo, e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, exceto com relação a ações judiciais de caráter meramente trabalhista ajuizadas por ex-administradores com relação a verbas rescisórias.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. *Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.*

A Companhia e suas controladas não figuram como partes em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral, sigiloso.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

Processos Tributários

De 2007 a 2009 a Companhia foi autuada pelo Departamento Nacional de Produção (“DNPM”) com base em suposto pagamento a menor de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (“CFEM”) decorrente de divergência, em especial, em relação à base de cálculo aplicável e os valores que a compõe. Em 30 processos administrativos decorrentes dessas autuações a Companhia discute, sucintamente, que o valor a ser utilizado como base de cálculo da CFEM é o valor da substância mineral até a calcinação, quando se dá a descaracterização mineralógica daquela (art. 14, III do Decreto 01/91), subtraído de algumas deduções permitidas em lei. Da mesma forma, a Companhia entende ser ilegal a equiparação da saída da substância mineral para consumo ou a utilização (transferência) à saída por venda, para fins de incidência de CFEM. Os autos de infração envolvem aproximadamente R\$ 37,1 milhões e atualmente encontram-se pendente de julgamento em primeira instância administrativa. Para estes processos Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 34,7 (em 31.12.2009). Dentre estes processos, destacamos quatro, que pelo valor individual se destacam e para estes apresentamos, no quadro abaixo, as informações requeridas no item 4.4:

Processos administrativos: i) NFLDP 004/2008, ii) NFLDP 005/2008, iii) NFLDP 006/2008, iv) NFLDP 007/2008, v) NFLDP 008/2008	
a. Juízo	DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral - BA - 7º Distrito
b. Instância	Não aplicável
c. Data de instauração	03/04/2008
d. Partes no processo	DNPM (Autor) e Magnesita Refratários S/A (Réu)
e. Valores envolvidos	i - R\$ 1,7 milhões; ii - R\$ 25,5 milhões; iii - R\$ 80,5 mil; iv - R\$ 5,7 mil e v - R\$ 924,5 mil. Totalizando aproximadamente R\$ 28,2 milhões.
f. Principais fatos	Em geral, a Companhia discute acerca do valor a ser utilizado como base de cálculo da CFEM e a legalidade da equiparação da saída da substância mineral para consumo ou para utilização (transferência) à saída por venda. Em 22/04/2008 foram apresentadas as defesas, as quais aguardam julgamento da primeira instância administrativa.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em cardo de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R\$ 34,7 milhões

Processos Trabalhistas

Em Abril de 2010, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 990 (novecentos e noventa) processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

aproximadamente R\$ 21,5 milhões e a Companhia provisionava R\$ 21,5 milhões para esses processos. Dentre os processos judiciais trabalhistas, 10,68% possuem pedidos de equiparação salarial, 14,63% de doença ocupacional, 47,32% de adicional de periculosidade/insalubridade e 52,03% de horas extras.

Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como parte em 37 ações cíveis, dentre as quais não há processos repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, sejam esses processos sob sigilo ou que não estejam sob sigilo, e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

REFIS

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao pagamento e parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941/09. A Companhia optou pelo pagamento de débitos fiscais no montante de R\$ 5,6 milhões, em 180 parcelas, sendo R\$ 1,9 através de desembolso de caixa e R\$ 4,4 pela utilização de prejuízo fiscal. Os valores do parcelamento ainda encontram-se pendente de homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

Questões Ambientais

Somos parte interessada na ação civil pública movida pela Associação Sancaetanense Emília Alfredo Manganotti – ASEAM em face da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, envolvendo questão ambiental relativa ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário denominado “Espaço Cerâmica” (mencionado no item 22.1 abaixo). O autor argumenta que a construção foi iniciada antes da elaboração de um estudo de impacto ambiental e do correspondente relatório de impacto ambiental, conforme exigência legal. Um resultado negativo em tal processo, incluindo um impedimento ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário Espaço Cerâmica, poderia resultar no ajuizamento de processos judiciais contra a Companhia pelos compradores e empreendedores de tal empreendimento imobiliário almejando o reembolso do preço pago à Companhia pela propriedade em que o empreendimento será desenvolvido e/ou indenização por perdas e danos.

Adicionalmente, somos parte em um inquérito civil iniciado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, para investigar eventual dano ambiental e problemas de saúde na comunidade localizada na cidade de Brumado, Estado da Bahia, decorrente de emissões associadas às nossas operações. Enviamos documentos e informações em resposta à solicitação do Ministério Público e solicitamos arquivamento do procedimento, o que ainda não ocorreu.

Estamos envolvidos na limpeza de uma unidade industrial desativada anteriormente operada por nossa então subsidiária Cerâmica São Caetano Ltda. (incorporada pela Emissora), na cidade de Suzano, Estado de São Paulo. O sítio, localizado perto de áreas residenciais e de agricultura, contém chumbo, arsênico e zinco no solo, e chumbo, níquel e mercúrio em águas subterrâneas. Estivemos envolvidos nos últimos anos, na realocação de resíduos contaminados para um aterro industrial controlado para substâncias perigosas.

Adicionalmente, identificamos contaminação do solo decorrente do material refratário depositado em nosso aterro localizado em Betim, Estado de Minas Gerais, onde temos uma unidade industrial para fabricação de produtos refratários operada por nossa antiga subsidiária Ikerá Indústria e Comércio Ltda. Estudos preliminares sugerem que a transferência de resíduos refratários para um aterro industrial controlado pode nos custar cerca de R\$ 6 milhões, no entanto nós necessitaremos de significativa investigação posterior do solo, análise detalhada sobre a existência de alternativas mais eficientes em relação a custo, e um plano de remediação aprovado pelas autoridades para desenvolver uma estimativa mais confiável. Em 2009, nós transferimos a produção e os equipamentos de Betim para nossas outras plantas industriais em Contagem, a fim de concentrar a produção em menos unidades e gerar ganho operacional, o que pode resultar em investigação adicional e/ou obrigações de remediação durante os próximos anos.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.

Não se aplica, em se tratando de companhia aberta com sede no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1.Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Dentre os principais riscos que a Magnesita Refratários S.A está exposta, podemos citar a alta correlação de suas vendas de refratários com o nível da produção de aço e cimento. A crise econômica internacional prejudicou a demanda por aço e produtos de cimento, o que resultou na diminuição dos níveis de produção por esses setores. A produção mundial de aço caiu de 1.329,7 milhões de toneladas em 2008 para 1.219,7 milhões de toneladas em 2009, e a produção de aço no Brasil diminuiu de 33,7 milhões de toneladas em 2008 para 26,5 milhões de toneladas em 2009. A produção mundial de cimento (excluindo a China) passou de 1.571 milhões de toneladas em 2008 para 1.551 milhões de toneladas em 2009, e a produção de cimento no Brasil passou de 51.838 mil toneladas em 2008 para 51.092 mil toneladas em 2009. Como resultado destes últimos volumes de produção em queda nas indústrias de aço e cimento, as receitas líquidas em 2009 sofreram queda de 19,7% atingindo R\$ 1.926,9 milhões.

A Companhia também está exposta a variações cambiais, uma vez que a receita líquida proveniente do mercado externo é maior que a receita líquida do mercado interno. Em 2009, 57% da receita líquida da Companhia veio do mercado externo. Variações cambiais podem afetar o nível das exportações da Companhia, já que a maioria de sua receita é gerada fora do Brasil e em moeda estrangeira, e pode fazer com que a Magnesita sofra perdas. Logo, variações cambiais, principalmente em euro e em dólar americano, podem fazer com que a receita líquida diminua, caso essas moedas se depreciem frente ao real. A variação cambial também pode afetar a dívida da Companhia, já que 43% dessa dívida era em moeda estrangeira em 31/12/2009.

A exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da LIBOR, já que esta é referência para os empréstimos em dólares, e às variações da taxa CDI, pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais.

Em relação ao mercado de capitais, a Companhia também está exposta a riscos relativos à volatilidade e liquidez limitada do mercado fazendo com que o preço de suas ações possa ser afetado negativamente. O mercado de valores mobiliários brasileiro pode ser influenciado por diversos fatores macroeconômicos do Brasil e do mundo. Além de aspectos econômicos, aspectos políticos também podem influenciar diretamente ou indiretamente no preço da ação negociada.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2.Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- | |
|---|
| a. riscos para os quais se busca proteção |
| b. estratégia de proteção patrimonial (hedge) |
| c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge) |

A Companhia tem como política efetuar operações pontuais com instrumentos de derivativos com o objetivo de mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moeda à sua operação.

No entanto, a Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, uma vez que os riscos aos quais está exposta no seu ativo e passivo, estão relacionados ao curso normal de seus negócios.

A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo. Atua também no gerenciamento de contratos de longo prazo com seus principais fornecedores, evitando eventuais impactos no fluxo de caixa por aumentos de preço.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu “Contas a Receber” de clientes, estão minimizados pela contratação de seguros de crédito de exportação junto a seguradoras, pela análise criteriosa da concessão do limite e pelo controle eficiente de cobrança.

- | |
|--|
| d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos |
| e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos |

A Companhia não efetua operações com derivativos para fins especulativos ou outros fins que não o de promover a proteção patrimonial.

- | |
|--|
| f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos |
| g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada |

A Companhia não adota estrutura ou sistema de controle interno próprios de gerenciamento de riscos. O monitoramento de riscos é feito através de sua Tesouraria, ligada diretamente à Diretoria Financeira, avaliando se as ações praticadas estão sendo feitas de acordo com as políticas adotadas para o gerenciamento de risco. Um dos meios para a Tesouraria acompanhar a eficácia de suas ações no gerenciamento dos riscos financeiros é o estabelecimento da meta de endividamento líquido máximo no exercício social findo. Para 2010, a Companhia tem como meta reduzir o endividamento líquido para R\$ 702,2 milhões.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	11/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída em 11 de dezembro de 2006 na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/07/2007

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia foi constituída em 11 de dezembro de 2006 sob a denominação Sibaúma Participações S.A. (alterada para “RPAR Holding S.A.” em 06.08.2007 e para “Magnesita Refratários S.A.” em 17.03.2008), sendo criada pelos fundos de *private equity* GP Investments e Gávea Investimentos como um veículo para a aquisição da Magnesita S.A.

As atividades industriais da Magnesita S.A. tiveram início em 1940, logo em seguida ao descobrimento dos depósitos de magnesita em Brumado em 1939. Começou produzindo refratários aluminosos e sílico-aluminosos, vindo a produzir, a partir de 1948, também os magnesianos e cromo-magnesianos. Desde 1966, vem investindo em pesquisa e desenvolvimento, procurando adequar tecnicamente suas unidades fabris, objetivando atender às necessidades de seus clientes. Em 1969 a Magnesita S.A. foi listada na Bolsa de Valores de São Paulo e passou a ser uma companhia mais conhecida no cenário nacional.

Entre 11 de dezembro de 2006 e 26 de setembro de 2007, a Companhia não gerou resultados decorrentes de sua atividade social. Em 27 de setembro de 2007, a Companhia realizou a aquisição de ações representativas, direta e indiretamente, de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total da referida companhia.

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu em bolsa, por meio de oferta pública voluntária de ações, novas ações preferenciais classe A e classe C da Magnesita S.A., correspondentes a 16,83% das ações preferenciais em circulação, representando um aumento na participação no capital total de 7,98%.

Entre 3 e 31 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, 955.392.390 ações ordinárias e 2.951.731.751 ações preferenciais classe A de emissão de Magnesita S.A., aumentando sua participação em 9,18% do capital total.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão na BM&F BOVESPA de oferta pública para aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A., tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias, representativas de 10,61% do capital total da referida companhia.

Em 21 de fevereiro de 2008, a Companhia realizou a incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A., tendo os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. recebido ações da Companhia. No caso da Partimag S.A., subsidiária integral da Companhia cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações.

Em 02 de abril de 2008, a Companhia ingressou no Novo Mercado, segmento que exige maior transparência da Companhia para com seus *stakeholders* e o cumprimento de diversas práticas de governança corporativa. Desde então, todas as ações da Companhia passaram a ser ordinárias nominativas.

6.3 - Breve histórico

Em 25 de abril de 2008, a Companhia celebrou contrato para a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda., empresa produtora de refratários monolíticos e pré-moldados de alta tecnologia com sede na Cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. A operação pactuada com preço de aquisição de R\$ 55 milhões foi concluída em 30 de outubro de 2008 pelo valor atualizado total de R\$ 57,4 milhões. Posteriormente, a Insider foi incorporada pela MAG-Sé Participações Ltda. (controlada da Companhia), que passou a adotar a razão social da incorporada.

Em 7 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com a Rearden L. Holdings 2 S.A.R.L., sociedade do Grupo Rhône, instrumentos tendo por objeto a participação na totalidade das ações do Grupo LWB (“LWB”), líder no segmento de refratários dolomíticos, com operações industriais na América do Norte, Europa e Ásia.

A operação foi concluída em 5 de novembro de 2008 com a incorporação, pela Companhia, da Purus Participações Ltda., sociedade do Grupo LWB. Os acionistas da LWB receberam da Companhia o valor de R\$ 785,4 milhões, sendo R\$ 297,8 milhões em dinheiro, e o restante, correspondente a R\$ 487,6 milhões, através da entrega de 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 10,97% do seu capital social total. Foi considerado o valor de R\$ 20,79 por ação da Companhia para fins do cálculo do valor da transação.

Foi celebrado um aditamento ao acordo de acionistas da Companhia proporcionando a adesão do Grupo Rhône, com 9,14% das ações de emissão da Companhia, ao referido acordo e a sua participação com um membro do Conselho de Administração.

Assim, a Companhia, companhia aberta listada no Novo Mercado da BM&F BOVESPA, tornou-se, juntamente com suas controladas, uma produtora de refratários magnesianos, dolomíticos e aluminosos com plantas localizadas na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando:

- | |
|---|
| a. Evento |
| b. principais condições do negócio |
| c. sociedades envolvidas |
| d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor |

Adicionalmente aos eventos societários descritos no item 6.3, foram realizados as seguintes operações envolvendo a Companhia:

Em 30 de janeiro de 2008, as sociedades Cepali - Cerâmica de Pastilhas Ltda, Mineração Paraíso Ltda. e Derby Mineração Ltda. foram incorporadas pela Ikerá Indústria e Comércio Ltda., subsidiária da Magnesita S.A. A operação ocorreu no dia 30 de janeiro de 2008 e teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo, uma vez que todas eram empresas não-operacionais e cujos quotistas eram empresas do mesmo grupo econômico.

Em 30 de abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, das seguintes subsidiárias: Magnesita Service Ltda; Risa Refratários e Isolantes Ltda; Risa Materiais Cerâmicos Ltda; Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda; Ikerá Indústria e Comércio Ltda; Refratec Participações Ltda; e São José Administração de Matérias Primas Ltda.

Referidas operações de incorporação não implicaram em aumento de capital da Companhia, uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas representativas do capital social das empresas incorporadas. Desta forma, não houve qualquer alteração na posição patrimonial consolidada da Companhia em virtude das operações de incorporação realizadas.

Em 19 de dezembro de 2008, foi aprovada pela Companhia a incorporação das sociedades EDRJ91 Participações Ltda., indiretamente controlada pela Companhia, e Mukden Participações Ltda., acionista detentora de 10,97% do capital social da Companhia. A EDRJ91 Participações Ltda. havia incorporado, anteriormente, a Caribbean Refractories Holdings, Ltd., sociedade da qual a Magnesita detinha 100% do capital social.

Em 30 de dezembro de 2008, a Insider foi incorporada pela Mag-Sé, ambas subsidiárias da Companhia. Esta operação também visou enxugar a estrutura societária do Grupo Magnesita, incorporando a Insider à Mag-Sé, empresa já existente no grupo antes da compra da Insider Insumos Refratários Ltda.

Em 27 de abril de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, das subsidiárias MSA Agropecuária Ltda., Cerâmica São Caetano Ltda. e Massambaba Mineração S.A. a fim de simplificar sua estrutura societária, não implicando em alteração do capital social da Companhia ou em sua posição patrimonial.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Rearden US Holdings 1 Corporation incorporada pela Rearden G Holdings Vier GmbH; Lhoist Refractaires E.u.r.l. incorporada pela Vierte LWB Refractories Holding GmbH. Ambas estas operações tiveram por objeto enxugar o quadro de controladas da Magnesita Refratários S/A, sendo que todas eram controladas por empresas do grupo.

Sociedades constituídas

Refractarios Magnesita del Peru S.A.C, em 19/03/2008;
Magnesita Refractories Corporation (Miami); 03/02/2009
Refratários Magnesita Colômbia S/A (Sogamoso), em 05/06/2007;
Refratários Magnesita Uruguay (Montevideú), em 24/06/2007;
Minerco Mineração S/A, em 20/03/2007;
Magnesita Administration, em 28/10/2008;
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH, em 27/10/2008;
Mukdem Participações Ltda., 11/04/2007
EDRJ91 Participações Ltda., em 11/04/2007;
LWB Island Company (BVI), 05/10/2008.

As sociedades acima foram constituídas, principalmente, como veículos para a expansão das operações de vendas e distribuição de produtos e soluções em serviços refratários, ofertados pela Companhia em vários países.

Sociedades alienadas ou extintas

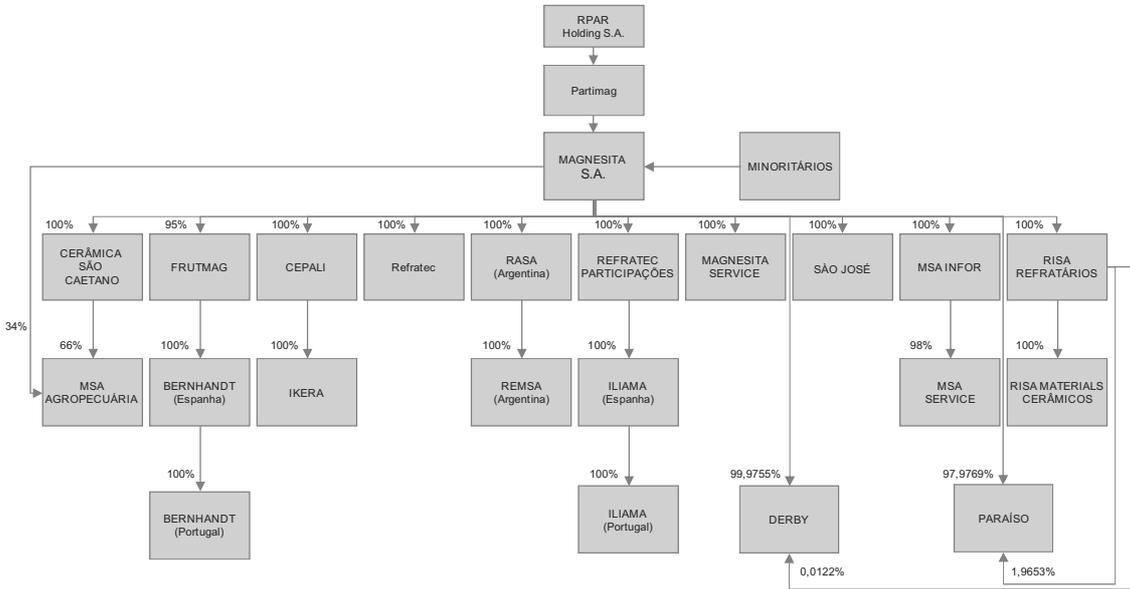
MSA Infor Ltda. (alienada), em 26/07/2008;
REMSA – em processo de dissolução iniciado em 07/04/2009;
Bernhandt Participações S.L - Espanha (fechada), em 19/06/2009;
Bernhandt – Comércio e Serviços Sociedade Unipessoal Ltda - Portugal (fechada), em 29/08/2008;
Wulfrath Refractories (UK) Ltd. (fechada), em 14/11/2008;

Referidas operações tiveram como objetivo principal a simplificação da estrutura societária da Companhia, não implicando em alteração do seu capital social ou em sua posição patrimonial.

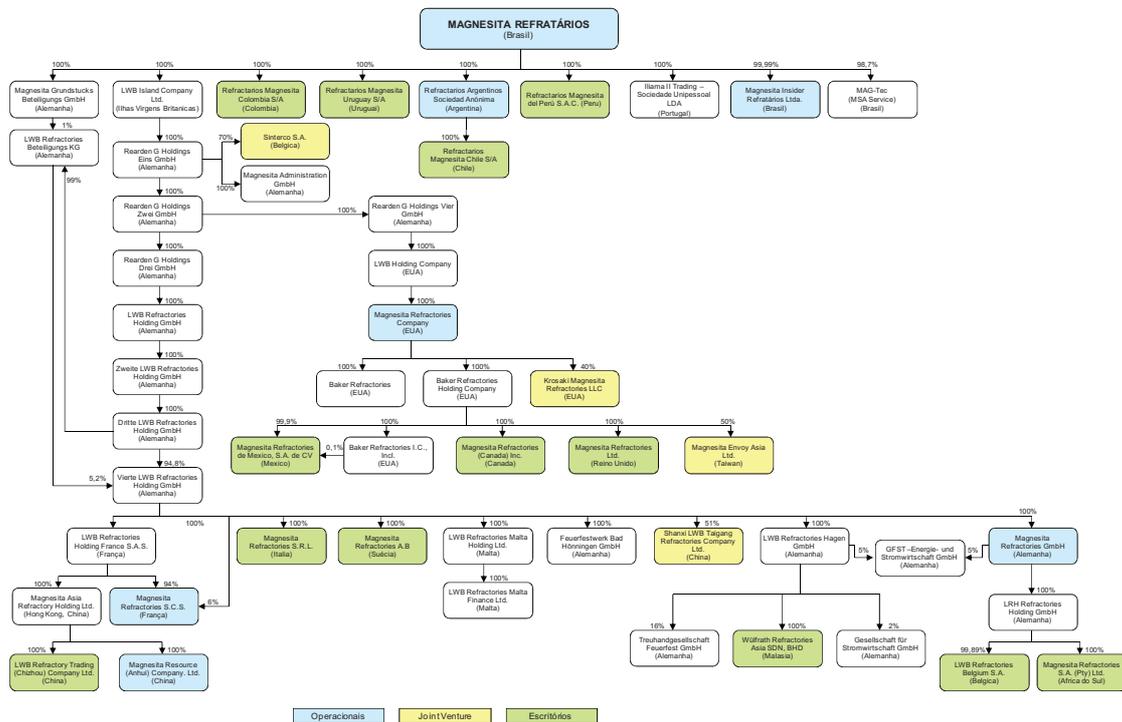
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

e. quadro societário antes e depois da operação

- Em 31/12/2007



- Em 31/05/2010



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não houve, até a data de publicação deste Formulário, pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O objeto social da Companhia compreende (i) realização de pesquisa, lavra, beneficiamento, aproveitamento industrial e comercial de minérios, especialmente magnesita e associados, para fins de fabricação de materiais refratários; (ii) fabricação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização de materiais refratários, isolantes, produtos eletrofundidos e cerâmicos; (iii) exploração, fabricação e comercialização dos derivados e associados de magnesita, inclusive magnesita calcinada na forma e/ou nomenclatura de óxido de magnésio destinada a utilização agro-pecuária como insumo, fertilizante, corretivo de solo ou como produto para nutrição animal, entre outras aplicações a segmentos industriais diversos; (iv) promoção e exploração da indústria e do comércio de minérios, bem como dos metais respectivos; (v) construção e exploração de estradas de ferro e de rodagem, terminais marítimos, empreender a construção de usinas para aproveitamento de energia elétrica e realizar serviços de arborização, florestamento e reflorestamento; (vi) prestação de serviços nos diversos setores e atividades de engenharia em geral, inclusive nos relativos à aplicação e utilização de materiais refratários, montagem de conjuntos industriais, administração e execução de serviços e obras de construção civil, fabricação de estruturas metálicas, fabricação, reparação e manutenção de equipamentos mecânicos e outros produtos correlatos, além de setores contábeis e administrativos; (vii) a realização de operações de exportação e importação; e (viii) a representação comercial pertinente às suas atividades, bem como a participação em outras sociedades.

A Companhia, através da incorporação da Magnesita S.A. em 21 de fevereiro de 2008, deu plena continuidade às atividades da empresa incorporada, dentre as quais a fabricação de refratários, produto essencial nos processos que utilizam temperaturas elevadas, como nas indústrias siderúrgica, de cimento, metais, ferroligas, dentre outras. Os refratários apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Também são encontrados em diversas composições, sendo que a maioria dos produtos da Companhia é de natureza básica (magnesianos e dolomíticos).

O ciclo operacional do minério de magnesita utilizado na produção de refratários inicia-se em Brumado - Bahia, onde estão localizadas as principais jazidas e usinas de produção de sínter de magnesita da Companhia. De Brumado, o sínter é remetido, principalmente, ao parque fabril da Companhia localizado em Contagem - Minas Gerais (também é destinado a outros locais de operações da própria Companhia e suas subsidiárias, como Argentina, Estados Unidos e Europa), onde é utilizado como matéria prima para a produção de refratários. O sínter é, também, exportado para diversos países, tais como Argentina, Alemanha, Colômbia, EUA e Espanha.

A Companhia possui também minas e unidades de processamento de sínter de dolomita localizadas nos Estados Unidos, China e Bélgica, sendo essa última uma *joint-venture* onde a companhia não detém direitos minerários, somente a unidade de manufatura. O sínter produzido nessas localidades é utilizado como matéria-prima para a produção de refratários dolomíticos nas fábricas da Companhia no exterior.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Investimentos em Controladas

Dentre os ativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, encontravam-se registradas os investimentos em várias empresas, distribuídas entre unidades operacionais, escritórios, joint-ventures e holdings conforme demonstrado abaixo:

Unidades Operacionais

Mag-Sé Participações Ltda. - Após a incorporação da Insider ao final de 2008, a Mag-Sé passou a ter como atividade principal a produção de produtos refratários tais como, lanças, “snorkels”, “impellers” e concretos, utilizados, em sua grande maioria, no processo produtivo de usinas siderúrgicas integradas e de grande porte. A planta industrial está estrategicamente localizada no Vale do Aço, com capacidade atual de produção de 8.650 t/ano. Em 2009, a receita líquida da Mag-Sé foi de R\$ 24,5 milhões e empregava 96 pessoas.

Rasa – Refratarios Argentinos S.A.I.C.M. - Subsidiária integral, localizada em San Nicolás, Argentina, é responsável pela produção de produtos refratários, dentre eles, tijolos, massas, concretos, argamassas, blocos e peças refratárias pré-moldadas. Tem capacidade instalada de 40.400 t/ano, emprega 101 pessoas e, em 2009, apresentou faturamento líquido de R\$60,0 milhões.

LWB Refractories S.C.S. – Com sede em Valenciennes, na França, possui 2 fábricas de refratários dolomíticos e monolíticos (Valenciennes, 64 mil t/ano e Flaumont, 65 mil t/ano). O abastecimento de dolomita para essas duas fábricas é feito a partir da associação com a Sinterco, uma empresa belga que possui uma mina localizada a 70 km das fábricas. A LWB Refractories S.C.S. encerrou 2009 com 105 empregados, tendo apurado faturamento líquido de € 41,9 milhões. É 100% controlada pela Magnesita Refratários S.A..

LCH Resource (Anhui) Co. Ltd. – Essa unidade localizada na cidade de Chizhou, na China, produz até 95 mil t/ano de tijolos e produtos monolíticos à base de dolomita queimada e temperada. A LCH Resource, integralmente controlada pela Magnesita Refratários S.A., possui também uma mina de dolomita localizada a apenas 25 km da fábrica de refratários, em Qingyang, com vida útil estimada em 50 anos e capacidade instalada para produção de até 65 mil t/ano de síter. Encerrou o ano com 450 empregados e um faturamento líquido de € 15,0 milhões.

LWB Refractories GmbH - Com sede em Hilden na Alemanha, possui 3 fábricas de refratários, com capacidade instalada de 345 mil t/ano, sendo uma em Hagen-Halden voltada para a produção de tijolos e monolíticos de dolomita queimada e temperada, bem como de tijolos espinelizados queimados. A segunda fábrica está localizada em Oberhausen (Alemanha) e produz tijolos e monolíticos magnesianos. Também na cidade alemã de Kruff, podem ser produzidos refratários aluminosos e outras especialidades não básicas. Encerrou 2009 com 334 empregados, tendo apurado faturamento líquido de € 145,0 milhões. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 100% do capital social da LWB Refractories GmbH.

LWB Refractories Company – Localizada em York, nos Estados Unidos, possui uma mina com vida útil estimada em 50 anos e capacidade de sinterização de 200.000 t/ano

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de doloma utilizadas na produção de até 250 mil t/ano de refratários básicos e monolíticos em fábrica própria instalada no mesmo local. Ao final de 2009, A LWB Refractories Company empregava 404 pessoas e registrou faturamento líquido de US\$ 160,4 milhões. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 100% do capital social da LWB Refractories Company.

Empreendimentos Conjuntos (joint-venture)

Sinterco S.A. – Localizada na Bélgica, a Sinterco é responsável pela exploração e sinterização de dolomita. Sua mina tem vida útil estimada em 50 anos e capacidade instalada de 180 mil t/ano. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 70% do seu capital social e a Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A. (Lhoist Group) os outros 30%.

LWB Envoy Ásia Ltd. – Resultado da associação com a Envoy, em que a Magnesita Refratários é detentora de 50% do capital total, a LWB Envoy é responsável pela fabricação de tijolos e produtos monolíticos dolomíticos em Taiwan. A fábrica tem capacidade instalada de 33 mil t/ano.

Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. – Localizada em Taiyuan, China, e com capacidade de produção de 25 mil t/ano de produtos refratários dolomíticos queimados, a Shanxi LWB surgiu de uma parceria com a Tisco, maior produtora de aço inox na China. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 51% do seu capital social.

Rede de Comercialização/Distribuição

- Refractories Magnesita Colombia S/A.
- Refractories Magnesita Uruguay S/A.
- Refractories Magnesita Del Peru S.A.C.
- Refractories Magnesita Chile S/A.
- Magnesita Refractories de México S.A. de CV
- Magnesita Refractories (Canada) Inc. – Canadá
- Magnesita Refractories Ltd – Reino Unido
- Magnesita Refractories S.R.L. – Itália
- Magnesita Refractories A.B. - Suécia
- Wulfrath Refractories Ásia SDN, BHD - Malásia
- LWB Refractories Belgium S.A.
- Magnesita Refractories SA. (Pty) Ltd. – África do Sul
- LWB Refractory Trading (Chizhou) Company Ltd. - China

As demais empresas são, em grande parte, sociedades com atividades bastante restritas, normalmente holdings utilizadas em operações financeiras estruturadas, comerciais e tributárias.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. *Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:*

a. produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorreram, principalmente, da produção e comercialização de refratários, sínter de magnesita e dolomita, outros minerais tais como cromita, talco e óxido de magnésio, outros produtos (sub-produtos vendidos pelas unidades fora do Brasil). Buscando diferenciar-se dos seus competidores, a Companhia montou uma estrutura para oferecer serviços que vão desde a montagem e a retirada dos refratários, passando pelo monitoramento do processo produtivo do cliente e pela manutenção eletromecânica de seus equipamentos, até os testes “*post mortem*” no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia, todos objetivando o aumento da produtividade e a redução do custo para o cliente.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Segmentos	2009		2008		2007	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Refratários	1.703.101	88,4	1.170.504	79,9	926.019	77,3
Sínter	60.207	3,1	58.870	4,0	43.585	3,6
Outros minerais	62.311	3,2	72.245	4,9	64.649	5,4
Outros produtos	2.648	0,2	3.149	0,2	-	-
Serviços	98.300	5,1	161.357	11,0	164.307	13,7
Total	1.926.568	100,0	1.466.125	100,0	1.198.560	100,0

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

% Receita / Lucro Líquido	2009*	2008*	2007
Refratários	N/A	N/A	854%
Sínter	N/A	N/A	40%
Outros minerais	N/A	N/A	60%
Outros produtos	N/A	N/A	-
Serviços	N/A	N/A	151%
Total	N/A	N/A	1.105%

* Nota: Nos exercícios sociais de 2009 e 2008 a Companhia não apurou lucro líquido.

A Companhia não calcula, em suas Demonstrações Financeiras, o resultado separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. *Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:*

a. características do processo de produção

Refratários são produtos resistentes a altas temperaturas destinados a aplicações industriais onde os processos produtivos se desenvolvam nessas condições. As unidades produtivas da Companhia, suas instalações e geografias (América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia) permitem a produção e distribuição de produtos e serviços de forma global, atendendo os clientes de forma otimizada.

Podemos caracterizar as unidades por meio de 4 grandes linhas de produtos:

- a) Produtos moldados aluminosos e sílico-aluminosos;
- b) Produtos moldados básicos (produtos a base de sinter de magnesita e de dolomita);
- c) Produtos isostáticos (Válvulas Longas, Submersas e Tampões); e
- d) Produtos monolíticos (não-moldados) e pré-moldados.

O sequenciamento produtivo está abaixo descrito:

Produtos moldados aluminosos e sílico-aluminosos: Inicialmente as matérias-primas são calcinadas a temperaturas superiores a 1000 °C, em seguida são moídas em diversas granulometrias e ensiladas. O processo de fabricação do refratário inicia-se com a dosagem e mistura das diversas granulometrias de matérias-primas e continua com a conformação, que pode ser em prensas de até 2500 t. Os produtos são em seguida colocados em carros de queima, onde são levados a fornos com temperatura de até 1700 °C.

Produtos moldados básicos, magnesianos e dolomíticos: O processo é análogo ao anterior, exceto pela primeira fase de calcinação, não efetuada nesta linha, pois a matéria-prima de maior consumo, o sinter magnesiano, é calcinado e sinterizado em Brumado. A partir da moagem, o processo é idêntico, ou seja, dosagem, mistura, prensagem e queima. As massas básicas, produzidas nesta fábrica, não possuem as fases de prensagem e queima. No caso dos produtos dolomíticos, a dolomita é calcinada e sinterizada em fornos verticais. Em seguida é feita a moagem, a classificação, a mistura, a moldagem e a cura.

Produtos isostáticos (Válvulas Longas, Submersas e Tampões): as principais matérias-primas são aluminas, zircônias e grafitas, em especificações e granulometrias diversas. As matérias-primas são dosadas, misturadas, prensadas e então queimadas em torno de 1000 °C. Após a queima, já na fase final, as peças passam por inúmeros processos de acabamento, como usinagem, corte, pinturas e solda de componentes metálicos, que as adequarão ao uso específico de cada cliente.

Produtos monolíticos (não-moldados) e pré-moldados: os produtos dessa linha só possuem os processos de moagem, dosagem e mistura. No caso dos pré-moldados, há uma moldagem manual e secagem em estufas.

Descrição sumária dos processos de obtenção de sinter de magnesita em Brumado (Bahia – Brasil): O objetivo das unidades de Catiboaba e Pedra Preta, município de Brumado-BA, é a obtenção da magnesita calcinada à morte, matéria-prima para a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

fabricação de tijolos refratários. A calcinação de magnesita se processa em alta temperatura, ou por mono-queima ou dupla-queima. O processo de mono-queima é aquele proporcionado por um só forno vertical: alimenta-se o minério graúdo no forno, sendo que o mesmo é calcinado e sinterizado à medida que vai descendo no interior do forno. Neste processo obtém-se o sinter M-10, teor de MgO entre 93 e 96%. Denomina-se processo de dupla-queima aquele que utiliza dois fornos, um para calcinar e outro para sinterizar o minério. Este processo exige uma prensagem (briquetagem) do material, intermediária aos 2 fornos. O sinter M-30 com teor de MgO superior a 98% é o produto desta etapa. A especificação do sinter M-10 ou M-30 é obtida a partir de minérios oriundos de minas e tratamentos diferentes, sendo que o segundo exige, além de temperaturas mais elevadas para a sua sinterização, processo de concentração do minério.

b. características do processo de distribuição
--

A Companhia administra sua própria logística para a recepção e distribuição de matérias-primas e produtos acabados, assim como para o transporte interno de materiais. A Companhia gere os níveis de estoque com base na demanda do mercado e nos planos de produção da planta de cada cliente. A cadeia logística é monitorada pela Companhia através de sistemas de informação altamente desenvolvidos. Transportamos os nossos produtos para diversas cidades do Brasil, assim como da Argentina, Paraguai e Uruguai, por transporte rodoviário, com exceção de minérios extraídos de Brumado, que são transportados por via férrea. As exportações a partir do Brasil para os outros países são realizadas, principalmente, através do Porto de Aratu, na cidade de Candeias, no Estado da Bahia, Brasil. O transporte de minerais da mina da Europa para as plantas europeias e da mina da China para suas respectivas plantas é via rodoviária. Nos Estados Unidos, em York, a mina e a fábrica estão no mesmo local.

c. características dos mercados de atuação, em especial:
--

1. participação em cada um dos mercados

2. condições de competição nos mercados

O principal mercado consumidor dos produtos refratários é a indústria siderúrgica. Segundo levantamento da *Industrial Minerals* os maiores consumidores de refratários são: indústria de aço com 70% do mercado; indústria do cimento representando 7%; indústria de cerâmica com participação de 5%; indústria de metais não-ferrosos com 5%; indústria de vidro com 4%; indústria química com 4%; e outros participantes com os demais 5%. Estima-se que esse mercado consumiu cerca de 23 milhões de toneladas de refratários em 2009 e que a China representa quase 50% de toda a demanda mundial.

Em 2009, 84% das vendas de produtos refratários da Companhia destinaram-se à siderurgia, 12% à indústria de cimento e cal e 4% para outros mercados. Revela-se nesses dados que a Companhia é altamente dependente da performance da indústria de aço – quanto maior a produção de aço, maior serão as vendas de refratários destinados a este setor.

Tanto o mercado de aço, quanto o mercado de cimento são caracterizados por serem mercados consolidados, ou seja, com a atuação de poucos produtores que representam a maior parte do *market share*. Em contrapartida, temos no mercado de produtores de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

refratários um setor segmentado onde o líder, RHI, possui cerca de 12% de *market share*, em termos de receita líquida. Por este fato, o refratário ainda representa uma pequena parcela no custo de produção desses clientes e os produtores de refratários têm mostrado ao longo dos anos uma política de aumento de preços conservadora.

Até a aquisição da companhia alemã LWB Refractories, ocorrida em novembro de 2008, a Companhia era focada no fornecimento de refratários para o mercado brasileiro e sul americano. Com a aquisição da LWB Refractories, a Companhia tornou-se a 3ª maior produtora de refratários do mundo em termos de receita líquida, ficando com cerca de 7% do *market share*. Considerando a consolidação do resultado da Companhia em 2009, a receita de vendas para o mercado externo correspondeu a 57% da receita total. A Companhia passou a atuar mais fortemente nos mercados norte-americano, europeu e asiático, sem perder sua liderança na América do Sul.

d. eventual sazonalidade

Com relação à sazonalidade de nossos negócios, não existem periodicidade relevantes que alterem nossos resultados. Como exceção, podemos citar a indústria de cimento cuja produção é reduzida nos períodos de inverno e, conseqüentemente, aumenta a demanda de refratários para a reforma dos fornos.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
2. eventual dependência de poucos fornecedores
3. eventual volatilidade em seus preços

O sínter de magnesita é a principal matéria-prima utilizada na produção de refratários, devido à sua extrema resistência a altas temperaturas (até 2.000° C). A Companhia possui alguns dos maiores depósitos de magnesita do mundo, localizados em Brumado, com um total de reservas medidas e indicadas de 831 milhões de toneladas. Essas minas poderiam suprir nossas necessidades por mais de 185 anos, se mantivéssemos os níveis de produção de refratários de 2009. A qualidade das reservas também é elevada, com um grau de pureza superior a 98%, uma marca igualada por poucas minas de todo o mundo.

O sínter de dolomita, também umas das principais matérias-primas, é utilizado na produção de refratários para a indústria de aços especiais devido à sua extrema resistência a altas temperaturas (até 1.800° C) e às suas propriedades que otimizam a produção desses aços. A Companhia possui suas próprias minas de dolomita no Brasil e nos Estados Unidos e possui o direito de explorar a mina de dolomita da China. A mina de dolomita da Europa é uma *joint venture* na qual a Companhia possui 70% de participação, cabendo os 30% restantes à Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A. (Lhoist Group). Juntas, essas minas de dolomita poderiam suprir nossas necessidades de dolomita por mais de 59 anos.

Em 2009, 80% das necessidades de matéria-prima, em termos de volume, do grupo foram atendidas pelas próprias minas da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Outra matéria-prima de importância para a produção de refratários, e que é comprada de terceiros, é a alumina, responsável pela fabricação dos refratários aluminosos que são em grande parte utilizados na indústria de cimento. A zircônia também representa uma importante matéria-prima comprada de terceiros que é usada na fabricação de algumas classes de refratários mais nobres – conhecidos como isostáticos.

Dentro os demais insumos, podemos destacar o combustível como o mais relevante. Os combustíveis podem ser o óleo ou o gás natural, dependendo da matriz energética de cada forno, usados nas unidades de produção de síter e de fabricação de refratários.

O preço dos refratários não tem correlação com o preço dos produtos de nossos principais clientes – aço e cimento. Historicamente, os refratários representam entre 3 e 5% do custo de produção desses clientes e a política de aumento de preço dos refratários segue a inflação de cada país onde temos operações. A Companhia não sofre, significativamente, com as variações dos preços de matérias primas, uma vez que 80% de suas necessidades são atendidas por unidades operacionais do próprio grupo.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5.Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas instalações, atividade refratária e as operações de mineração estão sujeitas a regulamentos e legislações. Essas leis regulam, entre outras coisas, as emissões na atmosfera (incluindo controle de poeira), o descarte de água, saúde e segurança ocupacional, o uso, armazenamento e eliminação de resíduos, recuperação ou restauração do meio ambiente em áreas minadas e da limpeza de propriedades contaminadas. Temos tomado medidas para limitar as emissões de poluentes de acordo com as leis ambientais e as nossas licenças, e acreditamos que estamos atualmente em conformidade com todos os requisitos de emissões aplicáveis às nossas operações.

As nossas operações, incluindo as que estão em nossas plantas industriais, exigem licenças para instalação e operação dos equipamentos e são regulamentados pelo Ministério Público Federal e Estadual, órgãos ambientais e agências estaduais de meio ambiente dos Estados de São Paulo (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, ou CETESB), Espírito Santo (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ou IEMA), Minas Gerais (Fundação Estadual do Meio Ambiente, ou FEAM), Bahia (Instituto do Meio Ambiente, ou IMA) e Rio Grande do Sul (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, ou Fepam). Em geral, nossas operações são licenciadas pelas agências estaduais de meio ambiente, que estabelecem condições e restrições específicas em nossas licenças ambientais. Segundo a legislação brasileira, pessoas físicas ou jurídicas que violem as leis ambientais estão sujeitas a sanções penais e administrativas.

Na Europa, nossas operações estão sujeitas a limites obrigatórios em emissões de dióxido de carbono impostas pelos Estados-Membros da União Europeia. Nos termos desta diretiva, instalações industriais recebem licenças de emissão de dióxido de carbono e devem entregar um subsídio por cada tonelada de dióxido de carbono emitido. As empresas que emitem menos dióxido de carbono do que o limite estabelecido em suas licenças podem vender as licenças em excesso, enquanto as que emitem mais, devem comprar licenças adicionais através do ETS da União Europeia, que é um sistema internacional de comércio para as emissões industriais de dióxido de carbono. Com base nos subsídios concedidos à Companhia, em conexão com os planos de atribuição para o período corrente do comércio de emissões 2008-2012 e, na nossa estimativa de emissões de dióxido de carbono para esse período, acreditamos que as nossas fábricas europeias sujeitas à ETS (Hagen e Kruft, Alemanha; Valenciennes, França e Namêche, na Bélgica, que é operada como uma joint venture) têm subsídios suficientes para as suas operações em curso até 2012 e, de fato, pode ter excesso de emissões que podem ser vendidos no mercado aberto. Em 2013, o novo comércio de emissões e o número de subsídios que os Estados-Membros podem atribuir gratuitamente deverão diminuir substancialmente, exigindo de muitas empresas a compra de licenças adicionais a preços de mercado estabelecidos por leilão.

A Diretiva da União Europeia sobre a Gestão Integrada de Prevenção da Poluição e Controle, ou o IPPC, estabelece licenças para descarte de poluentes no ar e na água,

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

atividades de gestão de resíduos, eficiência energética e outros assuntos relacionados que tenham impacto sobre o meio ambiente e, através dessas licenças, estabelece limites de emissão com base no conceito de melhores técnicas disponíveis, ou BAT. O objetivo dessas regulamentações é a melhoria da qualidade do ar e redução de poluentes por certas atividades industriais, através do estabelecimento de limites de emissões. Acreditamos que estamos cumprindo com os requisitos estabelecidos no âmbito destas diretivas, bem como atendendo a requisitos específicos da legislação ambiental da Alemanha e da França.

O regulamento REACH (Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas) aumenta o controle do uso de produtos químicos na União Europeia, impondo a todos os setores afetados a responsabilidade de assegurar e demonstrar a segurança da fabricação, utilização e eliminação de produtos químicos. O REACH, que entrou em vigor em 2007, exigiu o pré-registro de todas as substâncias químicas fabricadas ou importadas pelos países da União Europeia em quantidades superiores a uma tonelada por ano até o final de novembro de 2008. O registro, que irá ocorrer entre 2010 e 2018, dependendo do volume da substância identificada, requer documentação formal dos dados relevantes para a avaliação dos riscos para cada substância registrada, bem como o desenvolvimento de avaliações de risco para a sua utilização social. Com algumas exceções, o REACH aplica-se às substâncias que produzimos, bem como às matérias-primas e aos insumos adquiridos junto a fornecedores. Acreditamos que as medidas tomadas até agora sejam suficientes para assegurar a conformidade relevante com os requisitos aplicáveis.

A Diretiva de Responsabilidade Ambiental do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu estabeleceu a responsabilidade global de empresas cujas operações causam danos ambientais. Baseado no "princípio do poluidor-pagador", a diretiva exige que as empresas devam reverter ou minimizar os danos ambientais causados à água e ao solo, bem como em espécies protegidas e habitats naturais.

Nos Estados Unidos, o *Clean Air Act*, ou CAA, regula e monitora as emissões atmosféricas de poluentes provenientes de empresas. O CAA também impõe limites rigorosos de emissão de poluente ao ar e exige certificações para o cumprimento das condições de funcionamento da atividade comercial. Adicionalmente, órgãos federais e estaduais estabelecem o controle da emissão de ozônio, monóxido de carbono, benzeno, dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio. O cumprimento dos requerimentos impostos por esses órgãos podem aumentar os nossos custos de operação nos Estados Unidos.

Nossas operações de mineração localizadas em York, no estado da Pensilvânia, EUA, também estão sujeitas a uma extensa regulamentação estabelecida pelo governo estadual e federal, e autoridades ambientais. Somos obrigados a obter e manter licenças de mineração na superfície terrestre, e estas licenças requerem uma preparação de um plano de recuperação que aborda os impactos ambientais causados pelas operações de mineração. Preveem também a restauração do solo e vegetação impactados pela atividade de mineração.

Nossas operações na China são regulamentadas nos termos da Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China e de outras leis nacionais e locais relativas ao ambiente e à saúde ocupacional e questões de segurança do trabalho. Nossos produtos não são considerados materiais ambientalmente perigosos, no entanto, a poeira e os

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

resíduos produzidos durante o processo de produção são classificados como poluentes ambientais sob as leis do governo e regulamentações aplicáveis. Somos obrigados a obter determinadas licenças e autorizações para produzir nossos produtos na China. Além disso, nossas atividades de mineração na China estão sujeitas a uma extensa regulamentação, políticas e controles, inclusive os relacionados com o direito de extrair minerais do subsolo e as relativas à segurança dos nossos trabalhadores.

- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Detentora de significativas reservas minerais no Brasil, China, Estados Unidos e Europa, a preservação do meio ambiente é, antes de tudo, uma garantia da manutenção dos negócios da Companhia. Dessas minas, são extraídos todo o sínter de magnesita e a doloma utilizados na sua produção de refratários. A exploração é planejada com vistas a proteger todo o entorno das minas, recuperando, anualmente, aproximadamente 45.000 m² de área minerada.

Estamos empenhados em implementar, manter e melhorar os nossos sistemas de gestão ambiental em conformidade com a legislação aplicável, inclusive, nas nossas instalações fora do Brasil. Essas ações fazem parte dos requisitos da ISO 14001.

Adicionalmente, a Companhia utiliza filtros para evitar e/ou reduzir a emissão de resíduos na atmosfera; sistematicamente, faz reflorestamento, monitoramento da qualidade da água recirculada e mantém programas de educação ambiental junto não só ao público interno, como também às comunidades circunvizinhas. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo projeto de criação de uma RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Companhia foi certificado em conformidade com a norma internacional ISO 14001 nas unidades da Cidade Industrial de Contagem (MG), Brumado (BA), Terminal Marítimo de Aratu (BA) e Serra (ES). O SGA está em fase de implantação em outras unidades da Companhia.

No ano de 2009 a Companhia destinou US\$ 1,9 milhão para investimentos relacionados ao meio ambiente. Isso representou 8,8% do total de investimentos em 2009 reforçando o comprometimento da Companhia com a preservação do meio ambiente.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia possui diversas marcas entre os 13 mil produtos refratários que comercializa. Essas marcas encontram-se devidamente registradas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e são fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

A Companhia possui 5 patentes registradas e 17 pedidos de patentes junto ao INPI. As patentes são importantes e garantem que a Magnesita Refratários ofereça produtos diferenciados e de alto desempenho.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia tem contratos para exploração de seus ativos minerais, que são regulamentados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A Companhia atende a todas as normas e procedimentos exigidos pelo órgão para a exploração de suas reservas minerais.

A Companhia possui contratos de transferência de tecnologia e de exploração de patentes com importantes empresas internacionais, como a Krosaki Harima (Japão), Intocast (Alemanha) e Comat (EUA). Estas parcerias foram constituídas em áreas tecnológicas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

As principais licenças para utilização de softwares usados pela Companhia no desenvolvimento de suas atividades são o SAP, Windows, Office e Adobe Acrobat. A Companhia e suas subsidiárias têm como política a utilização regular de softwares sempre respeitando os direitos autorais de terceiros. Neste sentido, os usuários assinam termos de responsabilidade e da política de segurança da informação. Ainda, de forma a controlar o cumprimento dos termos de uso, o Departamento de TI mantém controle dos softwares instalados nos computadores da Companhia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:
a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Receita Líquida (em R\$ mil)	2009	Participação (%)
Brasil	808.272	42,0
Estrangeiros	1.118.296	58,0
<i>Estados Unidos</i>	221.937	11,5
<i>China</i>	156.744	8,1
<i>Alemanha</i>	153.811	8,0
<i>Outros estrangeiros</i>	585.803	30,4
Total	1.926.568	100,0

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

China

Alterações adversas de natureza política e econômica por parte do governo chinês poderiam ter um efeito sobre o crescimento econômico da China, o que poderia afetar as nossas operações na região. Assim, o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais, particularmente aqueles de nossas operações na China, são afetados por condições econômicas, políticas e jurídicas da China. A economia chinesa é diferente das economias dos países mais desenvolvidos, em muitos aspectos, incluindo:

- O grau de envolvimento do governo;
- O nível de desenvolvimento;
- A taxa de crescimento;
- O controle de câmbio;
- A alocação de recursos;
- Um sistema de evolução de regulamentação; e
- A falta de transparência suficiente no processo de regulamentação.

EUA e Alemanha

Com relação aos EUA e Alemanha, não há restrições específicas à produção de refratários, estando a Companhia sujeita às regulamentações dos respectivos países, principalmente de natureza ambiental, as quais a Companhia deve atender para que suas operações não sofram impactos negativos por irregularidades junto aos órgãos reguladores.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8.Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Não há relações de longo prazo relevantes além das tratados em outros itens deste formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes já foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. *controladores diretos e indiretos*

A Companhia tem como controladores diretos cinco fundos de *private equity* sendo três pertencentes à GP Investments (Alumina Holdings LLC, MAG Fundo de Investimentos em Participações e GPCP4 Fundo de Investimento em Participações), um fundo do Grupo Rhône (Rearden L Holdings 3 S.À.R.L.) e um da Gávea Investimentos (GIF II Fundo de Investimentos em Participações).

A Alumina Holdings LLC, sociedade com sede em Delaware, EUA, detém 34,3% da Companhia e possui como único acionista Grafita Holdings Inc., com sede em Cayman Islands, cujos únicos acionistas que detêm, indiretamente, mais de 5% do capital total da Companhia são os fundos de *private equity* Magma Fund LP (“Magma”), Magma Fund II LP (“Magma II”) e GP Capital Partners IV LP (“GPCP4”). O Magma possui indiretamente 7,35 % e o Magma II possui indiretamente 1,31% do capital da Companhia, enquanto GPCP4 possui indiretamente 17,75% do capital da Companhia.

A GP Investments, Ltd. investe no fundo de investimento GPCP4 através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP Investments, Ltd. detém, indiretamente, cerca de 7,8% do total de ações emitidas pela Companhia. A GP Investments Ltd., Companhia aberta com sede nas Bermudas, não possui qualquer acionista com participação indireta na Companhia superior a 5%.

O Grupo Rhône participa na Companhia através do fundo Rearden L Holdings 3 S.À R.L, que possui participação de 8,14% no capital da Companhia e tem como maior acionista a Rhône Onshore Partners III LP, a qual detém uma participação indireta no capital social da Companhia de 4,52%.

O GIF II Fundo de Investimentos em Participações pertence ao Grupo Gávea Investimentos e detém uma participação de 3,56% no capital social da Companhia, não possuindo nenhum acionista individual com participação indireta na Companhia superior a 5% de seu capital social.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

b. controladas e coligadas

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)		
		2009	2008	2007
Cerâmica São Caetano Ltda.	Belo Horizonte/MG	99,9	99,9	99,9
Iliama Participações S.L.	Barcelona/Espanha	99,9	99,9	--
LWB Island Company Ltd.	Ilhas Virgens/Inglaterra	100	100	--
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	Hilden/ Alemanha	100	100	--
Magnesita Refractories Corporation	Miami/Estados Unidos	100	--	--
Mag-Sé Participações Ltda.	Sento Sé/BA	99,9	99,9	95
Mag-Tec Ltda.	Contagem/MG	100	100	100
Massambaba Mineração Ltda.	Rio de Janeiro/RJ	99,9	99,9	---
MSA Agropecuária Ltda.	Pedra Preta/BA	34,2	34,2	34,2
Rasa – Refractories Argentinos	Buenos Aires/Argentina	100	100	100
Refractários Magnesita Colombia S.A.	Sogomoso/Colombia	100	100	---
Refractários Magnesita Del Peru S.A.C.	Chimbote Peru	100	100	---
Refractários Magnesita Uruguay S.A.	Montevideo/Uruguai	100	100	---

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação em sociedades do grupo.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

A sociedade Baker Refractories I.C. Inc., controlada da Companhia com sede nos Estados Unidos da América, detém 48.883 ações de emissão da Companhia, equivalentes a 0,02% de seu capital social, na qualidade de *trustee* de tais ações no âmbito de um programa de remuneração (*the third compensation plan*) realizado pela referida sociedade para seus diretores.

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2.Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1

As informações a respeito do grupo econômico encontram-se no item 8.1 acima.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	19/12/2008
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	<p>Incorporação das sociedades EDRJ91 e da Mukden pela Magnesita Refratarios S.A., com a conseqüente extinção das referidas sociedades. A incorporação da EDRJ91, operou-se , na contabilidade da Magnesita, por mera substituição dos ativos da Magnesita representados por sua conta de investimento referente à participação no capital social da EDRJ91 pelos elementos ativos e passivos integrantes do balanço patrimonial da EDRJ91, sem haver, ainda, alteração no valor do patrimônio líquido da Magnesita.</p> <p>A incorporação da Mukden pela Magnesita não resultou em alteração do capital social da Magnesita, na medida em que o acervo líquido incorporado, avaliado de acordo com o Laudo de Avaliação da Mukden, foi composto apenas pelo investimento devido pela Mukden na Magnesita e o respectivo ágio, subtraído o valor da provisão de que trata o §1º do artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99.</p>
Data da operação	05/11/2008
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	<p>Incorporação da Purus Participações Ltda. pela Magnesita Refratarios S.A., com o conseqüente aumento do capital social da Companhia e emissão de ações desta última para ingresso dos quotistas da Purus Participações Ltda. na Companhia.</p> <p>Em decorrência da Incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 487.592.254,00 , com a emissão de 23.457.778 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, as quais foram emitidas pelo preço de emissão de R\$ 20,79 e subscritas pelos quotistas da Purus e integralizadas com o acervo líquido ora incorporado pela Companhia.</p>
Data da operação	27/10/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH
Data da operação	26/07/2008
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Alienação da MSA Infor Ltda.
Data da operação	30/04/2008
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	<p>Inorporação das seguintes empresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Magnesita Service Ltda; • Risa Refratários e Isolantes Ltda; • Risa Materiais Cerâmicos Ltda; • Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda; • Ikera Indústria e Comércio Ltda; • Refratec Participações Ltda; e • São José Administração de Matérias Primas Ltda. <p>Referidas operações de incorporação não implicaram em aumento de capital da Companhia, uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas representativas do capital social das empresas incorporadas. Desta forma, não houve qualquer alteração na posição patrimonial consolidada da Companhia em virtude das operações de incorporação realizadas.</p>
Data da operação	19/03/2008

8.3 - Operações de reestruturação

Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Refractarios Magnesita del Peru S.A.C.
Data da operação	21/02/2008
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação da Magnesita S.A. e da Partimag S.A. pela Rpar Holding S.A. (atual Magnesita Refratários S.A.). Para fins do aumento de capital e da emissão de novas ações decorrentes das Incorporações, foram aprovadas as seguintes relações de troca, conforme propostas no Protocolo de Incorporação: (I) no que se refere à Magnesita, (a) 1 ação ordinária da Magnesita será substituída por 64,48102 ações ordinárias de emissão da RPAR; (b) 1 ação preferencial classe A será substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da RPAR; e (c) 1 ação preferencial classe C será substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da RPAR, devendo o aumento de capital ser equivalente ao percentual do patrimônio líquido da Magnesita detido pelos demais acionistas que não RPAR e Partimag; e (II) no que se refere à Partimag, tendo em vista, de um lado, tratar-se de subsidiária integral da RPAR, e, de outro, que a Magnesita também esta sendo incorporada pela RPAR, sua incorporação não acarretará a emissão de ações pela RPAR, mas apenas a substituição, nos livros e registros da RPAR, das ações de emissão da Partimag pelo patrimônio absorvido por força da incorporação da Magnesita.
Data da operação	30/01/2008
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação das seguintes empresas: <ul style="list-style-type: none"> • Cepali incorporada pela Ikerá em 30 de janeiro de 2008; • Derby incorporada pela Ikerá em 30 de janeiro de 2008; • Mineração Paraíso incorporada pela Ikerá em 30 de janeiro de 2008; Referidas operações de incorporação não implicaram em aumento de capital da Companhia, uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas representativas do capital social das empresas incorporadas. Desta forma, não houve qualquer alteração na posição patrimonial consolidada da Companhia em virtude das operações de incorporação realizadas.
Data da operação	24/06/2007
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Refratarios Magnesita Uruguay
Data da operação	05/06/2007
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Criação de empresa controlada
Descrição da operação	Refractarios Magnesita Colombia S/A

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a respeito deste tópico foram disponibilizadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1. Outros bens relevantes do ativo não circulante****Direitos Minerários**

Atualmente, somos detentores de 85 concessões de lavra ativas, registradas perante o Departamento Nacional de Produção Mineral (Departamento Nacional de Produção Mineral, ou DNPM). Destas 85, sete concessões de lavra são arrendadas e, portanto, estão sujeitas aos termos dos seus respectivos contratos de arrendamento, com vencimento para retornar aos seus proprietários. Além disso, temos 19 requerimentos de concessões de lavra, considerando que 8 delas são arrendadas. As concessões de lavra são válidas até que todo o minério das minas for consumido.

Além disso, também somos detentores de 66 alvarás de pesquisa que, mediante a apresentação de relatório final de pesquisa, bem como relatório de viabilidade econômica, podem vir a se tornar concessões de lavra. Destes 66, quatro alvarás de pesquisa são arrendados. Essas autorizações de pesquisa são concedidas por um período que varia de dois a três anos, podendo ser renovado, mediante anuência do DNPM.

A tabela abaixo descreve nossas minas mais importantes, com a indicação de seus nomes, localização, principal minério e, quando aplicável, a estimativa das reservas de minério relacionadas.

Mina	Localização	Principal Minério	Reserva Medida e Estimada (em milhões de toneladas)	Produção Anual - 2009 (em toneladas)
Pedra Preta	Brumado, Bahia	Magnesita	77,8	438,327
Pomba	Brumado, Bahia	Magnesita	69,2	595,510
Cabeceiras	Brumado, Bahia	Talco	2,2	78,784
Santa Luz (Pedras Petras)	Santa Luz, Bahia	Cromita	1,7	26,961
Gameleira	Sento Sé, Bahia	Magnesita / Refratários	50,9	0
		Dolomíticos	10,1	25,000
Caraço-Paraíso (Fazenda Paraíso)	Uberaba, Minas Gerais	Argila Gipsítica	19,0	76,000
Acaba Mundo	Belo Horizonte, Minas Gerais	Refratários Dolomíticos	5,1	54,000
Pitangui (Serra dos Ferreiras)	Pitangui, Minas Gerais	Pirofillita	421,3	37,135
Iguatu	Iguatu, Ceará	Magnesita	224,1	10,000
Itamarandiba	Itamarandiba, Minas Gerais	Cianita	282,000	720
Espongilito	João Pinheiro, Minas Gerais	Argila	500,000	4,500
Esmeraldas	Esmeraldas, Minas Gerais	Argila	30,0	1800
Pedra Azul (licença de pesquisa)	Cachoeira de Pajeú, Pedra Azul, Minas Gerais	Grafita	-	-
Qingyang	China	Dolomita	0,4	410,000
York	Pennsylvania	Dolomita	25,0	163,000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Propriedade Industrial

Marcas

A Companhia e suas subsidiárias 187 registros e pedidos de registro marcas no Brasil e 45 no exterior, dos quais os mais relevantes foram destacados no item 9.1.b deste formulário, todas protegendo produtos e serviços relativos às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias também detêm diversos registros de nomes de domínio no Brasil e no exterior incorporando suas principais marcas.

No Brasil, um registro de marca tem vigência de 10 (dez) anos contados da data de concessão, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que a marca se encontra registrada. Os registros de nome de domínio no Brasil podem ser prorrogados sucessivamente por período igual ou superior a um ano, mediante o pagamento das taxas aplicáveis. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de nomes de domínio no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que os nomes de domínio se encontram registrados.

Os registros de marca no Brasil asseguram ao seu titular a proteção da marca e uso exclusivo em todo o território nacional. Os registros de marca no exterior têm a extensão de sua proteção determinada de acordo com as normas do país ou região em que a marca encontra-se registrada.

No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar os registros, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada na forma como foi registrada, ou deixar de assinalar todos os produtos ou serviços constantes de seu certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia e suas subsidiárias sejam titulares de registro de marca, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia ou alguma subsidiária está violando seus direitos de propriedade intelectual. A manutenção de registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular.

A perda dos direitos sobre as marcas implica na impossibilidade de o titular utilizar exclusivamente a marca no Brasil e, ainda, impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

Patentes

A Companhia e suas subsidiárias detêm 23 patentes e pedidos de patente no Brasil e 88 no exterior incorporando suas principais tecnologias, das quais as mais relevantes foram destacadas nos itens 9.1.b deste formulário.

No Brasil, de acordo com a atual Lei de Propriedade Industrial, as patentes de invenção (PI) são válidas por 20 anos e as patentes de modelo de utilidade (MU) são válidas por 15 anos, contados a partir da data de depósito. Os prazos de vigência das patentes no exterior também são determinados de acordo com as normas do país em que a patente encontra-se depositada. O prazo de vigência da patente não pode ser prorrogado e sua manutenção está sujeita ao pagamento periódico de retribuições ao INPI ou escritórios equivalentes no exterior, de acordo com as normas do país.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

No Brasil, durante a vigência das patentes concedidas, está assegurado o direito de seu titular de impedir terceiros de explorar o objeto ou processo patenteado, e ainda obter indenização por tal exploração indevida, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a publicação do pedido de patente e a concessão da patente, em todo o território nacional. Para patentes concedidas no exterior, o titular conta com proteção semelhante, mas determinada pela legislação do país onde a patente foi concedida.

No âmbito administrativo, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, os pedidos de patente sob exame podem ser negados, caso não se consiga comprovar perante o quadro de examinadores o atendimento aos requisitos de patenteabilidade. Patentes também estão sujeitas à contestação por terceiros (ou pelo próprio INPI), por meio de processos de nulidade, na hipótese de terem sido concedidas em desacordo com a Lei 9.279/96. Em caso de abuso, desuso, emergência nacional ou interesse público, a patente também estará sujeita a ser licenciada compulsoriamente e, finalmente, a processos de caducidade.

No âmbito judicial, apesar da Companhia e suas subsidiárias serem titulares de diversas patentes, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia ou alguma subsidiária está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia e suas subsidiárias não têm nenhuma demanda judicial dessa natureza. A patente se extingue após o término do seu prazo de vigência. Sua manutenção está sujeita ao pagamento de taxas anuais, o qual é imprescindível para evitar o arquivamento dos pedidos ou a extinção das patentes e a consequente cessação dos direitos do titular.

A perda dos direitos sobre as patentes implica na impossibilidade de o titular ter o privilégio sobre a exploração do objeto ou processo patenteado e impedir terceiros de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto patenteado ou produto ou processo obtido diretamente por processo patenteado. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por exploração indevida em caso de violação de direitos de terceiros.

Licenças de Softwares

Em 31/12/09, a Companhia e suas subsidiárias detinham a licença regular de todos os programas de computador relevantes para o desenvolvimento de suas atividades. A Companhia e suas subsidiárias têm como política a aquisição e utilização regular de softwares em suas dependências, sempre respeitando os direitos autorais de terceiros.

A vigência dos contratos de licença de software é especificada nos respectivos termos contratuais. O Território Atingido pelos contratos de licença de software é especificado nos respectivos termos contratuais.

Com relação aos contratos de licença de software, os direitos decorrentes extinguem-se mediante o término do contrato. O término de um contrato de licença de software fará com que o licenciado não possa mais explorar a marca ou patente licenciada, exceto na hipótese em que a patente ou marca estiverem expirados.

Transferência de Tecnologia

A Companhia e suas subsidiárias são partes adquirentes em 16 contratos de transferência de tecnologia atualmente em vigor, incluindo fornecimento de tecnologia, licença de patente, licença de marca e assistência técnica, todos averbados perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A vigência dos contratos de transferência de tecnologia é especificada nos respectivos certificados de averbação emitidos pelo INPI, refletindo os termos contratuais. A averbação dos contratos de transferência de tecnologia perante o INPI garante a oponibilidade destes contratos perante terceiros em todo o território nacional e possibilita a remessa de royalties para o exterior, através do BACEN, assim como a dedutibilidade fiscal dentro dos limites estabelecidos na legislação em vigor.

Os direitos decorrentes de contratos de licença de marca ou patente extinguem-se mediante o término do contrato, por qualquer razão, ou através da perda do objeto contratual, qual sejam a extinção ou expiração da marca ou patente licenciada. Com relação aos contratos de serviços técnicos, os direitos decorrentes extinguem-se mediante o término do contrato, por qualquer razão, ou após o término da prestação de serviços. Com relação aos contratos de fornecimento de tecnologia e know-how averbados perante o INPI, a empresa adquirente poderá fazer uso da tecnologia ou know-how adquiridos mesmo após a expiração do contrato.

O término de um contrato de licença de marca ou patente fará com que o licenciado não possa mais explorar a marca ou patente licenciada, exceto na hipótese em que a patente ou marca estiverem expirados.

Com relação aos contratos de fornecimento de tecnologia e know-how averbados perante o INPI, considera-se que a tecnologia foi absorvida pelo adquirente após o cumprimento do contrato.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imovel - 203.000 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Terreno - 10.198.000 m2	Brasil	BA	Ubiraçara	Própria
Terreno - 1.486.000 m2	Brasil	MG	Agua Limpa	Própria
Terreno - 200.000 m2	Brasil	MG	Betim	Própria
Terreno - 723.000 m2	Brasil	MG	Ouro Branco	Própria
Terreno - 51.000 m2	Brasil	MG	Sabará	Própria
Terreno - 296.400 m2	Brasil	MG	Esmeraldas	Própria
Terreno - 544.700 m2	Brasil	MG	Itamarandiba	Própria
Terreno - 11.523.400 m2	Brasil	MG	Uberaba	Própria
Terreno - 736.000 m2	Brasil	MG	São Sebastiao do Mar	Própria
Terreno - 2.110.000 m2	Brasil	BA	Santa Luz	Própria
Terreno - 150.000 m2	Brasil	MG	Itabirito	Própria
Terreno - 952.600 m2	Brasil	MG	São Jose Jacuri	Própria
Imovel/Terreno - 320.000 m2	Brasil	BA	Brumado	Própria
Imovel - 1.800 m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Imovel - 153 m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Imovel - 298 m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Terreno - 302.100 m2	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Imovel - 29.674 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Imovel - 8.820 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Terreno - 503.000 m2	Brasil	MG	Conceição do Pará	Própria
Terreno - 2.198.200 m2	Brasil	CE	Iguatu	Própria
Terreno - 1.136.000 m2	Brasil	SP	Itararé	Própria
Terreno - 676.300 m2	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Própria
Terreno - 89.129.000 m2	Brasil	BA	Brumado	Própria
Instalação Portuária - 1.440 m2	Brasil	BA	Aratu	Alugada
Terreno - 2.222.100 m2	Brasil	MG	Pitangui	Própria
Imovel - 33.345 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Imóvel - 25.550 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Terreno - 60.637 m2	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imovel - 12.432 m2	Brasil	MG	Betim	Própria
Imovel - 22.400 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Imovel - 19.120 m2	Brasil	MG	Contagem	Própria
Terreno - 75.211.000 m2	Brasil	BA	Sento Sé	Própria
Usina de geração de energia elétrica "dual fuel" (diesel e gas) - 19,2 MW	Brasil	MG	Contagem	Própria
Subestação elétrica (10 unidades - potencia instalada de 32,7 MVA)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetador - 3 unidades	Brasil	MG	Brumado	Própria
Fornos de calcinação e sinterização(15 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinhos de bolas (3 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Micronizadores (3 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinhos de pendulos (5 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinho de ultra micronização (1 unidade)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Misturadores p/ produtos isostáticos (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos isostaticos (7 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Raio X para produtos isostaticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores para produtos monoliticos e pre-moldados (15 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos monoliticos e pre-moldados (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ produtos eletrofundidos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Compressores a ar p/ produtos eletrofundidos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
misturadores p/ produtos eletrofundidos (2 uinidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos de eletrofusão (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos de bolas p/ produtos eletrofundidos (7 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Peneiras vibratorias p/ produtos eletronfundidos (6 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Transformadores p/ fornos de eletrofusão (11 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ massas básicas (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ produtos basicos (8 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos p/ produtos basicos (18 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ tijolos básicos (21 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prensas para tijolos básicos (17 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Robôs p/ produção de tijolos basicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos basicos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ queima de tijolos básicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ tijolos aluminosos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos p/ tijolos aluminosos (3 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ tijolos aluminosos (32 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas p/ tijolos aluminosos (19 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Robos p/ produção de tijolos aluminosos (3 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos aluminosos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ queima de tijolos aluminosos (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Galpão de Armazenamento de materias primas (Tora Logística)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro de Distribuição de Produtos (Galpão Tangará)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Unidade Fabril de beneficiamento de argila	Brasil	MG	Ponte Alta	Arrendada
Escritório administrativo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório Administrativo	Brasil	ES	Serra	Alugada
Escritorio administrativo	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Mecanismo retrátil de válvula gaveta	Estados Unidos	26/02/12	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Impeller	Brasil	07/03/10	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Concreto basico de fluência livre	Brasil	19/10/2010	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Condicionador de escória metalúrgica	Brasil	13/12/10	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Areia de vedação	Brasil	08/10/11	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Pote de escória	Brasil	08/11/10	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Massas básicas para distribuidores	Brasil	22/01/15	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Patentes	Placa refrataria básica para revestimento do distribuidor de maquina de lingotamento contínuo	Brasil	30/10/10	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Processo de enchimento do furo de equipamentos auxiliares para a transferência de metais fundidos	Brasil	21/10/19	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Dispositivo mecânico para enchimento automático do furo de válvula gaveta ou rotativa com granulado	Brasil	03/10/21	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Marcas	OXIMAG	Argentino	11/02/2015	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	CROMOLIT	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	DIRETMAG	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e nao acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	SOLMAG	Argentino	11/09/16	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BASIPLAST	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Marcas	MAGNEFOR	Argentino	11/09/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente.	Uso da marca por parte dos competidores.
Contrato de transferência de tecnologia	Tecnologia da Krosaki Harima para a produção de refratarios premoldados	Argentino	31/03/2011	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.
Patentes	Método de aquecimento de ar para alto-fornos	Brasil	05/03/2018	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema indicativo de fim de vida útil de peças refratárias	Brasil	23/10/2018	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de injeção de gases em recipientes contendo metais ou ligas fundidas	Brasil	01/03/2019	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Processo de enchimento do furo de equipamentos auxiliares	Brasil	21/01/2019	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de gás e pó	Estados Unidos	27/08/2024	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de gás e pó	Africa do Sul	25/08/2025	os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Contrato de transferência de tecnologia	Fornecimento de tecnologia relacionado a refratários (Baker Group)	China	Enquanto durar a joint venture	Inadimplemento contratual	Perda da possibilidade de receber parte dos royalties
Licenças	Exploração de patente da LWB Refractories pela Resco Products Inc.	Estados Unidos	Não disponível	Inadimplemento contratual	Perda da possibilidade de receber parte das vendas líquidas

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Tecnologia da Krosaki Harima para a produção de válvulas refratários	Brasil	14/10/2010	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know-how transferido em função do contrato supramencionado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Cerâmica São Caetano Ltda.	60.499.472/0001-62	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Fabricação de produtos cerâmicos e refratários	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2009	-12,370000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	24.646.000,00		
31/12/2008	3,400000	0,000000	0,00					
31/12/2007	16,200000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação nas controladas se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.								
Iliama Participações S.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Espanha			Trading	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2009	-28,080000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	-32.754.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilizar as exportações da Companhia.								
LWB Island Company Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Virgens (Inglaterra)			Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	8,840000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	852.923.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Veiculos societários para participação em sociedades do grupo.								
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha		Hilden	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	-9,820000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	101.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Veículos societários para participação em sociedades do grupo.								
Magnesita Refractories Corporation	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Escritório corporativo	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	157.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Foi criada para ser a base dos executivos corporativos, porém decidiu-se por outra localidade e, atualmente, a empresa está em fase de liquidação.								
Mag-Sé Participações Ltda	00.592.603/0001-20	-	Controlada	Brasil	BA	Sento-Sé	Produção de produtos refratários tais como lanças, "snorkels", "impellers" e concretos utilizados, em sua grande maioria, no processo produtivo de usinas siderúrgicas integradas e de grande porte.	99,990000
Valor mercado								
31/12/2009	13,720000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	60.410.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.								
Mag-Tec Ltda	02.497.342/0001-94	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e consultoria em tecnologia da informação.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	245.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Esta subsidiária teve suas atividades descontinuadas em 2008.

Massambaba Mineração S.A.	08.730.895/0001-21	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Atividade principal: estudos geológicos; Secundária: apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos e de minerais não-metálicos	99,990000
---------------------------	--------------------	---	----------	--------	----	----------------	--	-----------

Valor mercado

31/12/2009	-2725,200000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2009	-3.334.000,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

MSA Agropecuaria Ltda.	96.790.514/0001-67	-	Controlada	Brasil	BA	Brumado	A controlada tinha como objetivo a criação de bovinos para corte, porém sua atividade foi descontinuada em 2008 e, em 2010, a empresa foi incorporada.	100,000000
------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	---------	--	------------

Valor mercado

31/12/2009	-0,100000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2009	750.000,00			
31/12/2008	-21,110000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-20,700000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Atividades descontinuadas em 2008 por não fazerem parte do negocio principal da Controladora.

Rasa - Refratarios Argentinos S.A.I.C. y M.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção, importação, exportação e venda de refratários, exploração de minérios e distribuição e representação de outras empresas similares ou afins	100,000000
---	--------------------	---	------------	-----------	--	--	--	------------

Valor mercado

31/12/2009	-38,520000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2009	18.762.000,00			
31/12/2008	57,930000	0,000000	0,00					
31/12/2007	-16,430000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Refractarios Magnesita Colombia S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Distribuição e comercialização, por conta própria ou de terceiros, na Colômbia ou no exterior, de materiais e produtos refratários, de minerais em geral e seus complementos ou derivados, nacionais ou importados; assistência técnica e montagem para sua instalação e funcionamento.	100,000000
--------------------------------------	--------------------	---	------------	----------	--	--	---	------------

				Valor mercado				
31/12/2009	-969,460000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	-7.260.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Refractarios Magnesita Del Peru S.A.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Peru			Comercialização de materiais e artigos refratários, prestação de serviços de instalação, manutenção, assistência técnica e consultoria e qualquer outro serviço relacionado com os materiais refratários comercializados.	100,000000
--	--------------------	---	------------	------	--	--	---	------------

				Valor mercado				
31/12/2009	203,360000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	-1.893.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Distribuição e comercialização, por conta própria ou de terceiros, no Uruguai ou no exterior, de materiais e produtos refratários, de minerais em geral e seus complementos ou derivados, nacionais ou importados; assistência técnica e montagem para sua instalação e funcionamento.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	2600,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	81.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2.Outras informações relevantes – Ativos relevantes

Todas as informações dos ativos relevantes consideradas relevantes foram incluídos nos itens 9.1a, b e c deste formulário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Magnesita é uma companhia privada, com estrutura verticalizada e atuação global, dedicada à mineração, produção e comercialização de extensa linha de produtos refratários, com foco na prestação de serviços e na criação de soluções de alto valor agregado para as indústrias de produção de aço, cimento, alumínio e vidro. A Magnesita comercializa uma extensa linha de produtos refratários e minerais para uso industrial em mais de 70 países.

A Companhia mantém relacionamentos de longo prazo com os principais produtores de aço e cimento do mundo. Em 31 de dezembro de 2009, possuía aproximadamente 840 clientes nos cinco continentes. De acordo com dados de faturamento compilados internamente, a Companhia é líder de mercado no Brasil e na América do Sul na comercialização e produção de produtos refratários. Em 31 de dezembro de 2009, oferecia aproximadamente 13.000 produtos aos seus clientes. Tendo como principal foco as indústrias de aço e cimento, a Companhia abastece as maiores siderúrgicas brasileiras, muitas das quais com atuação expressiva na América Latina e no mundo, bem como os maiores produtores brasileiros e internacionais de cimento.

De acordo com apurações internas, a Companhia é a produtora mais verticalizada do mundo em produtos refratários à base de magnesita e dolomita. A Companhia, junto com suas *joint ventures*, opera 27 unidades industriais distribuídas entre o Brasil, Argentina, Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha, China e Taiwan. A capacidade de produção total destas unidades em 31 de dezembro de 2009 superava 1.400 mil toneladas de refratários/ano. Seus produtos incluem não moldados como materiais monolíticos, produtos moldados como tijolos refratários, e refratários especificamente moldados para finalidades siderúrgicas e industriais em geral. Também oferece equipamentos mecânicos de apoio à aplicação de refratários e presta serviços de manutenção mecânica e refratária em equipamentos siderúrgicos, além de oferecer serviços de gerenciamento de refratários para siderúrgicas, geralmente a um custo por tonelada de aço vazado, num modelo de negócio denominado CPP – *Cost per Performance*.

A Companhia dispõe, em suas minas, de uma das maiores reservas conhecidas de magnesita e dolomita de alta qualidade do mundo. Também explora outros minerais de suas jazidas, inclusive cromita, argila e talco, além de possuir uma mina com grande reserva inexplorada de grafita. Suas amplas reservas próprias de matérias-primas a tornam uma das produtoras de menor custo, com pouca exposição às variações de qualidade e de preço das matérias primas.

Os resultados operacionais da Companhia foram significativamente influenciados pelos efeitos da aquisição da LWB Refractories Holding GmbH (“LWB”), uma empresa alemã, produtora de refratários e com unidades operacionais em outras regiões da Europa, Estados Unidos e China, que levou à consolidação dos resultados da LWB em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de novembro de 2008. Seus resultados operacionais também foram influenciados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 e continuarão a ser influenciados por diversos fatores, dentre eles:

- o volume de produção de aço e cimento, principalmente em seus principais mercados: Brasil, Europa, Estados Unidos e China;
- a capacidade da Companhia em reter clientes;
- a estabilidade dos mercados globais de capitais e o crescimento das economias global e nacional;
- o sucesso da Companhia na implantação do modelo CPP no exterior, inclusive na Europa, Estados Unidos e China;
- a capacidade da Companhia de realizar os benefícios de aquisições passadas e futuras, inclusive a da LWB;
- a capacidade da Companhia de manter uma estrutura de precificação competitiva, acompanhar as mudanças nas demandas dos clientes, antecipar a evolução tecnológica e desenvolver relacionamentos eficazes e competitivos com seus clientes e fornecedores;
- a volatilidade cambial do real (e de outras moedas) frente ao dólar e ao euro;
- operações de *hedging* em função de oscilações nas taxas de câmbio e de juros; e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- as condições econômicas e políticas internas, inclusive em razão das eleições gerais em 2010.

A condição financeira e a liquidez da Companhia são influenciadas por diversos fatores, dentre eles:

- a capacidade de geração de caixa de seus negócios;
- sua capacidade de refinar valores significativos de dívida vencidas nos próximos quatro anos;
- as taxas de juros praticadas no Brasil e no exterior e movimentações nas taxas de câmbio, as quais influenciam sua cobertura do serviço da dívida;
- as cláusulas restritivas de alguns contratos de financiamento, as quais poderão restringir sua flexibilidade financeira e operacional;
- sua capacidade de obter outros financiamentos de instituições financeiras brasileiras e internacionais e de vender seus títulos de dívida nos mercados nacional e internacional de valores mobiliários, com taxas aceitáveis;
- suas necessidades de CAPEX, que consistem basicamente de gastos na manutenção das suas unidades industriais, expansão de sua capacidade de produção e tecnologia da informação; e
- a obrigatoriedade, de acordo com a legislação brasileira e em nosso estatuto social, do pagamento de dividendos em valor igual ou superior a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

A Administração avalia as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia como positivas, principalmente, por contar com um alto grau de verticalização e um modelo diferenciado de negócio, o que tem lhe permitido manter o melhor nível de margem operacional do seu setor. A estratégia de crescimento da Companhia tem sido pautada na análise criteriosa da sua capacidade de geração de caixa, crescimento potencial dos setores em que atua, capacidade produtiva vis-a-vis os riscos inerentes ao seu negócio. A Administração considera, portanto, seja pela capacidade de geração de caixa ou de negociar boas condições de prazo e custo para suas dívidas, que a Companhia possui plenas condições de honrar seus compromissos operacionais e financeiros e de buscar seu crescimento de forma sustentável.

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**
- i. hipóteses de resgate**
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

A tabela a seguir resume a estrutura de capital da Companhia, :

	31/12/09	31/12/08	31/12/07
Capital Próprio	44,4%	38,0	35,1
Capital de Terceiros	55,6%	62,0	64,9

Não há hipótese de resgate de ações prevista no estatuto social da Companhia.

- c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Somos parte em diversos contratos financeiros que nos exigem manter observância a determinadas obrigações e quocientes financeiros, dentre os quais se inclui:

- manutenção de um quociente máximo entre endividamento líquido consolidado e EBITDA; e
- manutenção de quociente mínimo entre EBITDA e despesa financeira líquida consolidada.

Um inadimplemento de nossos contratos financeiros que não seja tolerado ou renunciado formalmente pelo respectivo credor pode resultar em uma decisão de tal credor em declarar o vencimento antecipado da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dívida, o que, por sua vez, poderia ensejar o vencimento antecipado de outras dívidas em razão de previsão contratual nesse sentido (*cross default*).

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagamento da totalidade da dívida da companhia decorrente de contratos financeiros, seja nas datas de pagamento originalmente contratadas, mas também em caso de vencimento antecipado e cobrança integral da dívida financeira, o que afetaria nossa posição financeira materialmente.

No primeiro trimestre de 2010, finalizamos a renegociação das condições financeiras contratadas em duas linhas de financiamento representativas de 56,7% do total da dívida em 31/12/09, possibilitando, além do alongamento do prazo de pagamento, redução das taxas de juros. Adicionalmente, no mesmo trimestre, concluímos a captação de US\$400,0 milhões com a emissão de títulos de renda fixa e de longo prazo (bonds), vencíveis em 2020, dos quais US\$300,0 milhões já foram utilizados na liquidação antecipada do empréstimo com o banco JP Morgan. Com esses eventos, a Administração considera que as linhas de financiamentos da Companhia estão mais adequadas à sua capacidade de pagamento, principalmente, pela sua capacidade de geração de caixa. Reduzem o seu risco e proporcionam melhores condições para implementar sua estratégia de crescimento,

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atividades de financiamento

As atividades de financiamento consumiram caixa líquido no valor de R\$116,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e geraram caixa líquido de R\$791,8 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2008. A variação se deu principalmente ao foco da Companhia na redução do endividamento em 2009 e à sua contratação de valores significativos de dívida para financiar a aquisição da LWB em 2008.

Em 2009, as principais fontes de financiamento foram o aumento de capital no valor de R\$350 milhões e novos financiamentos, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio, no montante de R\$305,7 milhões. Durante o exercício de 2009, foi utilizado caixa na amortização de financiamentos, dentre eles do *Senior Export Facility*, no montante de R\$771,3 milhões.

Em 2008, as principais fontes de financiamento compreenderam novos financiamentos, incluindo as notas de crédito de exportação do Banco Bradesco S.A. e do Itaú BBA S.A., no montante de R\$2.676,4 milhões, bem como um aumento de capital no valor de R\$397,7 milhões. Durante o exercício de 2008, foi utilizado caixa na amortização de financiamentos, dentre eles o empréstimo obtido junto ao Banco ABN Amro Real S.A. pela Magnesita Refratários S.A. para financiar a aquisição da Magnesita S.A., no valor de R\$2.276,3 milhões.

Endividamento:

Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento consolidado da Companhia totalizava R\$1.782,4 milhões, composto por R\$363,7 milhões em dívida de curto prazo, incluindo a parte circulante da dívida de longo prazo, e R\$1.418,8 milhões em dívida de longo prazo. No consolidado, a dívida denominada em real em 31 de dezembro de 2009 somava R\$1.013,4 milhões, e a denominada em moeda estrangeira montava em R\$769,0 milhões, líquidos dos custos de transações .

Em 31 de dezembro de 2009, sobre a dívida denominada em real incidiam juros a uma taxa média de 12,5% a.a., e sobre a dívida denominada em moeda estrangeira incidiam juros a uma taxa média de 7,1% a.a. para financiamentos denominados em dólar e 6,7% a.a. para financiamentos denominados em euro. Em 31 de dezembro de 2009, 85,3% da dívida da Companhia incorria juros a taxas flutuantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Endividamento de Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida de curto prazo consolidada da Companhia consistia da parte circulante do endividamento de longo prazo e de adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Endividamento de Longo Prazo

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas referentes ao endividamento de longo prazo em 31 de dezembro de 2009.

	Moeda	Taxa de Juros Média Anual	Saldo de Principal em Aberto	Vencimento Final
Senior Export Facility. ⁽¹⁾	U.S.\$	LIBOR + 5%	R\$507.1	Setembro de 2014
NCE — Banco Bradesco S.A. ⁽²⁾	R\$	CDI + 4%	R\$143.4	Abril de 2013
NCE — Itaú BBA S.A. ⁽³⁾	R\$	CDI + 4%	R\$868.0	Fevereiro de 2013
Financiamento de Importação	U.S.\$	7.80%	R\$5.7	Setembro de 2012
Financiamento de Plantas, Propriedades e de Equipamentos	R\$	TJLP + 2.05%	R\$0.8	Março de 2014
Leasing de Máquinas e Equipamentos	R\$	CDI	R\$1.1	Novembro de 2011
Passivos vinculados a aquisições de participações societárias	U.S.\$	7.25%	R\$14.4	Abril de 2017
Outros	€	6.67%	R\$12.7	Março de 2014

(1) No primeiro trimestre de 2010, concluímos a captação de US\$400,0 milhões com a emissão de títulos de renda fixa e de longo prazo (bonds), vencíveis em 2020, dos quais US\$300,0 milhões já foram utilizados na liquidação antecipada do Senior Export Facility com o banco JP Morgan.

(2) Nos termos do aditamento celebrado em 10 de fevereiro de 2010, a taxa de juros aplicável à nota foi alterada para CDI acrescida de 2,75% e o vencimento foi estendido para 2015.

(3) Nos termos do acordo celebrado em 25 de fevereiro de 2010, a taxa de juros aplicável à nota foi alterada para CDI acrescida de 2,75%. A efetivação da alteração da taxa de juros está condicionada à celebração de aditamento à nota.

A tabela abaixo resume nossas obrigações contratuais significativas e compromissos em 31 de dezembro de 2009:

	< 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Longo Prazo	133.281	846.678	566.380	5.719	1.552.058
Obrigações de lease operacional	712	412	--	--	1.124
Total	133.993	847.090	566.380	5.719	1.553.182

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em bases históricas, temos acomodado nossa necessidade de caixa (incluindo recursos necessários para pagamentos de parcelas de principal e juros no respectivo vencimento, refinanciamento de dívida, e recursos para capital de giro e despesas de capital planejadas) a partir do fluxo de caixa operacional, empréstimos, ofertas de ações ou dívidas, bem como de recursos provenientes da venda de ativos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

<i>f.</i>	<i>níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:</i>
<i>i.</i>	<i>contratos de empréstimo e financiamento relevantes</i>

O disposto a seguir é um resumo dos nossos instrumentos de dívida relevantes. A descrição é apenas um resumo e não se destina a descrever todos os termos de nossos acordos de crédito considerados importantes.

Senior Export Facility Agreement

Somos atualmente parte de um Senior Export Facility Agreement com data de 16 de setembro de 2009, e suas alterações, celebrado entre a Magnesita Administration GmbH, na qualidade de devedora, Magnesita e os garantidores nele referidos, J.P. Morgan Chase, N.A., o Banco do Brasil S.A. , e o Banco Bradesco. na qualidade de credores, no valor de US\$ 300 milhões. Além das hipóteses de inadimplemento comuns para operações dessa natureza, o contrato prevê inúmeras obrigações e limites a serem observados (veja resumo descrito no item 10.1(f)(iv) abaixo).

Foi concluída em 30 de março de 2010, a emissão de US\$ 400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH (“Rearden”). Os recursos captados por meio de tal oferta serão utilizados principalmente para pagamento antecipado da dívida da Companhia de que trata o Senior Export Facility Agreement de US\$ 300 milhões.

Nota de Crédito a Exportação (NCE) – Banco Bradesco S.A.

Em 22 de abril de 2008, a Magnesita e o Banco Bradesco S.A. celebraram Nota de Crédito à Exportação para financiar a compra de matéria-prima utilizada em exportações (posteriormente alterada em 13 de agosto de 2009, em 23 de outubro de 2009 e em 10 de fevereiro de 2010), no valor de R\$ 166,9 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário (“CDI”), acrescidos de 2,75%. Uma parcela inicial do principal, no montante de R\$ 33,4 milhões, foi paga em 2009. O pagamento do principal em aberto deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R\$ 44,5 milhões, a ser pago no período de 2013 a 2015.

Nota de Crédito a Exportação (NCE) – Itaú BBA S.A.

Em 20 de março de 2008, a Magnesita e o Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. (sucedido pelo Banco Itaú BBA S.A.), celebraram Nota de Crédito à Exportação (posteriormente alterada em 11 de agosto de 2009 e em 5 de novembro de 2009) para o financiamento das exportações, no montante de R\$ 800 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa CDI acrescida de 4%. O pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R\$ 266,7 milhões, a serem pagas na mesma data dos pagamentos de juros entre 10 de março de 2011 e 27 de fevereiro de 2013, data de vencimento final. Em 31 de dezembro de 2009, o montante em dívida nos termos desta nota era de R\$ 868 milhões. Em 25 de fevereiro de 2010, a Companhia concluiu a renegociação com o Banco Itaú BBA S.A. para redução das taxas de juros aplicáveis, em razão da melhora do risco de crédito da Companhia, tendo o spread sido reduzido para 2,75% ao ano.

Notas de Crédito a Exportação (NCE) – Banco do Brasil S.A.

Em 10 de fevereiro de 2010, a Magnesita e o Banco do Brasil SA, celebraram duas Notas de Crédito à Exportação para o financiamento das exportações e capital de giro no valor de R\$ 25 milhões e R\$ 19 milhões, a uma taxa média anual inferior a 2,0%. O pagamento do principal nos termos do contrato de R\$ 25 milhões deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R\$ 8,3 milhões, a serem pagas em fevereiro de 2011, 2012 e 2013. O pagamento do principal no âmbito do contrato de R\$19 milhões deve ser efetuado em duas parcelas iguais e anuais de R\$ 9,5 milhões, com vencimento em fevereiro de 2011 e 2012.

Adiantamentos para contratos em moeda estrangeira

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Magnesita também celebrou uma série de adiantamentos de contrato de câmbio junto a várias instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2009, a Magnesita figurava como parte em 27 adiantamentos de contrato de câmbio celebrados com o Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Safra S.A., e Banco HSBC Brasil S.A.-Banco Múltiplo, sendo o montante total em aberto nos termos dos referidos adiantamentos de R\$229,0 milhões.

ii. *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Além dos instrumentos de dívida acima descritos, a Magnesita também é parte em vários contratos de crédito, contratos de pagamento antecipado de exportação, contratos de arrendamento mercantil, contratos de linha de crédito e cédulas de crédito bancário, em um montante de aproximadamente R\$ 34,8 milhões em 31 de dezembro de 2009.

iii. *grau de subordinação entre as dívidas*

Em 31 de dezembro de 2009, R\$ 1,9 milhões da dívida da Companhia (exclusivamente denominada em reais) contava com garantia real. Trata-se de financiamentos para aquisição de bens os quais foram dados em garantia da própria dívida contraída para financiar sua aquisição. Os termos e condições inerentes a cada financiamento e garantia variam de acordo com a transação. Além desses, foram prestadas garantias pela Companhia e suas subsidiárias no exterior com relação às obrigações decorrentes do *Senior Export Facility Agreement* mencionado anteriormente, as quais são regidas por lei estrangeira.

Além dessas obrigações com garantia real, as demais principais dívidas da Companhia descritas no item 10.1(f)(i) acima são obrigações sem garantia real e não subordinadas da Companhia, conforme o caso, e têm o mesmo nível de preferência, em termos de direito de pagamento, entre si.

iv. *eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Algumas das nossas dívidas de longo prazo, já se considerando a dívida de que tratam as “notes” cuja emissão deverá ocorrer em 30 de março de 2010, estabelecem obrigações que limitam a nossa habilidade e a de nossas subsidiárias de praticar determinados atos, incluindo restrições a: celebração de dívidas adicionais, pagamento de dividendos ou outras distribuições, realização de investimentos, oneração de ativos, certas transações com partes relacionadas, realização de certos pagamentos, venda de ativos, implementação de reorganizações societárias, dentre outras. Além disso, o *Senior Export Facility Agreement* e Notas de Crédito a Exportação com Itaú BBA e Bradesco, incluíam, em 31/12/09, obrigações para manter os seguintes quocientes financeiros:

Período	Quociente de Alavancagem Líquida Consolidada	Quociente entre EBITDA Consolidado e Despesa Líquida com Juros Consolidada
<i>4º trimestre de 2009</i>	<i>6,00</i>	<i>1,5</i>
<i>1º trimestre de 2010</i>	<i>5,5</i>	<i>1,5</i>
<i>2º trimestre de 2010</i>	<i>5,0</i>	<i>1,75</i>
<i>3º trimestre de 2010</i>	<i>4,5</i>	<i>1,75</i>
<i>4º trimestre de 2010</i>	<i>4,5</i>	<i>2,0</i>
<i>1º trimestre de 2011</i>	<i>4,0</i>	<i>2,0</i>
<i>2º trimestre de 2011</i>	<i>3,5</i>	<i>2,0</i>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

<i>Após</i>	3,5	2,0
-------------	-----	-----

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente, não há financiamentos com limite de utilização dos recursos contratados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (histórico) com o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (histórico e pro-forma)**

A Companhia adquiriu a LWB em setembro de 2008, com efeitos contábeis a partir de 1º novembro, quando ocorreu o fechamento da transação. Considerando que as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia podem não adequar-se à finalidade de comparação dos seus resultados no exercício de 2009, as demonstrações financeiras consolidadas de 2008 foram complementadas, quando apropriado, por informações financeiras consolidadas *pro-forma e não auditadas*. Adicionalmente, em 2009, a Companhia havia disponibilizado ao mercado, em seus relatórios trimestrais de desempenho (*press releases*), dados *pro-forma* de 2008, com o mesmo objetivo de fornecer uma base comparativa, calculados a partir de uma cotação média das moedas locais de cada unidade adquirida para o período de 12 meses. Esse critério difere do ora apresentado uma vez que a conversão para reais foi feita a partir da cotação média das moedas em dois períodos: o não consolidado (de jan a out) e o consolidado (nov e dez). Desta forma, no que se refere à abertura da receita líquida, na base *pro-forma*, optamos por manter o critério de conversão pela taxa média anteriormente divulgado, apresentando uma linha de diferença cambial em relação aos dois cálculos.

Receita líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida alcançou R\$1.926,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 31,4%, ou R\$460,5 milhões em relação aos R\$1.466,1 milhões auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008. O aumento foi parcialmente compensado pela redução da demanda pelos produtos da Companhia em função da crise econômica mundial.

Em base *pro-forma*, a receita líquida de R\$1.926,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria uma redução de 19,3%, ou R\$460,2 milhões, em relação aos R\$2.386,8 milhões auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Esta redução teria sido motivada pela queda da demanda por produtos da Companhia – sobretudo os refratários fornecidos à indústria siderúrgica – como consequência da crise econômica mundial. A redução também teria como motivo a significativa valorização do real em 25,5% e 22,6% frente ao euro e ao dólar, respectivamente, em 2009.

A receita líquida no mercado brasileiro foi de R\$827,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 21,9%, ou R\$232,3 milhões, em relação aos R\$1.059,8 milhões auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A redução da receita líquida no mercado brasileiro, considerando-se também a base *pro-forma*, se deve ao fato da produção de aço bruto no Brasil ter sofrido redução de 21,4% em 2009, em relação a 2008, refletindo os efeitos adversos da crise econômica na indústria siderúrgica brasileira. Embora os preços tenham se mantido relativamente estáveis em 2009 quando comparados com 2008, os volumes de vendas da Companhia sofreram expressiva redução. Por exemplo, em 2009 foram vendidas aproximadamente 258 mil toneladas de refratários no mercado nacional, contra 297 mil toneladas em 2008.

Da redução de R\$232,3 milhões na receita líquida no mercado brasileiro, 66,6%, ou R\$154,8 milhões, corresponderam à diminuição na venda de refratários e 26,9%, ou R\$62,5 milhões, corresponderam à redução nas vendas de serviços.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Embora a indústria siderúrgica brasileira tenha sido prejudicada pela crise econômica, a mesma apresentou sinais de recuperação antes que a indústria siderúrgica mundial. Em 2009, o governo brasileiro introduziu incentivos fiscais e outras medidas para combater os efeitos da crise econômica. Adicionalmente, o governo brasileiro manteve a taxa básica de juros para facilitar o acesso ao crédito e, conseqüentemente, aumentar o consumo. A partir do segundo trimestre de 2009, observou-se um ligeiro aumento na produção de aço. Apesar da crise econômica no Brasil, a indústria doméstica de cimento manteve-se relativamente estável, em grande parte devido aos projetos de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

A receita líquida no mercado externo foi de R\$1.099,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, uma aumento de 170,5% (R\$692,8 milhões) em relação aos R\$406,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deve principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Em base *pro-forma*, a receita líquida de R\$1.099,1 milhões no mercado externo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria uma redução de 17,2%, ou R\$227,9 milhões, em relação aos R\$1.327,0 milhões que seriam registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Esta redução teria sido causada pela diminuição da demanda pelos produtos da Companhia no mercado externo, em consequência da crise econômica internacional, e pelos efeitos adversos da crise no *mix* de produtos da Companhia em 2009, período quando observamos uma maior proporção de vendas de produtos com menores preços médios, em comparação com 2008. Esses efeitos foram observados tanto na venda de refratários quanto na venda de minerais. Comparativamente a 2008, foram comercializados, em 2009, volumes menores de refratários no mercado externo. Em 2009, foram vendidas aproximadamente 572 mil toneladas de refratários no mercado externo, contra 742 mil toneladas em 2008, em base *pro-forma*. A significativa valorização do real em 25,5% e 22,6% frente ao euro e ao dólar, respectivamente, também contribuiu para a redução da receita líquida no mercado externo em 2009.

Em base *pro-forma*, da redução de R\$227,9 milhões na receita líquida no mercado externo, 91,7% (R\$208,9 milhões) teriam correspondido à redução das vendas de refratários, 3,6% (R\$8,3 milhões) à redução das vendas de sinter de magnesita e 2,0% (R\$4,5 milhões) à diminuição nas vendas de sinter de dolomita.

A tabela abaixo apresenta as receitas líquidas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, incluindo os resultados históricos e *pro-forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

Receita Líquida (em milhões de reais)	31 de dezembro de 2008		
	2009	Histórico	Pro Forma
Mercado Interno			
Refratários	R\$678.2	R\$833.0	R\$833.0
Sinter de Magnesita	5.8	4.1	4.1
Outros Minerais	45.1	61.9	61.9
Serviços	98.3	160.8	160.8
Mercado Externo			
Refratários	1,024.9	337.5	1,233,8
Sinter de Magnesita	44.7	53.0	53.0
Sinter de Dolomita	9.7	1.8	14.1
Outros Minerais	17.2	10.3	25.5
Outros Produtos	2.7	3.1	11.0
Serviços	—	0.6	0.6
Diferença cambial conf. item 10.1.h			(11,5)
Total	R\$1,926.6	R\$1,466.1	R\$2,386,8

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados somou R\$1.299,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, aumentando em 41,7%, ou R\$382,8 milhões, em relação ao valor de R\$916,9 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deu principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Em base *pro-forma*, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados de R\$1.299,7 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria uma redução de 14,7%, ou R\$223,7 milhões, em relação aos R\$1.523,4 milhões que seriam registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Embora a redução no custo de produtos vendidos e serviços prestados esteja associada à redução da receita líquida em 2009, a redução de 14,7% deste custo, em base *pro-forma*, não corresponde integralmente à redução de 19,3% da receita líquida, em base *pro-forma*, devido ao fato de determinados custos serem fixos, como é o caso da depreciação. Além da queda da receita líquida em 2009, contribuíram também para a redução no custo de produtos vendidos as medidas de reestruturação tomadas para reduzir custos no contexto da crise econômica, inclusive reduções nos quadros funcionais e corporativos em âmbito global, bem como reduções de custos fixos e da necessidade de capital de giro. Adicionalmente, a incidência de altos custos diretos com a celebração de novos contratos CPP em 2009 e com a contratação de mais de 500 funcionários para atender ao aumento na demanda por produtos e serviços previsto para 2010, teria abrandado os efeitos da redução dos custos de produtos vendidos. Estes altos custos diretos consistiram de custos associados à alocação de funcionários nas dependências de clientes, incluindo os custos de contratação e realocação de funcionários. Em 2009, os maiores componentes do custo de produtos vendidos e serviços prestados foram, em ordem de magnitude, matérias primas, mão de obra, combustível, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2008, os maiores componentes do custo de produtos vendidos e serviços prestados foram, em ordem de magnitude, matérias primas, mão de obra, combustível, outros, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2009, houve uma redução nos custos de combustíveis, em função da queda do preço do petróleo, e nos custos de mão de obra, devido às reduções nos quadros funcionais e corporativos em âmbito global.

Resultado bruto

O lucro bruto somou R\$626,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 14,1%, ou R\$77,6 milhões, em relação aos R\$549,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O lucro bruto representou 32,5% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, percentual 4,9 pontos inferior ao de 37,5% registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Em base *pro-forma*, o lucro bruto de R\$626,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria uma redução de 27,4%, ou R\$236,5 milhões, em relação aos R\$863,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Também em base *pro-forma*, o lucro bruto teria representado 32,5% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, percentual 3,7 pontos inferior ao de 36,2% registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas somaram R\$199,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 59,4%, ou R\$74,3 milhões, em relação aos R\$125,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento se deu à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008.

Em base *pro-forma*, as despesas com vendas de R\$199,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representariam uma redução de 16,8%, ou R\$40,3 milhões, em relação aos R\$239,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Tendo em vista que as comissões de vendas respondem por grande parte das despesas com vendas, a redução destas teria sido gerada pela redução das vendas em 2009. A queda das despesas com vendas também teria sido gerada pelas medidas adotadas em 2009 para reduzir custos e despesas e aumentar a eficiência e produtividade operacional, inclusive reduções nos quadros funcionais e corporativos. Contudo, a redução das despesas com vendas foi inferior à da receita líquida com vendas já que parte das despesas com vendas é fixa.

Despesas gerais e administrativas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As despesas gerais e administrativas somaram R\$212,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 33,1%, ou R\$52,9 milhões, em relação aos R\$160,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente à inclusão de doze meses de resultados operacionais da LWB em 2009, contra apenas dois meses em 2008, o que foi parcialmente mitigado pelos efeitos das medidas de redução de custos adotados em 2009.

Em base *pro-forma*, as despesas gerais e administrativas de R\$212,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representariam uma redução de 16,9%, ou R\$43,3 milhões, em relação aos R\$256,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A queda das despesas gerais e administrativas teria sido gerada pelas medidas adotadas em 2009 para reduzir custos e despesas e aumentar a eficiência e produtividade operacional. Estas medidas compreenderam reduções nos quadros funcionais e corporativos, bem como a implementação de um programa voltado à redução e controle de custos de diversos tipos, incluindo os gerais e administrativos.

Amortização de ágio

A amortização de ágio foi nula no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, contra R\$255,5 milhões, ou R\$281,3 milhões em base *pro-forma*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em razão da entrada em vigor de novas regras contábeis, os quais prevêem que, conforme disposto na Lei N° 11.638/07, o ágio não deve ser amortizado a partir de 1° de janeiro de 2009.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas somaram R\$24,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 60,8%, ou R\$38,0 milhões em relação aos R\$62,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em base *pro-forma*, as outras receitas operacionais, líquidas de R\$24,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representariam uma redução de 61%, ou R\$38,5 milhões, em relação aos R\$63,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Esta redução teria sido motivada pelas despesas associadas a indenizações trabalhistas no valor de R\$18,9 milhões, além de perdas atuariais relacionadas ao plano de benefícios da Magnus no valor de R\$8,1 milhões e despesas de reestruturação, que somaram R\$10,4 milhões.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro somou R\$239,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, elevando-se em 236,0%, ou R\$168,0 milhões, em relação aos R\$71,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O aumento se deve principalmente à entrada em vigor de novas regras contábeis, os quais estabelecem que o ágio não deverá ser amortizado a partir de 1° de janeiro de 2009. Em base *pro-forma*, o lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$239,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria um aumento de 60%, ou R\$89,9 milhões, em relação aos R\$149,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Resultado financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$238,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, reduzindo-se em 71,6%, ou R\$99,6 milhões, em relação ao resultado negativo de R\$139,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Em base *pro-forma*, o resultado financeiro negativo de R\$238,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria uma redução de 3,2%, ou R\$7,5 milhões, em relação ao resultado negativo de R\$231,2 milhões que teria sido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

A receita financeira é calculada somando-se a receita financeira, que corresponde efetivamente à receita proveniente das disponibilidades, e os ganhos/perdas de correções monetárias e variações cambiais sobre ativos. A receita financeira apresentou redução R\$134,6 milhões para uma despesa de R\$9,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 contra uma receita financeira de R\$124,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em base *pro-forma*, a despesa financeira de R\$9,8 milhões no exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

findo em 31 de dezembro de 2009 representaria uma redução de R\$153,1 milhões, em relação à receita financeira de R\$143,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A redução se deu à redução nos ganhos/perdas de correções monetárias e variações cambiais sobre ativos, em razão da desvalorização do dólar frente ao euro e ao real em 2009, comparativamente à valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008.

As despesas financeiras são calculadas somando-se as despesas financeiras, que correspondem efetivamente às despesas relacionadas à dívida, e os ganhos/perdas de correções monetárias e variações cambiais sobre passivos. As despesas financeiras somaram R\$228,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, reduzindo-se em 13,3%, ou R\$35,0 milhões, em relação aos R\$263,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em base *pro-forma*, as despesas financeiras de R\$228,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representariam uma redução de 38,9%, ou R\$145,6 milhões, em relação aos R\$374,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A redução se deve ao aumento nos ganhos/perdas de correções monetárias e variações cambiais sobre passivos, em razão da desvalorização do dólar frente ao euro e ao real em 2009, comparativamente à valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008, o que reduziu o valor em reais dos nossos passivos denominados em moeda estrangeira. A redução das despesas financeiras foi parcialmente compensada pelo aumento nas taxas de juros incidentes sobre a dívida da Companhia, como resultado da renegociação de alguns de seus contratos de financiamento em 2009.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

A Companhia registrou lucro antes de impostos de R\$0,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, um aumento de R\$68,4 milhões em relação ao prejuízo de R\$67,9 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em base *pro-forma*, o lucro antes de impostos de R\$0,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 representaria um aumento de R\$82,4 milhões em relação ao prejuízo de R\$81,9 milhões que teria sido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

IR e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social aumentaram R\$ 42,7 milhões, chegando a uma despesa de R\$ 28,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação a um crédito de R\$ 14,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em uma base *pro forma*, imposto de renda e contribuição social teriam aumentado R\$ 23,4 milhões, chegando a uma despesa de R\$ 28,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação a uma despesa de R\$ 5,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Imposto de renda e contribuição social correntes aumentaram 8,3%, ou R\$ 2,2 milhões, chegando a R\$ 26,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação aos R\$ 24,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em uma base *pro forma*, imposto de renda e contribuição social corrente teriam diminuído 45%, ou R\$ 21,6 milhões, chegando a R\$ 26,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação aos R\$ 48,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Imposto de renda e contribuição social diferidos aumentaram R\$ 40,5 milhões, chegando a uma despesa de R\$ 2,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em relação a um crédito de R\$ 38,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em uma base *pro forma*, imposto de renda e contribuição social diferidos teriam aumentado R\$ 45,0 milhões, chegando a uma despesa de R\$ 2,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em relação a um crédito de R\$ 42,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento do imposto de renda e da contribuição social diferidos teria ocorrido principalmente devido aos ajustes relacionados com o valor de nossa obrigação de benefícios definida no âmbito do plano de pensão Magnus, que originou um passivo fiscal diferido. Conforme discutido acima, as novas regras de contabilidade introduzidas em 2008 dispõem que o ágio pode deixar de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009. À luz dessas novas regras contábeis, pelo fato de a amortização do ágio ainda ser dedutível para efeitos fiscais, criamos um passivo de imposto diferido mediante o crédito da despesa de imposto de renda diferido em 2009 de R\$ 108,1 milhões. Ao mesmo tempo, creditamos um ativo de imposto diferido sobre amortização fiscal mensal de ágio no mesmo valor.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As estimativas dos nossos resultados futuros indicam que vamos gerar receita tributável futura suficiente para absorver os nossos impostos diferidos.

Resultado Líquido do exercício

O resultado líquido do exercício diminuiu 44,9%, ou R\$ 24,2 milhões, chegando a um prejuízo de R\$ 29,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação ao também prejuízo de R\$ 53,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em uma base pro forma, a perda no exercício teria diminuído 66%, ou R\$ 57,5 milhões, chegando a R\$ 29,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação aos R\$ 87,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (histórico) da Magnesita Refratários S.A. com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (histórico) da Magnesita S.A.

Em 27 de setembro de 2007, a Magnesita Refratários S.A. adquiriu o controle da Magnesita S.A. e, em 21 de fevereiro de 2008, a Magnesita S.A. foi incorporada pela Magnesita Refratários S.A. Para efeitos contábeis, a data de vigência da fusão foi 1º de janeiro de 2008. Pelo fato de as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 incluírem tão-somente dois meses de resultados de operações, que correspondem às operações da Magnesita S.A. a partir da data em que foi adquirida, a discussão dos nossos resultados históricos das operações que segue abaixo compara os resultados operacionais da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 com os resultados operacionais da Magnesita S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, de modo a proporcionar uma comparação mais significativa dos nossos resultados operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não incluem determinados rendimentos e despesas, que se encontram refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A título de exemplo, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, compreendem caixa, bancos e aplicações financeiras; ágio, líquido de ágio negativo; empréstimos e financiamento, despesas gerais e administrativas, amortização de ágio e despesas financeiras que não estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita S.A. para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive. Assim, as demonstrações financeiras da Magnesita S.A. para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, não são totalmente comparáveis às demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, inclusive.

Vendas líquidas

O volume das vendas líquidas é calculado pela dedução dos impostos sobre vendas e serviços oriundos de vendas e serviços brutos. As vendas líquidas aumentaram 22,3%, ou R\$ 267,5 milhões, chegando a R\$ 1.466,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 1.198,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 145,6 milhões do aumento nas vendas líquidas e o aumento restante se deve, sobretudo, ao aumento dos preços do sinter de magnesita e refratários, bem como à desvalorização do real frente ao dólar dos EUA e ao euro. Nos dois últimos meses de 2008, verificamos uma diminuição no volume de vendas, tendo em vista que a crise econômica internacional reduziu o nível de produção na indústria siderúrgica.

Em termos de nossos resultados operacionais, o ano de 2008 pode ser dividido em dois períodos: o período anterior à crise econômica e o período afetado pela crise econômica. O período de janeiro a setembro foi marcado pela crescente demanda por nossos produtos e pela retomada dos preços. A produção global de aço bruto atingiu o pico em maio de 2008, chegando a 121,1 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 5,8% da produção de aço bruto em maio de 2007. No período de outubro a dezembro, como a crise econômica se intensificou, verificou-se um abrandamento no ritmo da produção de aço que afetou significativamente nossas operações. Algumas siderúrgicas anunciaram a suspensão dos projetos de expansão de capacidade e, por conseguinte, os preços do aço caíram.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As vendas no mercado brasileiro aumentaram 8,3%, ou R\$ 81,5 milhões, chegando a R\$ 1.059,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 978,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Este aumento nas vendas líquidas no mercado brasileiro foi devido ao crescimento contínuo na produção de aço no país, ao crescimento contínuo da indústria da construção civil e a um aumento da demanda por produtos automotivos e industriais. Apesar de termos vendido um volume considerável de refratários em 2008 comparado a 2007, os preços de nossos refratários aumentaram na mesma proporção do crescimento da produção de aço.

No quarto trimestre de 2008, em meio à crise econômica internacional, verificamos uma diminuição nas vendas líquidas devido ao menor volume de vendas no Brasil. Apesar das medidas específicas adotadas pelo governo brasileiro, dentre as quais a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para estimular as vendas de automóveis e de financiamentos de exportação, o elevado grau de incerteza prevalecente durante o quarto trimestre de 2008 causou um impacto negativo em nossas vendas. As vendas de refratários para a indústria de cimento permaneceram relativamente estáveis, apesar da crise econômica.

Do aumento de R\$ 81,5 milhões nas vendas líquidas no mercado brasileiro, 85%, ou R\$ 69,2 milhões, corresponderam a um aumento nas vendas de refratários e 14,4%, ou R\$ 11,7 milhões, a um aumento nas vendas de outros minerais. As vendas no mercado externo aumentaram 84,5%, ou R\$ 186 milhões, chegando a R\$ 406,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 220,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 145,6 milhões do aumento nas vendas líquidas no mercado externo, sendo o aumento restante atribuído à elevação dos preços para o sinter de magnesita, que atingiu níveis recordes em 2008. O aumento dos preços do sinter de magnesita foi principalmente o resultado de uma redução do nível de oferta no mercado internacional depois que o governo chinês impôs restrições ao aumento às exportações. O preço do sinter de magnesita diminuiu ligeiramente, em virtude da crise econômica internacional.

Além disso, o aumento nas vendas líquidas no mercado externo foi também atribuído à desvalorização do real frente ao dólar e ao euro. A tabela a seguir mostra as vendas líquidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	Magnesita	
	Refratários	Magnesita
	S.A.	S.A.
	31 de dezembro de ,	
Receita Líquida (em milhões de reais)	2008	2007
Mercado Interno		
Refratários	833.0	763.8
Sinter de Magnesita	4.1	-
Outros Minerais	61.9	50.3
Serviços	160.8	164.3
Mercado Externo		
Refratários	337.5	162.3
Sinter de Magnesita	53.0	43.6
Sinter de Dolomita	1.8	-
Outros Minerais	10.3	14.3
Outros Produtos	3.1	-
Serviços	0.6	-
Total	1,466.1	1,198.6

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentou 22,8%, ou R\$ 170,1 milhões, chegando a R\$ 916,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 746,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 110,1 milhões do aumento. Embora o aumento do custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados corresponda ao aumento nas vendas líquidas em 2008, o aumento de 22,8% no custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados não corresponde totalmente ao aumento de 22,3% nas vendas líquidas, devido ao fato de alguns de nossos custos serem fixos. Além disso, o aumento

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

no custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados foi atenuado por medidas de redução de custo adotadas por nós, incluindo a reestruturação de nossas operações, reorganização de nossa estrutura corporativa e racionalização do nosso processo de produção.

Em 2008, os maiores componentes de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados foram, por ordem de grandeza, matérias-primas, mão-de-obra, combustível, outros, depreciação, manutenção e energia elétrica. Em 2007, os maiores componentes de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados foram, por ordem de grandeza, matérias-primas, mão-de-obra, combustíveis, outros (que inclui os custos associados a serviços de consultoria e mineração), depreciação, energia elétrica e manutenção. Em 2008, tivemos um aumento dos custos de combustível, os preços do petróleo aumentaram, assim como um aumento dos custos de mão-de-obra, tendo em vista a melhora das condições do mercado.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 21,6%, ou R\$ 97,5 milhões, chegando a R\$ 549,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 451,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 35,5 milhões desse aumento. Como uma porcentagem da receita líquida, o lucro bruto diminuiu 0,2 ponto percentual, passando para 37,5% das vendas líquidas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado aos 37,7% das vendas líquidas no exercício fiscal encerrado em 30 de dezembro de 2007.

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 1,9%, ou R\$ 2,3 milhões, chegando a R\$ 125 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 122,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento das despesas com vendas se deve principalmente à inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB, em 2008, o que representou R\$ 21,8 milhões das despesas de venda. O aumento nas despesas de vendas foi compensado pelas medidas de redução de custos adotadas por nós, incluindo a reestruturação de nossas operações e a reorganização da nossa estrutura corporativa.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 7,5%, ou R\$ 11,2 milhões, chegando a R\$ 160 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 148,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento das despesas gerais e administrativas foi principalmente atribuível à inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008, o que representou R\$ 16,4 milhões em despesas gerais e administrativas. O aumento nas despesas de vendas foi compensado pelas medidas de redução de custos adotadas por nós, incluindo a reestruturação de nossas operações e a reorganização da nossa estrutura corporativa. O aumento das despesas gerais e administrativas também foi devido às despesas iniciais que contraímos na integração das operações da LWB.

Amortização do ágio

Em 2008, foram amortizados R\$ 255,5 milhões do saldo de ágio gerado nas aquisições da Magnesita S.A. e da LWB pela Magnesita Refratários S.A.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas aumentaram R\$ 74,3 milhões, chegando a uma receita de R\$ 62,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 de a uma despesa de R\$ 11,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Este aumento de outras receitas (despesas) operacionais líquidas se deve a uma decisão favorável em um processo judicial, que gerou uma receita de R\$ 18,5 milhões, um ganho na venda de bens imóveis situados em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, no valor de R\$ 67,2 milhões e uma mudança nos princípios contábeis, através da qual a receita e as despesas não-operacionais foram reclassificadas como outras (despesas), operacionais líquidas. O aumento de outras receitas (despesas) operacionais líquidas foi compensado pela inclusão de dois meses de resultados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

operacionais da LWB em 2008, o que representou R\$ 22,0 milhões em despesas, bem como a adoção de nossa reorganização societária, que gerou despesas de R\$ 58,8 milhões.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro diminuiu 57,7%, ou R\$ 97,3 milhões, chegando a R\$ 71,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 168,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 24,9 milhões da diminuição do lucro operacional antes do resultado financeiro.

Resultados financeiros

Os resultados financeiros diminuíram R\$ 144,7 milhões, chegando a uma despesa de R\$ 139,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação à receita de R\$ 5,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 25,1 milhões da queda.

A receita financeira é calculada pela soma do resultado financeiro, que é efetivamente receita provenientes de caixa e equivalentes de caixa, e correção monetária e ganhos/perdas cambial sobre o ativo. A receita financeira aumentou R\$ 103,7 milhões, chegando a R\$ 124,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 21,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O aumento foi devido principalmente à inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008, uma vez que o aumento resultante no valor de nossos ativos denominados em moeda estrangeira e a valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008 aumentou de indexação e os ganhos cambiais sobre ativos em 2008.

As despesas financeiras são calculadas adicionando as despesas financeiras, que são efetivamente as despesas relacionadas com a dívida, e correção monetária e ganhos/perdas cambiais sobre os ativos. As despesas financeiras aumentaram R\$ 248,5 milhões, chegando a R\$ 264,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação aos R\$ 15,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi o principal responsável pelo aumento, uma vez que o aumento no valor do nosso passivo denominado em moeda estrangeira e a valorização do dólar e do euro frente ao real em 2008 aumentaram a indexação e as perdas cambiais sobre o passivo em 2008. Além disso, o aumento restante foi devido ao aumento da dívida contraída pela Magnesita Refratários S.A. para financiar a aquisição da Magnesita S.A. e da LWB.

Resultado operacional

O Resultado operacional diminuiu 139%, ou R\$ 242,0 milhões, chegando a um prejuízo de R\$ 67,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação a um lucro de R\$ 174,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 49,9 milhões da queda.

Outras receitas (despesas) não-operacionais líquidas

As receitas (despesas) não-operacionais líquidas foram nulas no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada com uma despesa de R\$ 15,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Isto foi devido à uma mudança dos princípios contábeis ocorrida ao final de 2008, segundo os quais as receitas e as despesas não-operacionais devem ser reclassificadas como outras (despesas) operacionais líquidas.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos

O resultado antes de impostos diminuiu 142,7%, ou R\$ 227,0 milhões, chegando a um prejuízo de R\$ 67,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação à receita de R\$ 159,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 49,9 milhões da queda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

IR e contribuição social

O Imposto de renda e a contribuição social diminuíram R\$ 61,7 milhões, chegando a um crédito de R\$ 14 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação a uma despesa de R\$ 47,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 6,4 milhões do aumento do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social correntes diminuíram 55,4%, ou R\$ 30 milhões, chegando a R\$ 24,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 comparado a R\$ 54,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. O imposto de renda e a contribuição social diferidos diminuíram R\$ 31,8 milhões, chegando a um crédito de R\$ 38,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação a um crédito de R\$ 6,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 9,5 milhões do aumento e o restante do aumento deu-se ao imposto de renda diferido originado a partir do ágio em relação à aquisição da LWB.

Resultado líquido no exercício

O Resultado Líquido do exercício diminuiu R\$ 162,3 milhões, chegando a um prejuízo de R\$ 53,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, em relação a um lucro líquido de R\$ 108,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A inclusão de dois meses de resultados operacionais da LWB em 2008 foi responsável por R\$ 43,6 milhões da queda.

Liquidez e recursos de capital

Nossas principais fontes de liquidez têm sido, historicamente, os fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento e de empréstimos de curto e longo prazos. Acreditamos que essas fontes continuarão a ser os principais meios com os quais poderemos satisfazer as nossas necessidades de fluxo de caixa. Nossas necessidades de caixa incluem os itens abaixo:

- capital de giro;
- o serviço da nossa dívida, e
- investimentos técnicos e aquisições.

Em 31 de dezembro de 2009, nosso caixa e equivalentes somavam R\$ 367,6 milhões (o que inclui depósitos bancários vinculados no montante de R\$ 24,5 milhões), dos quais R\$ 140,7 milhões eram denominados em reais. Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos um capital de giro operacional de R\$ 772,9 milhões. O capital de giro operacional equivale à soma das contas a receber e estoques, menos contas a pagar.

Fluxos de caixa

Atividades operacionais

O caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 131,2 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 112,4 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O aumento foi principalmente atribuível ao caixa gerado pela LWB, o qual foi parcialmente compensado por uma diminuição do resultado operacional, devido aos efeitos da crise econômica internacional.

Em 31 de dezembro de 2009, tínhamos um capital de giro operacional de R\$ 772,9 milhões, em comparação com o capital de giro de R\$ 920,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Durante o ano de 2009, estivemos focados na redução do nosso ciclo de conversão de caixa, com especial ênfase na redução de estoques e gestão.

Além disso, a média de dias devidos em contas a pagar aumentou, na medida em que negociamos com uma série de fornecedores, a fim de obter prazos de pagamento mais longos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2008, nosso capital de giro operacional era de R\$ 920,9 milhões, comparado ao capital de giro de R\$ 445,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Grande parte do aumento de capital de giro no período 2007-2008 foi devido à inclusão do capital de giro da LWB em 31 de dezembro de 2008. As contas a receber também aumentaram em virtude de um aumento nas vendas líquidas em 2008 em comparação a 2007. Além disso, as contas a pagar aumentaram devido a uma recuperação da nossa produção.

Atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 30,5 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 883,2 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A queda foi principalmente atribuível ao uso que fizemos de uma quantidade significativa de recursos disponíveis em caixa em 2008 para adquirir a LWB. Em 2009, as atividades de investimento, para as quais utilizamos caixa, consistiram principalmente de acréscimos ao ativo imobilizado e intangível (software, principalmente), no valor de R\$ 44,4 milhões. Em 2008, as atividades de investimento, para as quais utilizamos caixa, consistiram principalmente de aquisições, incluindo a aquisição da LWB, no valor de R\$ 952,3 milhões e acréscimos ao ativo imobilizado e intangível (software, principalmente), no valor de R\$ 111,8 milhões. Reduzimos de maneira significativa, os gastos de capital, chegando a R\$ 44,4 milhões em 2009, contra R\$ 111,8 milhões em 2008, uma vez que investimos o valor mínimo necessário para garantir a segurança operacional.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:
a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Magnesita advém da comercialização de produtos refratários, utilizados por uma infinidade de indústrias que operam com temperaturas acima dos 1.200° C, com destaque para os setores de siderurgia e de cimento. Adicionalmente, a Companhia comercializa uma série de minerais extraídos de minas próprias, além do excedente de sinter de magnesita e de dolomita, principais matérias-primas utilizadas na produção dos refratários básicos. Outro item importante na receita da Companhia é a prestação de serviços, principalmente, de manutenção eletromecânica dos equipamentos dos seus clientes.

Produtos	2009		2008	
		Volume (mil t)		Volume (mil t)
Refratários		830,3		464,7
Dolomita/Magnesita		104,5		88,6
Outros Minerais		927,0		531,1
Outros Produtos/Serviços		4,5		1,3
Total		1.866,3		1.085,7

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
--

Produção de aço e cimento

Os resultados das operações da Magnesita foram, e continuarão a ser, altamente correlacionados com o nível da produção de aço e cimento. A crise econômica internacional prejudicou a demanda por aço e produtos de cimento, o que resultou na diminuição dos níveis de produção por esses setores. Produção mundial de aço caiu de 1.329,7 milhões de toneladas em 2008 para 1.219,7 milhões de toneladas em 2009, e a produção de aço no Brasil diminuiu de 33,7 milhões de toneladas em 2008 para 26,5 milhões de toneladas em 2009. A produção mundial de cimento (excluindo a China) passou de 1.571 milhões de toneladas em 2008 para 1.551 milhões de toneladas em 2009, e a produção de cimento no Brasil passou de 51.838 mil toneladas em 2008 para 51.092 mil toneladas em 2009. Como resultado destes últimos volumes de produção em queda nas indústrias de aço e cimento, experimentamos uma diminuição na demanda de nossos produtos. Esperamos que a produção de aço e cimento venham a se correlacionar com o PIB global e aumentar gradualmente nos próximos três a cinco anos.

Condições econômicas globais e internas

Nossos resultados operacionais dependem em grande escala das condições econômicas globais e internas, especialmente do seu efeito sobre a produção global e nacional de aço e cimento, que tem uma correlação significativa com a demanda por nossos produtos e serviços. Antes da crise econômica internacional, nossa empresa se beneficiava na medida em que o crescimento das economias nacional e mundial de aço impulsionava a produção de cimento a níveis recordes, o que aumentou a demanda por nossos produtos e serviços. Por outro lado, durante a crise econômica internacional e devido ao seu agravamento, a consequente diminuição da produção de aço e cimento afetou nossas operações.

Além disso, a estabilidade nos mercados de capitais globais e a disponibilidade de financiamento a taxas razoáveis podem afetar nossa capacidade de fazer aquisições significativas. Entendemos que as aquisições são uma parte importante da nossa estratégia de negócios. Costumamos financiar aquisições com dívida. Por exemplo, a Magnesita Refratários S.A. financiou a aquisição da Magnesita S.A. com dívida e assim também foi na aquisição da LWB, onde parte do pagamento envolveu a assunção de dívidas contraídas pela empresa

10.2 - Resultado operacional e financeiro

adquirida. A volatilidade nos mercados de capital globais e a indisponibilidade de financiamento a taxas razoáveis podem restringir a nossa capacidade de financiar aquisições significativas.

Concorrência

Temos concorrentes para todos os nossos produtos, tanto no mercado brasileiro quanto no internacional. Nossos maiores concorrentes globais são: RHI Refractories; Krosaki Harima Corporation; Shinagawa Refractories Co.; ANH Refractories Company, Vesuvius, Saint-Gobain, o grupo Refratechnik e Minteq International. Concorremos também com uma série de *players* regionais e locais em cada um dos mercados em que vendemos nossos produtos. Embora a estimativa seja a de que, no mercado brasileiro de refratários, sejamos responsáveis por mais de 70% dos refratários vendidos no Brasil, com base nas receitas, enfrentamos uma concorrência significativa em nossos esforços de expansão internacional. Nosso sucesso no mercado externo e nossa capacidade de gerar vendas líquidas no mercado externo dependem da nossa capacidade de competir efetivamente com nossos concorrentes e fornecer produtos, serviços e preços que nos diferenciem deles.

Medidas de redução de custos

Nós operamos um sistema de gerenciamento de redução de custos contínuo e agressivo e ferramentas modernas de gestão da produtividade, a fim de reduzir nossos custos e despesas, com foco na redução de nossa mão-de-obra, consumo de matérias-primas e custos com energia. Nosso sistema de gerenciamento de redução de custos inclui delegar aos nossos diretores operacionais e financeiros a responsabilidade de gerenciar uma ampla variedade de despesas, desde custos com matérias-primas até os administrativos, passando pelos custos de gerenciamento de estoque. Como resultado da crise econômica internacional, reduzimos nossa força de trabalho e nosso pessoal corporativo em todo o mundo, bem como nossos custos fixos e as necessidades de capital de giro. Reduzimos nossas contas a receber e nossos estoques, principalmente em nossas operações nos EUA e na Europa, e demos início a uma forte redução dos estoques e das condições de pagamento com fornecedores da América do Sul. Esperamos continuar implementando medidas para o controle e redução dos nossos custos no futuro.

Crescimento do produto interno bruto brasileiro e demanda interna para nossos produtos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as vendas no Brasil representaram 42,9% das nossas vendas líquidas consolidadas. As vendas internas de refratários representaram 39,8% das nossas vendas de refratários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Como uma empresa brasileira e com uma parcela substancial de nossas operações no país, somos significativamente afetados pelas condições econômicas do Brasil. Nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido, e continuarão a ser, afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, uma vez que parte substancial de nossos produtos é vendida no Brasil.

O crescimento do PIB brasileiro tem flutuado significativamente, e prevemos que provavelmente mantenha esse ritmo. Nossa administração acredita que o crescimento econômico brasileiro deve afetar positivamente o futuro de nossas vendas líquidas e dos resultados das operações. No entanto, um crescimento baixo e continuado ou uma recessão no Brasil provavelmente reduziria nossa receita líquida futura, surtindo um efeito negativo sobre os resultados de nossas operações.

Sazonalidade

Nossa exposição a flutuações sazonais na demanda por cimento e, em grau ainda menor, por aço é mínima. Muito embora o impacto global sobre nosso negócio de sazonalidade nas indústrias de aço e cimento não seja significativo, a demanda por materiais refratários é afetada durante os períodos de menor demanda por cimento, tais como períodos chuvosos, e paradas programadas na indústria siderúrgica, que tendem a ocorrer durante períodos de menor utilização, como os meses de dezembro e julho.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2009, a receita líquida da Companhia apresentou uma queda de 19,3% em relação à apurada em 2008. Essa variação se deve, em grande parte, às já mencionadas deterioração dos mercados em que atuamos, dada a crise financeira mundial; e desvalorização das moedas americana e européia frente ao real, já que mais da metade das nossas receitas advém do mercado externo, com grande concentração de clientes nos EUA e em países da Europa. Contudo, essa redução foi parcialmente compensada pela expansão do modelo de negócios CPP, que consiste na prestação de serviços que aumentam a produtividade do cliente e agregam valor aos nossos produtos. Desde o início de 2009 até a presente data, assinamos doze novos contratos sob esse modelo, dos quais oito foram para atender clientes no exterior.

Novos produtos e tecnologias desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Magnesita também contribuíram para minimizar a redução da receita no último ano a exemplos dos três projetos que se encontram em fase de teste no mercado:

- Desenvolvimento de formatos de peças refratárias com foco na qualidade do aço e na segurança operacional. A partir do amortecimento da turbulência do aço líquido durante sua conformação no processo de lingotamento;
- Desenvolvimento de aditivo, à base de MgO, para o condicionamento de escória em fornos elétricos. Com isso, há um aumento da produtividade e um menor consumo de energia e de refratários pelo cliente.
- Desenvolvimento de massas refratárias utilizadas no controle da produção e vazamento de gusa produzido em pequenos fornos, que operam com carvão vegetal.

Nós mantemos contratos de curto prazo e com uma frequência anual renovamos os acordos de fornecimento com a maioria dos nossos clientes, por meio dos quais nos comprometemos em entregar um percentual da necessidade de refratários destes clientes. Os termos destes acordos de suprimento de refratários tipicamente requerem que, numa base anual e juntamente com o cliente, determinemos os preços para aquele período. Os preços são geralmente determinados, em parte, pela referência de nossos custos incorridos com matéria-prima, energia e mão-de-obra.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Estamos expostos a riscos de mercado diferentes, incluindo alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Risco de mercado vem a ser a perda em potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas e nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Risco de taxa de juros

A nossa exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da LIBOR, já que esta é referência para os empréstimos em dólares, e às variações da taxa CDI, pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais. A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco de taxa de juros associada a algumas de nossas dívidas de longo prazo. Com conexão a essa análise de sensibilidade, foram considerados como "prováveis" a expectativa do Banco Central do Brasil para o CDI e a LIBOR para o ano de 2010. Além disso, os cenários II e III foram calculados levando em conta o aumento do CDI e da LIBOR de 25% e 50%, respectivamente, em comparação com o cenário provável. Abaixo estão as nossas despesas financeiras no âmbito desses cenários, tendo em conta o parcela pós-fixada das taxas de juro aplicáveis:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Instrumento	Taxa	Despesa Financeira (em milhares de reais)		
		Cenário I (provável)	Cenário II ⁻	Cenário III
Export Credit Notes	CDI	124,468	145,958	167,284

Efeitos das flutuações nas taxas de câmbio entre o real, o dólar dos EUA e o euro

Nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de depreciação ou apreciação do real frente ao dólar dos EUA e ao euro porque:

- uma parcela significativa da nossa receita líquida é denominada em dólares ou em euros ou é atrelada a estas moedas;
- nossos custos para algumas de nossas matérias-primas são contraídos em dólares ou em euros ou estão atrelados a estas moedas;
- temos determinadas despesas operacionais, e efetuamos alguns outros investimentos, que são cotados em dólares ou em euros ou estão atreladas a estas moedas, e
- possuímos um número considerável do passivo em dólares que nos obriga a fazer pagamentos de principal e juros nesta moeda.

Uma parcela substancial de nossas vendas de refratários é efetuada no mercado externo a preços que tomam por base preços do mercado internacional. Quando o real se desvaloriza frente ao dólar dos EUA ou ao euro, nossas vendas líquidas oriundas de mercados externos aumentam. Inversamente, quando o real se valoriza frente ao dólar ou ao euro, nossas vendas líquidas provenientes desses mercados diminuem.

As vendas no mercado externo, que nos permitem gerar recebíveis em moeda estrangeira, tendem a fornecer um hedge natural contra nossas obrigações do serviço da dívida em dólar, porém estas não coincidem totalmente com tais vendas. Assim, muitas vezes, realizamos hedges para atenuar as flutuações da taxa de câmbio de nossa dívida denominada em dólar. Uma parcela significativa de nossa dívida está vinculada às vendas no mercado externo, que lhe servem como o principal meio de pagamento. Esta dívida está denominada em dólares dos EUA e geralmente está disponível a um custo menor do que outros tipos de financiamento disponíveis no Brasil.

A nossa exposição líquida a flutuações cambiais, de 31 de dezembro de 2009, decorrente principalmente das flutuações do dólar é a seguinte:

(em milhares de reais)	Dólares	Euro	Outras moedas
Ativos e passivos em moeda estrangeira			
Caixa e Bancos	42,425	80,490	17,113
Títulos e Valores Mobiliários	62,066	—	409
Contas a receber, líquidas de provisão para riscos de crédito	84,080	113,085	24,524
Fornecedores	(30,529)	(49,318)	(14,740)
Empréstimos e financiamentos	(756,240)	(12,745)	—
Outros passivos monetários líquidos no exterior	(56,335)	(167,390)	(43,371)
	<u>(654,533)</u>	<u>(35,878)</u>	<u>(16,065)</u>

Consideramos o risco cambial inerente ao *Senior Export Security Agreement* a ser atenuado, pois o mesmo é garantido por operações realizadas nos Estados Unidos e Europa, bem como por exportações realizadas por nós na moeda norte-americana.

Derivativos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não temos quaisquer operações de swap em circulação em 31 de dezembro de 2009. Tampouco efetuamos operações com derivativos para fins especulativos, nem costumamos liquidar operações com derivativos antes do vencimento. No entanto, podemos realizar operações com derivativos antes do vencimento, quando se extingue a obrigação subjacente a que se refere o derivativo (por exemplo, dívida).

Celebramos um contrato a termo a fim de proteger os fluxos de caixa com a aquisição de matérias-primas em dólares, como segue:

<u>(em milhares de reais)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de Referência (nocial)</u>	<u>Valor Justo</u>
Bélgica	Junho de 2010		
Ativos		€2,825	92
Passivos		US\$4,069	

A análise de sensibilidade que se segue foi elaborada para estudar o risco cambial associado ao contrato a termo. Para fins dessa análise de sensibilidade, consideramos o valor de mercado do contrato a termo em 31 de dezembro de 2009 no cenário "provável". Além disso, os cenários II e III foram calculados considerando o agravamento da variação cambial de 25% e 50%, respectivamente, em comparação com o cenário provável.

	<u>Risco</u>	<u>Ganho (Perda)</u>		
		<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Belgica	Depreciação do Euro frente ao Dólar	92	(1,025)	(2,909)

Efeitos das flutuações nos preços de matérias-primas e combustíveis

Devido ao fato de possuímos 85 concessões de mineração ativas com extensas reservas minerais, temos acesso a matérias-primas de alta qualidade a custos mais baixos do que os nossos concorrentes, o que limita a nossa exposição à volatilidade dos preços das matérias-primas. Em 2009, éramos auto-suficientes em aproximadamente 80% do total das nossas necessidades de matérias-primas, em termos de volume. No entanto, nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível (especialmente petróleo e gás), o que representou 11,0% de nossos custos totais de produção em 2009.

Contamos com terceiros para o nosso abastecimento de combustível. Embora, no momento, não efetuemos hedge para nossos custos de combustível, temos considerado a possibilidade de fazê-lo futuramente. Além disso, consideramos a possibilidade de hedge para o risco cambial inerente ao custo de nossas matérias-primas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Além da atividade de produção de refratários, temos outras atividades, principalmente de mineração, que eventualmente podem ser expandidas, monetizadas ou até mesmo vendidas.

Continuaremos a explorar oportunidades de efetuar aquisições e parcerias com outras empresas no intuito de expandir nossos negócios. Quaisquer aquisições ou acordos de parceria dessa natureza podem ser significativos e ter um impacto notável sobre nossos negócios e os resultados das operações.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Efeitos da aquisição da LWB

Em 5 de novembro de 2008, adquirimos a LWB, líder na produção internacional de produtos refratários dolomíticos de alto valor agregado. Foram pagos R\$ 785,4 milhões, sendo R\$ 297,8 milhões em espécie e R\$ 487,6 milhões sob a forma de 23.457.778 ações ordinárias emitidas por nós. Adicionalmente, na data de fechamento da operação, a dívida líquida do Grupo LWB no valor de €380 milhões foi refinanciada e, para tanto, além da utilização de recursos próprios no valor equivalente a €50 milhões, a Companhia se utilizou de linha de financiamento já contratada no valor de US\$475,0 milhões (*Senior Export Facility Agreement*).

Como resultado da aquisição da LWB, em conformidade com o padrão brasileiro de contabilização (BR GAAP), consolidamos totalmente o ativo, o passivo e os resultados das operações da LWB e suas subsidiárias consolidadas em nossas demonstrações financeiras de 1º de novembro de 2008. Nossos resultados operacionais foram afetados significativamente em 1º de novembro de 2008 pela consolidação em nossas demonstrações financeiras dos resultados consolidados das operações da LWB. Nossos resultados operacionais também podem ser afetados pelos resultados dos testes futuros de recuperação (*impairment*) do ágio originado na aquisição da LWB.

Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado para fins contábeis. Em nossas contas fiscais, o ágio deve ser amortizado durante um período de cinco a dez anos, reduzindo nossa receita líquida tributável durante esse período e, por conseguinte, reduzindo nossos pagamentos de imposto de renda e de contribuição social na medida em que gerarmos receita tributável durante este período.

Efeitos da aquisição da Magnesita S.A.

Em 27 de setembro de 2007, a Magnesita Refratários S.A. adquiriu o controle da Magnesita S.A. Em 21 de fevereiro de 2008, a Magnesita S.A. foi incorporada pela Magnesita e os acionistas da Magnesita S.A. receberam, em troca, ações da Magnesita Refratários S.A.. Para efeitos contábeis, a data efetiva da fusão foi 1º de janeiro de 2008. Até 26 de setembro de 2007, a Magnesita Refratários S.A. não tinha operações. Em virtude de a Magnesita Refratários S.A. haver adquirido o controle da Magnesita S.A. em 27 de setembro de 2007, em conformidade com o BR GAAP, a Magnesita Refratários S.A. consolidou plenamente o ativo, o passivo e os resultados das operações da Magnesita S.A. em suas demonstrações financeiras em 1º de outubro de 2007 e, separadamente, relatou a participação dos acionistas minoritários.

Pelo fato de as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 incluírem apenas três meses de resultados das operações, a discussão dos nossos resultados históricos das operações compara os resultados operacionais da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para os resultados operacionais da Magnesita S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a fim de proporcionar uma comparação mais significativa dos nossos resultados operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita S.A., para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007, inclusive, não incluem determinados ativos, passivos, rendimentos e despesas que se encontram refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

da Magnesita para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Assim, as demonstrações financeiras da Magnesita S.A., para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007, inclusive, não são totalmente comparáveis às demonstrações financeiras da Magnesita a partir do exercício e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Efeitos da aquisição da Insider

Em 25 de abril de 2008, nós adquirimos a Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda., um fabricante de refratários monolíticos e pré-moldados de alta tecnologia. Em 1º de outubro de 2008, pagamos um preço de compra no montante de R\$ 57,4 milhões para as quotas representativas do capital social total da Insider. Como resultado da aquisição da Insider, em conformidade com o BR GAAP, consolidamos totalmente o ativo, o passivo e os resultados consolidados das operações da Insider e suas subsidiárias em nossas demonstrações financeiras em 1º de outubro de 2008.

c. eventos ou operações não usuais

Desde a alteração no controle acionário da Companhia ocorrida ao final de 2007, a Administração tem feito alterações significativas em sua estrutura societária, objetivando otimizá-la, reduzir custos e concentrar-se em seu negócio principal. Assim, ao longo desse período, 16 empresas foram incorporadas; três foram fechadas; uma alienada e oito foram criadas para, principalmente, viabilizar a aquisição da LWB e, em alguns casos, possibilitar a comercialização de nossos produtos em determinadas regiões.

Avanços recentes

Em 30 de outubro de 2009, concluímos um aumento de capital de R\$ 350.000.001,00, tendo sido emitidas 44.871.795 novas ações. As receitas do aumento de capital foram usadas para pagamento de US\$ 175 milhões da dívida no âmbito do *Senior Export Facility Agreement*. A BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nossos acionistas controladores e outros de nossos acionistas existentes à época, subscreveram estas ações.

Notes (Títulos de dívida)

Foi concluída em 30 de março de 2010, a emissão de US\$ 400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH (“Rearden”). Os recursos captados por meio de tal oferta serão utilizados principalmente para pagamento antecipado da dívida da Companhia de que trata o *Senior Export Facility Agreement* de US\$ 300 milhões.

Os títulos constituirão obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e serão total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por sua subsidiária Mag-Sé Participações Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados nos termos da *Rule 144A* do *Securities Act*, e fora dos Estados Unidos de acordo com a *Regulation S* do *Securities Act*.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem comentar:
a. mudanças significativas nas práticas contábeis
b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos pronunciamentos do CPC passaram a valer para as demonstrações financeiras do final do exercício, preparadas no que diz respeito a qualquer exercício fiscal com início a partir de 1º de janeiro de 2008, inclusive, tendo sido aplicadas às demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009. No entanto, as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com o BR GAAP em vigor à época e não incluem as normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

A CVM determinou que companhias abertas devem adotar as normas IFRS para as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com valores comparativos de 2009. Assim, devemos adotar as IFRS para nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Em 28 de dezembro de 2007, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 11.638/07 para facilitar a transição do BR GAAP para as normas IFRS. A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, alterou a Lei das Sociedades Anônimas brasileira, o que provocou mudança nas políticas contábeis segundo o BR GAAP.

Em dezembro de 2008, a CVM emitiu a Deliberação 565/08, determinando a aplicação dessas alterações nas políticas contábeis. Em dezembro de 2008, o governo brasileiro sancionou a Medida Provisória nº 449, que instituiu o RTT para a determinação do lucro líquido tributável de empresas sujeitas ao regime do lucro tributável, em virtude da implantação dessas mudanças nas políticas contábeis e da Lei das Sociedades Anônimas brasileira. Em maio de 2009, a Medida Provisória nº 449 foi convertida na Lei nº 11.941/09.

Não esperamos que a adoção da IFRS afete significativamente nossas demonstrações financeiras. Em consonância com o BR GAAP, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, bem como as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Magnesita S.A., a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, foram elaboradas de acordo com a Instrução CVM 247. Esta Instrução requer a consolidação proporcional das sociedades de controle compartilhado que não sejam subsidiárias, mas que sejam controladas em conjunto com um ou vários outros acionistas.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras da Magnesita Refratária S.A para os exercícios findos em 31/12/07, 31/12/08 e 31/12/09 não possuem ressalvas e/ou ênfases.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tomamos por base estimativas e suposições derivadas da experiência histórica e vários outros fatores que julgamos razoáveis e pertinentes. Políticas contábeis críticas são aquelas importantes para o retrato de nossa posição financeira consolidada e dos resultados das operações, exigindo as decisões, estimativas e suposições mais difíceis, subjetivas ou complexas da administração. A aplicação dessas políticas contábeis críticas frequentemente exige decisões por parte da administração quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas com respeito aos nossos resultados de operações e ao valor contábil de nossos ativos e passivos. Nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser diferentes daqueles estabelecidos em nossas demonstrações financeiras consolidadas, caso nossa experiência real venha a diferir das suposições e estimativas da administração. A fim de proporcionar uma compreensão de nossas políticas contábeis críticas, incluindo algumas das variáveis e suposições subjacentes às estimativas, bem como a sensibilidade dessas suposições e estimativas a parâmetros e condições distintos, propusemos a seguir uma discussão de nossas políticas contábeis críticas relativas a:

- reconhecimento de receitas;
- provisão para devedores duvidosos;
- imposto de renda diferido;
- ativo imobilizado;
- amortização e teste de recuperação contábil (*impairment*) de ágio;
- ativos contingentes e provisões para contingências; e
- remuneração baseada em ações (stock option)

Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de produtos é reconhecida quando o produto é entregue a um cliente ou quando o serviço é prestado, independentemente de a venda se referir à venda direta ou à venda segundo um contrato CPP. Reconhecemos a receita no momento da entrega dos produtos a nossos clientes nos termos dos contratos CPP com base em nossas estimativas dos volumes de produção de nossos clientes. Nossas estimativas levam em conta o conhecimento que temos dos processos produtivos e capacidades de nossos clientes, bem como dos seus níveis históricos de produção. Uma vez determinado o volume de produção real dos nossos clientes, ajustamos a receita no período em curso para registrar quaisquer diferenças entre os volumes de produção e desempenho estimados e aqueles efetivamente realizados. O nível de experiência adquirido pela Companhia nesse modelo de negócio, bem como a o extenso conhecimento das operações dos clientes, tem nos permitido um alto de grau de acerto em nossas estimativas de preço, contribuindo para evitar diferenças significativas.

Provisão para devedores duvidosos

Consideramos o registro de provisões para devedores duvidosos em valores suficientes para cobrir o risco de perda na realização de nossas contas a receber de nossos clientes. A determinação dos montantes se fundamenta em uma análise individual de cada cliente. Todas as faturas são analisadas individualmente pelo nosso departamento de crédito e cobrança, em conjunto com o gerente de contas responsável pelo cliente em questão, a fim de medir a quantidade de prováveis perdas esperadas e, por conseguinte, determinar a provisão para devedores duvidosos, se houver, a ser registrada. Para clientes com faturas em atraso, acumulamos 100% de seus saldos em aberto, se considerarmos duvidoso o reembolso dessas faturas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda diferido

Reconhecemos ativos e passivos de impostos diferidos com base nas diferenças temporais entre os valores contábeis das demonstrações financeiras e a base fiscal dos ativos e dos passivos. Pelo fato do imposto de renda e da contribuição social no Brasil serem calculados e pagos com base na pessoa jurídica, não havendo declarações fiscais consolidadas, só reconhecermos ativos por impostos diferidos se for provável que sejam realizados com base na pessoa jurídica.

No Brasil, onde se tem a maior concentração dos impostos diferidos, as atuais alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuições sociais são utilizadas para calcular os impostos diferidos ativos, que correspondem a diferenças temporais e prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as vendas de imobilizado para recebimentos de longo prazo, sobre a realização fiscal do ágio e a depreciação fiscal acelerada do ativo imobilizado.

Conforme exigido pela Instrução CVM nº 371/02, limitamos o reconhecimento dos nossos impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais aos montantes que se esperam recuperar ao longo dos próximos dez anos, com base em nossa receita tributável estimada, a valor presente.

Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação (indexado pela inflação até 31 de dezembro de 1995) e depreciado pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos relacionados.

Custos com reparos e manutenção são contabilizados durante o período em que são incorridos. O custo das benfeitorias é capitalizado quando as mesmas aumentam a vida útil do ativo relacionado. As benfeitorias são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Em virtude da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Deliberação CVM nº 565/08, para os períodos que comecem a partir de 1º de janeiro de 2008, inclusive, somos obrigados a rever e analisar periodicamente a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido em nosso balanço patrimonial para garantir que (1) as perdas por deterioração sejam registradas como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas aos referidos ativos ou quando houver evidências de que os resultados de operações futuras não serão suficientes para garantir a sua realização, e (2) os critérios empregados para determinar o restante da vida útil estimada dos referidos ativos para fins de registrar a despesa de depreciação, amortização e exaustão sejam revisados e ajustados.

Amortização e recuperação contábil (impairment) de ágio

O ágio é calculado como a diferença entre o preço pago na compra e o valor contábil do investimento adquirido e do passivo assumido.

Antes de 31 de dezembro de 2008, se o ágio ou deságio tomasse por base expectativas de rentabilidade futura, a amortização desse ágio deveria ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas durante um período compatível com o período em que os ganhos ou perdas eram esperados. Se o ágio ou deságio tivesse tomado por base o valor de mercado do ativo, a amortização deveria ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas durante um período compatível com o restante da vida útil dos ativos.

Como resultado da aprovação da Lei nº 11.638/07 e da Deliberação CVM 565/08, para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, nós não amortizamos o ágio em nossas demonstrações consolidadas e somos obrigados a testar a recuperação do mesmo anualmente.

Além disso, o ágio é também revisto sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o seu valor contábil possa não ser recuperável. Neste caso, determina-se o seu valor recuperável a fim de verificar a necessidade de um teste.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos contingentes e provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de nossos ativos e passivos contingentes e obrigações legais seguem os seguintes critérios descritos na Deliberação CVM 489/05:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há prova de que a realização é praticamente certa ou favorável, ou decisões judiciais em caráter final e irrecorrível tenham sido obtidas. Os ativos contingentes com probabilidade de um desfecho favorável são apenas divulgados nas notas às demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensurados com confiabilidade. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados nas notas às demonstrações financeiras e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Também estamos sujeitos a contingências no que diz respeito a reclamações de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental, tendo efetuado provisões para ações judiciais, referentes a algumas perdas, que se podem estimar como prováveis, da ordem de R\$ 109,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, líquidas de depósitos judiciais. A tabela a seguir resume os processos jurídicos e administrativos onde figuramos como parte na data do presente memorando de oferta, os valores em discussão nesses processos e o valor total da provisão estabelecida para perdas que venham a ocorrer em virtude desses processos em 31 de dezembro de 2009. Os valores contestados constantes abaixo refletem o valor atribuível à ação pertinente por cada autor, e não refletem, necessariamente, o valor definitivo que se poderia obter de nós na hipótese de um resultado desfavorável:

(milhões de reais, exceto número de processos)	Número de Processos	Pedidos	Provisão	Depósitos Judiciais
Fiscal – processos judiciais e administrativos	277	R\$70.6	R\$87.7	R\$4.7
Trabalhista– processos judiciais e administrativos	1,087	65.9	25.3	0.3
Processos Cíveis	27	43.9	1.8	-
Total.....	1,391	R\$204.6	R\$114.8	R\$5

Remuneração baseada em ações (stock option)

Oferecemos aos nossos executivos planos de remuneração baseada em ações, a ser paga em ações de nossa empresa. Nos termos desses planos, a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período em que o direito é concedido - período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos (vesting) devem ser atendidas. . Na data do balanço, revemos a estimativa do número de opções conferido e, posteriormente, reconhecemos o impacto da mudança nas estimativas iniciais, se houver, nas demonstrações financeiras, com uma contra-partida para o Patrimônio Líquido , de maneira prospectiva.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração se esforça e preocupa em manter controles internos administrativos e contábeis que assegurem um adequado domínio das operações e conseqüentes registros contábeis tempestivos e corretos, evitando, também fraudes e desperdícios. Além da estrutura administrativa e sistemas informatizados adequados, a Companhia conta com serviços de consultores especializados em cada área de atuação. Quaisquer pontos de fragilidade de controle apontados pelos auditores internos e/ou externos são estudados pela diretoria, que recomenda e implanta ações corretivas e, eventualmente, alteração na estrutura operacional e administrativa.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em 2008, os auditores externos apresentaram relatório de recomendações acerca dos nossos controles internos contendo três seções:

- Seção A: recomendações para a alta administração sobre criação de comitê de auditoria e sobre a implementação de um centro de serviços compartilhado. As recomendações foram atendidas com as adaptações entendidas necessárias pela Administração;
- Seção B: recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas contábil e de controles internos. Foram apresentados 24 pontos relativos a conciliações e deficiências de controles contábeis, tendo sido todos os pontos regularizados durante o exercício de 2009. Foram apresentados, ainda, cinco pontos relativos a segurança e controle de sistemas informatizados, tendo sido todos acatados e implementados em 2009. Adicionalmente, foram abordados quatro pontos acerca dos processos de venda ; sete sobre processos de compras e contas a pagar e um ponto referente aos controles de bens do imobilizado. Todas as recomendações foram acatadas e ações corretivas foram implantadas. Os pontos identificados nesta seção tiveram, de alguma forma, origem no desenvolvimento e implantação, pela Companhia, de um sistema integrado de informações (SAP) durante o exercício de 2008 que, como é comum nesses casos, acabaram gerando deficiências e inconsistências quando da substituição dos sistemas e controles anteriores.
- Seção C: recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos tributários. Foram apresentados nesta seção 18 pontos de atenção relativos à área fiscal e tributaria, tendo a administração providenciado a regularização onde aplicável.

Em relação aos pontos de controles internos e deficiências de controle contábeis referentes ao exercício de 2009, os diretores da Companhia esperam receber a carta de recomendações pelos auditores nos próximos meses.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

<i>10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:</i>
<i>a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados</i>
<i>b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição</i>
<i>b. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios</i>

Não foram realizadas ofertas públicas no período em questão.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:	
a.	os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
i.	arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
ii.	carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
iii.	contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
iv.	contratos de construção não terminada
v.	contratos de recebimentos futuros de financiamentos
b.	outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Na data-base de 31/12/2009, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:
a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
b. natureza e o propósito da operação
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Na data-base de 31/12/2009, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos**
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Nossos investimentos técnicos (Capex) podem ser classificados da seguinte forma:

Receita. Investimentos em receitas são feitos para aumentar nossa capacidade de produção, desenvolver novos produtos e aumentar a nossa fatia no mercado. Exemplo: aquisição de novos equipamentos.

Estratégicos. Investimentos estratégicos são efetuados com o objetivo de manter nossa base de clientes ou em conexão com projetos institucionais especiais. Exemplo: gastos com equipamentos nas instalações de nossos clientes, bem como a gestão da tecnologia da informação e projetos de automação.

Meio ambiente/segurança. Despesas com meio ambiente e segurança são divididas em despesas obrigatórias e preventivas. Despesas obrigatórias são aquelas efetuadas para cumprir as leis e regulamentos aplicáveis e seguir programações previstas nas leis e regulamentos. Exemplo: investimentos na segurança dos trabalhadores. Despesas preventivas, por outro lado, não estão sujeitas a quaisquer programações específicas e incluem melhorias ergonômicas e investimentos em equipamentos para a suspensão de materiais pesados.

Produtividade. Dispêndios de capital relacionados com produtividade objetivam reduzir os custos de produção e despesas e aumentar a produtividade através do desenvolvimento e melhoria dos sistemas e processos. Exemplo: investimentos em sistemas de inspeção.

Risco operacional. Despesas com riscos operacionais são aquelas efetuadas para evitar a diminuição da capacidade de produção e garantir a continuidade da mesma, substituindo equipamentos obsoletos ou esgotados. Exemplo: reforma de equipamentos e investimentos em ferramentas e instrumentos.

Manutenção. Os investimentos em manutenção são divididos em investimentos em administrativos e em tecnologia da informação. Os investimentos administrativos incluem a renovação de nossas instalações e os investimentos em mobiliário e equipamentos de escritório. Investimentos em tecnologia da informação incluem investimentos em equipamentos eletrônicos e softwares.

Em 2009, investimos R\$44,4 milhões em quase todas as categorias acima, uma redução significativa em relação aos R\$ 111,8 milhões gastos em 2008. Tomamos a decisão de investir apenas o mínimo necessário para garantir a segurança operacional tendo em vista o cenário restritivo com o qual nos deparamos em 2009.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A aquisição da Insider e da LWB, mencionadas no item 10.3.b, aumentou substancialmente a capacidade de produção de refratários que antes somava 590,0 mil t/ano e colocava a Magnesita na 7ª posição no *ranking* mundial (medido pela receita líquida), para 1,4 milhão de t/ano colocando-a em 3º lugar.

10.10 - Plano de negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia mantém um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil e dois núcleos de P&D em York (EUA) e outro em Hagen (Alemanha), altamente qualificados e fundamentais para o seu segmento de atuação. São esperados gastos anuais de R\$9,5 milhões em pesquisas para desenvolvimento de soluções integradas de serviços, refratários e matérias-primas que visam maximizar os resultados dos clientes.

Os projetos e pesquisas relevantes e já divulgados que se encontram em desenvolvimento compreendem:

- tijolos refratários para uso em painéis de aço a partir do uso de bauxito sintético, utilizando-se o mineral bauxito de propriedade da Companhia;
- tecnologia para aumentar a produtividade do bauxito sintético, um processo que, atualmente, se consegue somente às custas de um volume muito grande de água, o que resulta em um maior tempo no processo de secagem do material;
- Tecnologia para viabilizar o reprocessamento de produtos refratários utilizados pelos clientes, objetivando maximizar o seu reaproveitamento, já que, atualmente, a reutilização é bastante limitada;
- Desenvolvimento de refratários para convertedores LD e painéis de aço a partir do uso do nano carbono, o que permitirá melhorar as propriedades físicas, importantes para seu desempenho, além de reduzir a condutividade térmica.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 30 de março de 2010, a Companhia emitiu títulos de dívida, por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH (“Rearden”), que estão sendo negociados na bolsa de Luxemburgo, no valor de US\$ 400 milhões, com vencimento final em 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, pagos semestralmente. Os títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Mag-Sé Participações Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os recursos captados por meio da oferta foram utilizados principalmente para pagamento integral da dívida da Companhia de que trata o *Senior Export Facility Agreement* celebrado com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. em 16/9/2009, no valor principal de US\$ 300 milhões. Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com o *U.S. Securities Act* de 1933, ou com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados de acordo com a *Rule 144A do Securities Act*, e fora dos Estados Unidos a investidores não-americanos de acordo com a *Regulation S*.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

<i>11.1 As projeções devem identificar:</i>
a. objeto da projeção
b. período projetado e o prazo de validade da projeção
c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não realizou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

<i>11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:</i>
a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulgou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Os membros do Conselho de Administração possuem mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, já os diretores possuem mandato de 3 anos, com o mesmo direito de serem reeleitos.

O Estatuto Social da Companhia permite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês que visam auxiliar o Conselho de Administração com atribuições específicas definidas pelo próprio Conselho de Administração. A Companhia possui o Comitê de *Stock Option* com o objetivo de implementar e administrar o plano de outorga de opção de compra de ação, como forma de recompensar executivos, empregados e prestadores de serviços pelo resultado e alcance de metas de longo prazo.

a. *Atribuições de cada órgão e comitê*

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros e igual número de suplentes, todos acionistas, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração serão Conselheiros Independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tal na assembleia geral que os eleger.

O Conselho de Administração poderá, para seu assessoramento, determinar a formação de comitês técnicos ou consultivos, com objetivos e funções definidos e que poderão ser integrados por membros do Conselho de Administração ou terceiros indicados pelo Conselho de Administração.

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e, no caso de terceiros indicados pelo Conselho de Administração, sua eventual remuneração

Além das demais matérias previstas em lei e no estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios;
- b) eleger e destituir os diretores, fixar suas remunerações dentro do montante global fixado pela assembleia geral, bem como estabelecer-lhes atribuições e responsabilidades específicas, observado o disposto neste estatuto social;
- c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- d) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;
- e) convocar a assembléia geral;
- f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- g) autorizar a emissão de novas ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre a aquisição de ações de sua emissão, seja para cancelamento ou permanência em tesouraria, e sua venda ou colocação no mercado, observadas as normas da CVM e demais legislação aplicável;
- h) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei nº 6.404/76;
- i) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário, bem como determinar o pagamento de juros sobre capital próprio;
- j) aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, qualquer revisão, alteração ou atualização do mesmo, bem como todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder em 10% os montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual para o respectivo exercício social;
- k) aprovar a assunção de dívida ou a contratação ou concessão de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *comprar e vender* e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por operação;
- l) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato, por si ou por suas controladas, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- m) deliberar sobre a emissão, resgate antecipado e todas as demais condições de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, *commercial papers*, bônus e demais títulos destinados a distribuição pública ou privada, primária ou secundária;
- n) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por suas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas (“Afiliada”), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer administrador da Companhia ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afiliadas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- o) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas controladas;
- p) aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer *joint venture* ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros;
- q) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;
- r) aprovar a aquisição ou alienação, por si ou por suas controladas, de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados;
- s) aprovar a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem ou ativo, bem como a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, por si ou por suas controladas, em valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- t) aprovar a propositura de qualquer ação judicial (exceto ações tributárias) ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- u) aprovar a propositura de qualquer ação tributária ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio tributário, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- v) definir e instruir o voto nas assembleias gerais, assembleias ou reuniões de sócio ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação;
- w) aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei;
- x) selecionar e destituir os auditores independentes;
- y) aprovar a implementação, alteração ou extinção de políticas contábeis, políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, exceto conforme exigido por lei;
- z) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão estatutária, se houver; e
- aa) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, que funcionará em caráter permanente. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembléia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) expor sua visão sobre o relatório da administração;
- c) expor sua visão sobre as propostas dos órgãos da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis da assembleia geral;
- d) denunciar aos órgãos de administração e à assembleia geral os erros, fraudes e crimes que descobrirem;
- e) convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 30 dias essa convocação, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes que julgarem pertinentes;
- f) analisar o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia

Comitê de Stock Option

O plano de opção de compra de ação é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um Comitê formado por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo pelo menos um destes membro do Conselho de Administração. Os membros do Comitê não poderão se habilitar às opções de compra objeto do Plano.

Compete ao Comitê:

- a) estabelecer os termos e as condições de cada opção do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, dentre eles: os beneficiários, o número de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, o prazo inicial de carência o qual a opção não poderá ser exercida e a data limite para o exercício total ou parcial;
- b) organizar e administrar o Plano de Compras de Ações e das outorgas de opções;
- c) alterar ou extinguir o Plano de Compras de Ações;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- d) estabelecer regulamentação aplicável aos casos omissos do Plano de Compra de Ações;
- e) prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes;
- f) estabelecer um percentual de acréscimo ou decréscimo do número base de opções outorgadas a cada beneficiário.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente, tendo seus atuais membros sido eleitos na assembléia geral de acionistas realizada em 27 de abril de 2010, com mandato até a assembléia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os números da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 2010.

O Comitê de *Stock Option* foi criado em 24/03/2008, data em que também foram eleitos seus membros.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de *Stock Option* não são avaliados por um organismo formal.

d. Atribuições e poderes dos membros da diretoria

Diretoria

A Diretoria deve ser composta por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 12 (doze) diretores, sendo um o Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais diretores sem designação específica. Um dos diretores deverá ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da respectiva ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria.

Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, competindo-lhes:

- a) a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele;
- b) o cumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
- c) a execução do Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.

Compete ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- b) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- c) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;
- d) fixar atribuições aos demais diretores não previstas no estatuto social da Companhia ou em resoluções do Conselho de Administração;
- e) definir, juntamente com o Diretor Financeiro, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e proposta de emissão de valores mobiliários;
- f) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração;
- g) se não tiver sido eleito o Diretor Financeiro e na falta de deliberação diversa do Conselho de Administração, cumular as funções do Diretor Financeiro ou atribuí-las, no todo ou em parte, aos demais diretores;
- h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro:

- a) elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;
- b) coordenar e controlar o Plano de Negócios e Orçamento Anual;
- c) administrar e controlar as reservas financeiras;
- d) responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observada a competência do Conselho de Administração para indicação dos auditores independentes;
- e) preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à Diretoria;
- f) definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e a proposta de emissão de valores mobiliários;
- g) substituir o Diretor Presidente em suas ausências;
- h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao diretor que exercer ou cumular o cargo de Diretor de Relação com Investidores, representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

Compete aos demais diretores exercer as atribuições que lhes sejam cometidas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

As seguintes matérias serão de competência da Diretoria, como colegiado:

- a) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- b) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- c) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- d) aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento, observada a competência do Conselho de Administração para fixar os critérios de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;
- e) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação da remuneração e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia;
- g) aprovar a abertura ou encerramento de filiais e escritórios no Brasil (não sendo necessária a referida autorização no que se refere à abertura de filiais e escritórios no exterior); e
- h) decidir sobre os assuntos que não sejam de competência da assembléia geral ou do Conselho de Administração.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente. Essa avaliação identifica se as metas estabelecidas para o ano vigente foram cumpridas. O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração de acordo com os resultados obtidos pela Companhia e que foram pré-estabelecidos no início do ano de avaliação. Os membros do Conselho de Administração e dos comitês não são avaliados por um organismo formal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação.

b. Competências

Compete à assembleia geral, além das demais competências fixadas pela Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias:

- a) reformar o estatuto social da Companhia;
- b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal;
- c) deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos administradores anualmente;
- d) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais desdobramentos de ações;
- e) alterar a estrutura de capitalização da Companhia ou os direitos e obrigações atrelados às ações em circulação;
- f) aprovar o plano de outorga de opção de compra ou substituição de ações em favor dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia;
- g) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- h) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- i) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão da Companhia ou outra transação similar, deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- j) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial;
- k) reduzir o dividendo obrigatório;
- l) declarar dividendos ou outras distribuições, bem como mudar a política de dividendos, exceto se exigido pela legislação aplicável;
- m) participar em grupo de sociedades;
- n) aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- o) escolher a instituição responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no estatuto social, dentre as instituições indicadas pelo Conselho de Administração;
- p) fixar a remuneração global dos administradores e dos membros dos comitês de assessoramento da Companhia, e também a remuneração dos membros do conselho fiscal;
- q) resolver casos omissos no estatuto social, desde que observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os endereços aos quais os documentos da assembleia geral estão disponíveis são os seguintes:

- Endereço eletrônico: <http://www.magnesita.com.br/ri>; <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bmfbovespa.com.br>.
- Endereço físico: Praça Louis Enschede, 240, Bairro Cidade Industrial, CEP 32210-050, cidade Contagem, Estado de Minas Gerais, Brasil.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, no caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, este não poderá proferir seu voto. Assim, a Companhia aplica o disposto na legislação, não admitindo, em regra, o voto de acionistas que tenham conflito de interesse.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Administração da Companhia não adota a prática de solicitar procurações aos acionistas da Companhia para o exercício do direito de voto em assembleias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos. Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei da Sociedade por Ações. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e seus poderes.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formulados por acionistas. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas as disposições legais e regulamentares.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Jornal de Notícias de Montes Clargos - MG	05/03/2010
		Valor Econômico - SP	05/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	10/04/2010
			13/04/2010
		O Tempo - MG	10/04/2010
			12/04/2010
			13/04/2010
		Valor Econômico - MG	12/04/2010
		Valor Econômico - SP	12/04/2010
			13/04/2010
		14/04/2010	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	29/04/2010
		O Tempo - MG	29/04/2010
		Valor Econômico - SP	29/04/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	31/03/2009
		O Tempo - MG	31/03/2009
		Valor Econômico - SP	31/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
		O Tempo - MG	14/04/2009
			15/04/2009
			16/04/2009
		Valor Econômico - SP	14/04/2009
			15/04/2009
		16/04/2009	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	12/05/2009
		O Tempo - MG	12/05/2009
Valor Econômico - SP		12/05/2009	
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	09/02/2008
			09/02/2008
		Valor Econômico - SP	11/02/2008
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	29/02/2008
			01/03/2008
			05/03/2008
		Jornal de Notícias de Montes Claros - MG	29/02/2008
			01/03/2008
			04/03/2008
		O Tempo - MG	29/02/2008
			01/03/2008
		03/03/2008	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	24/04/2008
		Jornal de Notícias de Montes Claros - MG	24/04/2008
O Tempo - MG		24/04/2008	
Valor Econômico - SP		24/04/2008	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne sempre que necessário e, pelo menos, trimestralmente.

b. disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

No acordo de acionistas vigente, celebrado em 30 de agosto de 2007, aditado em 24 de janeiro de 2008 e 5 de novembro de 2008 (“Acordo de Acionistas”), há cláusulas que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

O Acordo de Acionistas dispõe que os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas controladores devem exercer o seu direito de voto de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas, inclusive no que se refere ao quorum qualificado para aprovação de determinadas matérias, conforme detalhado no item 15.5.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa o disposto na Lei nº 6.404/76 em relação ao conflito de interesses, sendo vedado a qualquer membro do Conselho de Administração votar ou atuar em operações nas quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Não há procedimento especial para identificação e administração de conflitos de interesses. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&F BOVESPA e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem

Conforme o artigo 40 de seu estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal devem resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&F BOVESPA e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Afonso Celso Resende	47	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
002.390.647-20	Contador	19 - Diretor sem designação específica	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
David Gregory	62	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2010	30/04/2012
233.448.768-64	Administrador de Empresas	19 - Diretor sem designação específica		Não
Não se aplica.				
Eduardo Francisco Lôbo	52	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
416.540.726-72	Administrador de Empresas	19 - Diretor sem designação específica	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Fabrcio Rodrigues Amaral	31	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
040.156.326-05	Engenheiro	19 - Diretor sem designação específica	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
Flávio Rezende Barbosa	46	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2010	30/04/2012
590.964.976-00	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	12/03/2010	Não
Não se aplica.				
Gustavo Lúcio Gonçalves Franco	33	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
036.972.416-05	Engenheiro	19 - Diretor sem designação específica	04/05/2010	Não
Não se aplica.				
Luis Rodolfo Mariani Bittencourt	46	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
642.154.076-72	Engenheiro	19 - Diretor sem designação específica	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Mauricio Ferreira de Pinho	46	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012
045.521.068-30	Engenheiro	19 - Diretor sem designação específica	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Milton José de Oliveira Sacramento	39	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2010	30/04/2012
023.669.726-95	Engenheiro	19 - Diretor sem designação específica	04/05/2010	Não
Não se aplica				
Otto Alexandre Levy Reis	44	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2009	30/04/2012

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
870.903.097-20 Não se aplica.	Engenheiro	19 - Diretor sem designação específica	30/04/2009	Não
Ronaldo labrudi dos Santos Pereira 223.184.456-72 Nao se aplica.	54 Psicologo	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/04/2009 30/04/2009	30/04/2012 Não
Wagner Mariano Sampaio 960.186.746-53 Não se aplica.	39 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Diretor sem designação específica	30/04/2009 30/04/2009	30/04/2012 Não
Andrew Woodward Sweet 000.000.000-00 Não se aplica.	38 Banqueiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2010 27/04/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10. Sim
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano 086.323.078-43 Não se aplica.	42 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009 30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social find Sim
Bernardo Guimarães Rodarte 030.562.756-28 Não se aplica.	35 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009 30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10. Não
Danilo Gamboa 267.513.588-73 Não se aplica.	35 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009 30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10. Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Fábio Alperowitch	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
153.582.338-06 Não se aplica.	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Não
Fersen Lamas Lambranh	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10
667.308.057-49 Coordenador do comitê de Stock Option	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2009	Sim
Guilherme Barbosa Pereira de Sousa	29	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
913.190.727-04 Não se aplica.	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/02/2010	Sim
João Henrique Braga Junqueira	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
041.249.236-94 Não se aplica.	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Sim
Luiz Gustavo Miranda Lage	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social find
295.831.526-68 Não se aplica.	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Não
Márcio Tabatchnick Trigueiro	35	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/02/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
832.302.464-20	Engenheiro	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/02/2010	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Não se aplica.				
Mauricio Levi	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
797.054.489-49	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Não
Não se aplica.				
Nelson Rozental	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
346.167.137-15	Empresario	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Octavio Pereira Lopes	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
149.224.538-06	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Ricardo Propheta Marques	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
223.372.048-20	Emmpresario	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2009	Sim
Não se aplica.				
Robert Frank Agostinelli	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2010	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
000.000.000-00	Banqueiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Thiago Emanuel Rodrigues	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
730.653.826-87	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2009	Sim
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (jul/09 a mar/10)				
Alexei Ribeiro Nunes	44	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
848.478.327-87	Empresário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Bruno de Oliveira Vargens	28	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
088.819.917-13	Engenheiro	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2010	Não
Nao se aplica.				
Emanuel Sotelino Schiferle	70	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
009.251.367-00	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Flávio Barretta Jr	52	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
317.960.609-68	Empresário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Jose Abramovicz	63	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
005.636.178-53	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
José Augusto da Gama Figueira	62	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
242.456.667-49	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Pedro Wagner Pereira Coelho	61	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
258.318.957-34	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica.				
Ricardo Scalzo	58	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
370.933.557-49	Físico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim
Não se aplica;				
Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira	65	Conselho Fiscal	27/04/2010	1ano
114.486.289-20	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/04/2010	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

Outros cargos e funções exercidas no emissor

Não se aplica				
Sérgio Valadares Portella	59	Conselho Fiscal	27/04/2010	1 ano
104.121.236-49	Administrador de Empresas	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/04/2010	Não
Não se aplica.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Afonso Celso Resende - 002.390.647-20

Responsável técnico pelas Demonstrações Contábeis da Magnesita Refratários S.A. desde 1991, ano que ingressou na Magnesita S.A. Atuou em empresa de auditoria externa por 5 anos, auditor interno de conglomerado financeiro por 2 anos e professor universitário na cadeira de Auditoria Fiscal durante 3 anos.

O Sr. RESENDE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

David Gregory - 233.448.768-64

Trabalhou na subsidiária da Magnesita Refratários S.A (refratários) - LWB Refractories (refratários) - nos Estados Unidos até novembro de 2008. Atualmente é diretor de operações da América do Norte da Magnesita Refratários S.A (refratários). Foi Director and General Manager na Steetley Refractories Ltd (cal e dolomita).

O Sr. GREGORY declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Obs.: A posse do Sr. David ocorrerá quando o mesmo obtiver o visto de trabalho brasileiro.

Eduardo Francisco Lôbo - 416.540.726-72

Possui mais de 20 anos experiência na área de recursos humanos, tendo trabalhado na Siderúrgica Gerdau S.A(siderurgia) entre outubro de 1988 e maio de 2004, na Cimetal Floresta S.A(siderurgia) entre novembro de 1984 e outubro de 1987, e na Companhia Agrícola de Minas Gerais – CAMIG (agricultura) entre os anos de 1974 e 1984. Foi diretor de gente na Equatorial Energia S.A (energia) entre junho de 2004 e agosto de 2007.

O Sr. LÔBO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fabício Rodrigues Amaral - 040.156.326-05

Ingressou na Magnesita Refratários S.A. em 2007 como Gerente de Produção, assumindo posteriormente a função de Superintendente de Operações da área de serviços nos clientes. Em 2009 assumiu a função de Diretor de Operações da América do Sul, que engloba as áreas de produção refratária, mineração e logística. De 2001 a 2007, permaneceu na Ambev , passando pelas áreas de Produção, Engenharia e Gestão.

O Sr. AMARAL declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Rezende Barbosa - 590.964.976-00

Recentemente, foi CFO da Springs Global (têxtil), foi diretor do CitiGroup Securities Inc. (financeiro), Banco Votorantim S/A (financeiro), Fleet Boston Financial (financeiro) e Santander Investments Securities Inc. (financeiro). Também já trabalhou no Citicorp Securities Inc. (financeiro) e Companhia de Tecidos Norte de Minas S.A (têxtil).

O Sr. BARBOSA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gustavo Lúcio Gonçalves Franco - 036.972.416-05

Ingressou na Magnesita Refratários S.A (refratários). em 2001 como Engenheiro Trainee. Desde então, atuou na área comercial da Companhia nas funções de Assistente Técnico, Gerente de Contas, Superintendente Comercial e Diretor Comercial.

O Sr. FRANCO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luis Rodolfo Mariani Bittencourt - 642.154.076-72

Tem mais de 20 anos de experiência em sua área de atuação, sendo que ingressou na Magnesita Refratários S.A. em 1986 como pesquisador de matérias-primas.

O Sr. BITTENCOURT declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Mauricio Ferreira de Pinho - 045.521.068-30

Possui mais de 25 anos de experiência na Indústria de Refratários, onde atuou nas áreas de produção, pesquisa e marketing.

O Sr. PINHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Milton José de Oliveira Sacramento - 023.669.726-95

Ingressou na Magnesita Refratários S.A. em 2007 como Gerente de Manutenção e Engenharia, a partir de 2009 atuou como Superintendente de Operações em Clientes. Anteriormente, trabalhou na AmBev (bebidas) por 8 anos sendo a última posição como Gerente de Engenharia.

O Sr. SACRAMENTO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Otto Alexandre Levy Reis - 870.903.097-20

Possui seis anos de experiência na indústria de siderurgia e metalurgia. Treze anos de experiência como consultor do INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial (consultoria) no Brasil e exterior (EUA, Canadá, América Latina, Europa e Rússia) em vários segmentos da indústria: aço, alimentos, bebidas, automobilístico e setor financeiro. Diversos cursos de Management em instituições tais como: Kellogg, JUSE (Union of Japanese Scientists and Engineers), ASQ (American Society for Quality) e missões ao Japão em visitas a grandes empresas.

O Sr. REIS declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Esteve à frente do Grupo Telemar no período de 1999 a 2006, onde atuou como presidente, presidente Telemar Participações S.A (telecomunicações) e diretor superintendente (compreendendo as empresas Oi, Oi Internet, Pégasus, Contax e Telemar Operadora). Foi presidente do conselho de administração da Telemar Participações S.A e membro do conselho de administração das outras empresas do Grupo Telemar. Também foi diretor-presidente da FCA – Ferrovia Centro Atlântica S.A (logística) de 1997 a 1999 e presidente do conselho de administração do Porto de Angra S.A (logística), assim como seu diretor financeiro entre março e outubro de 1997. Foi diretor executivo, diretor administrativo-financeiro, gerente geral de recursos humanos do Grupo Gerdau S.A entre 1984 a 1997.

O Sr. PEREIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Wagner Mariano Sampaio - 960.186.746-53

Ingressou na Magnesita Refratários S.A. em 1993 como Engenheiro de Processos da Fábrica de Refratários, onde permaneceu até 1996. Posteriormente, ingressou no Grupo Paranapanema S.A (mineração) como Gerente de Produção de Estanho, tendo retornado à Magnesita Refratários S.A. em 1998 como Gerente de Contas e Assistente Técnico junto ao Departamento de Marketing.

O Sr. SAMPAIO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Andrew Woodward Sweet - 000.000.000-00

Ingressou no Rhône Group LLC (investimentos) em 1996 e tornou-se Diretor em 2004. Hoje atua no Conselho de Administração da Quiksilver Inc (consumo). Atuou anteriormente nos conselhos de administração de empresas do Grupo Rhône Group LLC, Terphane Holding Corp (petroquímico), incluindo Almatris BV (metalurgia), entre outras. Antes de entrar para o Rhône, trabalhou no grupo bancário Lazard Frères & Co. LLC (financeiro), na área de fusões e aquisições. Antes disso, trabalhou no Departamento Municipal de Finanças da Rauscher Pierce Refsnes, Inc.

O Sr. SWEET declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano - 086.323.078-43

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1993. É Co-Presidente do Conselho, Co-CEO e Diretor de Relações com Investidores da GP Investments, Ltd.. Atua como membro do conselho de administração da BR Properties S.A., San Antonio Internacional, Ltd., Allis Participações S.A., LeitBom S.A., BRZ Investimentos, Estácio Participações S.A., e BHG S.A. - Brazil Hospitality Group. Atuou anteriormente como membro do conselho de administração da LAHotels S.A., Sé Supermercados, ALL – América Latina Logística S.A., Kuala S.A., Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, ABC Supermercados S.A., Gafisa S.A., Hopi Hari S.A., Submarino S.A., Equatorial Energia S.A. e Playcenter S.A. Ainda, foi diretor financeiro da SuperMar Supermercados e fundador e CEO da Submarino S.A.

O Sr. Bonchristiano declarou, para todos os fins de direito que, não sofreu qualquer condenação criminal nos últimos 5 anos, nenhuma condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas nos últimos 5 anos e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial nos últimos 5 anos.

Bernardo Guimarães Rodarte - 030.562.756-28

Trabalha na SITA Corretora S/A (investimentos) como gerente de operações desde 1998.

O Sr. RODARTE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Danilo Gamboa - 267.513.588-73

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 2004 e é Diretor desde 2006. Atualmente, é membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., LeitBom S.A., BRZ Investimentos S.A. e Fogo de Chão Churrascaria (Holding) LLC. Atuou como membro do conselho de administração da Submarino S.A., Imbra S.A., LAHotels S.A., ALL - América Latina Logística S.A., Tempo Participações S.A., Hypermarcas S.A. e Gafisa S.A.

O Sr. GAMBOA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Fábio Alperowitch - 153.582.338-06

Iniciou sua carreira na Procter & Gamble (bens de consumo), onde permaneceu por 2 anos. Fundou a Fama Investimentos (investimentos) em 1993, onde é responsável pela gestão de fundos e pelo departamento de análise. É membro do conselho de administração da Log-In Logística Intermodal S.A (transportes) e da Metisa Metalurgica Timboense S.A (bens industriais).

O Sr. ALPEROWITCH declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fersen Lamas Lambranco - 667.308.057-49

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1998. É Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments, Ltd.. É atualmente membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A., BR Malls Participações S.A., Allis Participações S.A., San Antonio Internacional, Ltd., Leitbom S.A., Estácio Participações S.A., BHG S.A. Brazil Hospitality Group e BRZ Investimentos S.A.. Anteriormente, atuou como membro do conselho de administração da Tele Norte Leste Participações S.A., Gafisa S.A., São Carlos Empreendimentos e Participações S.A., ABC Supermercados S.A., Playcenter S.A., Shoptime S.A., Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa, BR Properties S.A. e Americanas.com S.A. Ainda, foi CEO e membro do conselho de administração das Lojas Americanas S.A.

O Sr. LAMBRANHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Guilherme Barbosa Pereira de Sousa - 913.190.727-04

Ingressou na GP como associate em 2006 e antes disso trabalhou no fundo de hedge JGP Global e na companhia de bebidas AmBev.

O Sr. SOUSA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

João Henrique Braga Junqueira - 041.249.236-94

Ingressou na GP em 2008. Atualmente, é membro do conselho de administração da BHG (ex-Invest Tur) e Magnesita.

O Sr. JUNQUEIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Luiz Gustavo Miranda Lage - 295.831.526-68

Atuou como operador de mercado financeiro na área de renda variável desde 1976, tendo trabalhado nas corretoras membros da Bovespa - Esc Ruy Lage SCTVM LTDA (financeiro), Walpires S/A CCTVM (financeiro) e SITA SCCVM S/A (financeiro).

O Sr. LAGE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Márcio Tabatchnick Trigueiro - 832.302.464-20

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 2001, tornando-se Diretor em 2004. Atua como membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A. e da BR Properties S.A.. Atuou como membro do conselho de administração da Integrated Health Holdings, Hopi Hari S.A., ALL - América Latina Logística S.A., Automatos International Limited, Fogo de Chão Churrascaria (Holding) LLC e Tempo Participações S.A.

O Sr. TRIGUEIRO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou isuspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Mauricio Levi - 797.054.489-49

Depois de trabalhar na Procter & Gamble (bens de consumo) por 2 anos, fundou a FAMA Investimentos (investimentos) em 1993. Atualmente é responsável pela gestão de fundos e pela análise política e macroeconômica da FAMA Investimentos. É membro do conselho de administração da Rodobens Negócios Imobiliários S.A (investimentos imobiliários).

O Sr. LEVI declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nelson Rozental - 346.167.137-15

É sócio da GP Investments Ltd (investimentos). É membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A (refratários), ALL – América Latina Logística (transportes) e BRZ Investimentos S.A (financeiro). Atuou como membro dos conselhos de administração da Gafisa S.A (construção civil), Bahia Sul Celulose (papel e celulose), Light S.A (energia), Telemar Participações S.A (telecomunicações), Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (financeiro), Iochpe Maxion S.A (material de transporte), Hopi Hari S.A. (diversões), O Boticário (cosméticos) e IBMEC Educacional S.A (serviços educacionais). Antes de juntar-se à GP Investments, foi Diretor da BNDES Participações S.A. (financeiro), membro do Conselho da Fundação Tupy (metalurgia), Bahia Sul Celulose (celulose), Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (financeiro), Iochpe Maxion S.A (industrial) e IBMEC (serviços educacionais). Foi Conselheiro do “Brazilian Equity Partners Fund” (investimentos) e do “Brazil Private Equity Mutual Fund” (investimentos), além de membro-suplente dos Conselhos da Light S.A (energia) e Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicações).

O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Octavio Pereira Lopes - 149.224.538-06

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1997, tornou-se Diretor em 200. Entre 2004 e 2007 foi CEO da Equatorial Energia S.A. e da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR. Atua como membro do conselho de administração da Companhia, bem como é conselheiro da Tempo Participações S.A., Magnesita Refratários S.A., San Antonio Internacional, Ltd. e BHG S.A.- Brazil Hospitality Group. É membro do conselho executivo latino-americano da Wharton School of the University of Pennsylvania. Atuou como membro do conselho de administração da Equatorial Energia S.A., Imbra S.A., Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, Allis Participações S.A., Gafisa S.A., Submarino S.A., lBest S.A., Integrated Health Holdings, Fratelli-Vita Bebidas Ltda., Shoptime S.A., Webmotors S.A., Mercado Eletrônico S.A., Hopi Hari S.A. e Playcenter S.A.

O Sr. LOPES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal. Teve um processo administrativo na CVM nº RJ 2009/4089 com aceitação da proposta de Termo de Compromisso com aplicação de multa no valor de R\$ 30.000,00. Nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Ricardo Profeta Marques - 223.372.048-20

Ingressou na GP Investments Ltd (investimentos) em 2002, onde trabalhou como analista e associado nos fundos de private equity. Desde junho de 2006 dedica-se à BRZ Investimentos S.A (investimentos), onde trabalha como associado da área de longo prazo, prospectando, executando e monitorando companhias e projetos. Foi membro do comitê de investimento e do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A (refratários), Automatos International Ltd. (automações diversas), Lupatech S.A (bens industriais), Cia. Energética do Maranhão - Cemar (energia) dentre outros. Atualmente é membro de conselho de administração da Poit Energia (energia). Antes de ingressar na GP Investments Ltd, trabalhou como consultor na Booz Allen & Hamilton do Brasil (consultoria).

O Sr. MARQUES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Robert Frank Agostinelli - 000.000.000-00

O Sr. Robert Frank Agostinelli é americano, portador do passaporte n.º 113016124, emitido pelos Estados Unidos da América. Sr. Agostinelli co-fundou o Rhône Group LLC (investimentos) em 1996. Atualmente é diretor da Endeavor Holdings Srl (holding), Marco Polo Holdings Srl (holding) e Rexair Holdings, Inc (holding). Antes de co-fundar o Rhône, o Sr. Agostinelli foi um Diretor Sênior no grupo bancário da Lazard Frères & Co. LLC (financeiro), com responsabilidade sobre os negócios bancários internacionais dessa empresa. Ele já assessorou grandes corporações multinacionais e famílias privadas sobre uma série de questões financeiras e estratégicas, incluindo fusões e aquisições, reestruturação e investimentos de capital. Antes de ingressar na Lazard, Sr. Agostinelli passou cinco anos na Goldman, Sachs & Co. (financeiro), onde fundou os negócios internacionais de fusões e aquisições em Londres e foi envolvido em muitas das maiores transações da história européia. Antes de entrar para Goldman Sachs, trabalhou no Jacob Rothschild (financeiro), em Londres. Ele também é ex- Vice-Presidente do Conselho dos Estados Unidos e da Itália, membro do Comitê de Investimentos em Oportunidades Mundiais Corporativas do BSI / Grupo Generali, e diretor e assessor de muitas instituições filantrópicas e civis da Europa e dos Estados Unidos, inclusive como membro da Marine Corps Scholarship Foundation - o American Patriots Campaign Cabinet.

O Sr. AGOSTINELLI declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Thiago Emanuel Rodrigues - 730.653.826-87

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 2006, tornando-se Diretor em 2008 e Diretor Financeiro em 2010. Atualmente, é membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., Tempo Participações S.A. e Magnesita Refratários S.A. Atou como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Magnesita Refratários S.A. e membro do conselho de BR Properties S.A. Trabalhou durante seis anos como associate na AIG Capital Partners, filial do American International Group, Inc.

O Sr. RODRIGUES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Alexei Ribeiro Nunes - 848.478.327-87

Atua na área de consultoria tributária há mais de vinte anos, sendo atualmente sócio-diretor da Advalorem Consultoria Empresarial Ltda (consultoria). Antes de juntar-se a Advalorem Consultoria Empresarial Ltda, trabalhou na Coopers & Lybrand e Arthur Andersen (consultoria), onde atuou como diretor da área de tributos. No período de 1999 a 2001, ocupou a posição de Gerente Geral de tributos do Grupo Telemar Participações S.A (telecomunicações) e atuou como membro de Conselhos Fiscais de Empresas do Grupo.

O Sr. NUNES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bruno de Oliveira Vargens - 088.819.917-13

Iniciou sua carreira trabalhando como trader e analista de renda fixa na Tesouraria do Banco J Safra (financeiro), transferindo-se para FVF Participações e Assessoria Empresarial (financeiro), onde trabalhou como analista de renda variável até 2008, quando juntou-se à FAMA Investimentos (investimentos) integrando a equipe de gestão.

O Sr. VARGENS declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Emanuel Sotelino Schiferle - 009.251.367-00

Ocupou várias posições de diretoria no setor financeiro e em empresas ligadas a GP Investimentos. De julho a dezembro de 1996, foi diretor financeiro da FCA – Ferrovia Centro Atlântica S.A (logística). Já atuou como membro do conselho fiscal da Estácio Participações S.A (serviços educacionais), Companhia de Bebidas das Américas – AmBev (bebidas), ALL – América Latina Logística S.A (logística) e Lojas Americanas S.A (comércio e varejo). Também foi membro do conselho de administração da Manasa S.A. (madeira) e São Carlos Empreendimentos e Participações S.A (investimentos imobiliários)

O Sr. SCHIEFERLE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Barretta Jr - 317.960.609-68

Iniciou sua carreira na PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (auditoria) transferindo-se depois para Coopers & Lybrand (consultoria). Posteriormente foi Diretor Financeiro Adjunto do grupo francês Technip (óleo e gás) e, atualmente, é Diretor da Nexia Auditores e Consultores (consultoria).

O Sr. BARRETTA JR. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jose Abramovicz - 005.636.178-53

Foi Presidente / CEO de empresas nos setores de bens de consumo, serviços e produtos industriais (Cia Fiat Lux de Fósforos de Segurança (bens de consumo), Incepa Revestimentos Cerâmicos S.A (cerâmica), Estaleiro Mauá S.A (logística) dentre outros.

O Sr. ABRAMOVICZ, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Augusto da Gama Figueira - 242.456.667-49

Atua como membro dos Conselhos de Administração da Telemar Participações S.A (telecomunicações), da Brasil Telecom S.A (telecomunicações), da Tele Norte Leste Participações S.A. (telecomunicações), e da Tele Norte Leste Celular Participações S.A (telecomunicações). É Diretor da Contax Participações S.A (serviços). Foi Diretor da Pegasus Telecom (telecomunicações), de julho de 1997 até agosto de 1999, Diretor da Telemar Participações S.A de abril de 2000 a novembro de 2010 e membro dos conselhos fiscais da TELEST (telecomunicações), TELEPISA (telecomunicações) e TELEAMAZON (telecomunicações) no período abril até dezembro de 1999.

O Sr. FIGUEIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pedro Wagner Pereira Coelho - 258.318.957-34

Atuou na área de auditoria externa na Empresa PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (auditoria), de outubro de 1978 a abril de 1981. É presidente do conselho fiscal da Magnesita Refratários S.A (refratários). Também foi presidente do conselho fiscal das Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicação), Telemar Participações S.A (telecomunicações), Tam S.A (transportes), e Enersul – Energética do Matogrosso do Sul (energia). Sócio de empresas no ramo de atividade de Consultoria Fiscal e Contábil, Planejamento e Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Participações.

O Sr. COELHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Scalzo - 370.933.557-49

Trabalhou na Arthur Andersen S/C (consultoria) como Gerente na Area de Auditoria e Consultoria Financeira desde 1974 até 1982. Ingressou como gerente de Assuntos Corporativos no Banco de Investimentos Garantia (financeiro) em 1982 permanecendo até sua alienação em 1998. A partir de 1998 até 2003, atuou como Gerente Geral das empresas Holding dos ex-sócios majoritários do antigo Grupo Garantia (financeiro). É membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: (1) Lojas Americanas S.A (comércio e varejo); (2) ALL - América Latina Logística S.A. (logística); (3) Beneficiência Medica Brasileira S.A Participações S.A (seguros); (4) Tecnisa S.A (construção civil); (5) Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A (transportes); (6) Hopi Hari S.A (diversões); (7) Centrais Elétricas do Maranhão -Cemar S.A (energia); (8) Equatorial Energia S.A (energia); e Companhia de Bebidas das Américas – AmBev (bebidas).

O Sr. SCALZO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira - 114.486.289-20

No período de 1970 a 1997 atuou como Gerente de Contabilidade da Artex S.A. (têxtil), onde ocupou também a posição de Diretor no período de 1997 a 2000. A partir de 2000 atuou como Diretor Superintendente da Kuala S.A. (investimentos) e Diretor Presidente da Fundação Teófilo B. Zadrozny, e, a partir de 2002, atuou como Diretor Presidente da CDMA Participações S/A (diversões) e Diretor Presidente da LPS Participações S/A (investimentos). Também foi presidente do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A (diversões).

O Sr. Oliveira não esteve, nos últimos 05 anos, sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sérgio Valadares Portella - 104.121.236-49

Possui mais de 30 anos de experiência do mercado de capitais, sendo ex-sócio do IBMEC Educacional S.A (serviços educacionais), ex-vice e ex-presidente da APIMEC-MG e ex-conselheiro Fiscal da Trikem S.A (petroquímica). É atualmente sócio diretor da Construtora Belo Vale Ltda. (construção civil), Conselheiro Fiscal da APIMEC-MG, analista de valores mobiliários registrado na Comissão de Valores Mobiliários e superintendente de operação da Sita Corretora S/A (investimentos), cargo que ocupa desde 1973.

O Sr. PORTELLA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Eduardo Alcalay	Outros Comitês	Outros	Administrador de Empresas	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
148.080.298-04 Não se aplica.	Comitê de Stock Option	Secretário	41	30/10/2009	
Fersen Lamas Lambranco	Outros Comitês	Outros	Empresário	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
667.308.057-49 Presidente do Conselho de Administração	Comitê de Stock Option	Coordenador	48	30/10/2009	
Piero Paolo Picchioni Minardi	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/10.
051.575.478-11 Não se aplica.	Comitê de Stock Option	Membro efetivo	49	30/10/2009	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco entre (i) os administradores da Companhia; (ii) os administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; ou (iv) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2009Administrador do Emissor

Fersen Lamas Lambranco

667.308.057-49

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

GP Investimentos S.A.

07.755.775/0001-16

Sócio

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Danilo Gamboa

267.513.588-73

Controle

Controlador Indireto

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

GP Investimentos

07.755.775/0001-16

Sócio

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano

086.323.078-43

Controle

Controlador Indireto

Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

GP Investimentos S.A.

07.755.775/0001-16

Sócio

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Octavio Pereira Lopes Membro efetivo do Conselho de Administração	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada GP Investimentos S.A. Socio	07.755.775/0001-16		
Observação			

Administrador do Emissor João Henrique Braga Junqueira Membro Suplente do Conselho de Administração	041.249.236-94	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada GP Investimentos S.A. Associate	07.755.775/0001-16		
Observação			

Administrador do Emissor Ricardo Propheta Marques Membro Suplente do Conselho de Administração	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada BRZ Investimentos Ltda Diretor	02.888.152/0001-06		
Observação			

Administrador do Emissor Piero Paolo Picchioni Minardi Vice-Presidente do Conselho de Administração	051.575.478-11	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. Sócio	08.052.758/0001-85		
Observação O Sr. MINARDI renunciou ao cargo de conselheiro em 29/01/2010			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Christopher David Meyn Membro Suplente do Conselho de Administração	056.084.127-29	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. Sócio	08.052.758/0001-85		
Observação O Sr. CHRISTOPHER renunciou ao cargo de conselheiro suplente em 29/01/2010			

Exercício Social 31/12/2008

Administrador do Emissor			
Danilo Gamboa Membro Suplente do Conselho de Administração	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
GP Investimentos Sócio	07.755.775/0001-16		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano Membro suplente do Conselho de Administração	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função GP Investimentos S.A. Sócio	07.755.775/0001-16		
Observação			

Administrador do Emissor Andrew Woodward Sweet Membro Efetivo do Conselho de Administração	000.000.000-00	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Rearden US Holdings 1 Corporation Membro do Conselho de Administração			
Observação A relação terminou em 05/11/2008			

Administrador do Emissor Ricardo Propheta Marques Membro Suplente do Conselho de Administração	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada BRZ Investimentos Ltda Diretor	02.888.152/0001-06		
Observação			

Administrador do Emissor Fersen Lamas Lambranco Presidente do Conselho de Administração	667.308.057-49	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada GP Investimentos S.A. Sócio	07.755.775/0001-16		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Octavio Pereira Lopes	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investimentos S.A.	07.755.775/0001-16		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Thiago Emanuel Rodrigues	730.653.826-87	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investimentos S.A.	07.755.775/0001-16		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Piero Paolo Picchioni Minardi	051.575.478-11	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GIF Gestão de Investimento e Participações Ltda.	08.052.758/0001-85		
Sócio			
<u>Observação</u>			
O Sr. MINARDI renunciou ao cargo de conselheiro em 29/01/2010			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Christopher David Meyn	056.084.127-29	Subordinação	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GIF Gestão de Investimento e Participações Ltda.	08.052.758/0001-85		
Sócio			
Observação			
O Sr. CHRISTOPHER renunciou ao cargo de conselheiro suplente em 29/01/2010			

Exercício Social 31/12/2007**Administrador do Emissor**

Andrew Woodward Sweet

000.000.000-00

Subordinação

Controlador Indireto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Rearden US H. 1 Corp., Rearden G H. Eins, Rearden G H. Zwei, Rearden G H. Drei, Rearden G H. Vier.

Membro Efetivo do Conselho de Administração

Observação

A relação iniciou-se em 13/12/2006

Administrador do Emissor

Fersen Lamas Lambranco

667.308.057-49

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

GP Investimentos S.A.

07.755.775/0001-16

Sócio

Observação**Administrador do Emissor**

Thiago Emanuel Rodrigues

730.653.826-87

Controle

Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investimentos S.A.	07.755.775/0001-16		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ricardo Propheta Marques	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BRZ Investimentos Ltda.	02.888.152/0001-06		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investimentos S.A.	07.755.775/0001-16		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Danilo Gamboa	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investimentos S.A.	07.755.775/0001-16		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Sócio Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Octavio Pereira Lopes Membro Efetivo do Conselho de Administração	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada GP Investimentos S.A. Sócio Observação	07.755.775/0001-16		
<hr/>			
Administrador do Emissor Piero Paolo Picchioni Minardi Vice-Presidente do Conselho de Administração	051.575.478-11	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. Sócio Observação O Sr. MINARDI renunciou ao cargo de conselheiro em 29/01/2010	08.052.758/0001-85		
<hr/>			
Administrador do Emissor Christopher David Meyn Membro Suplente do Conselho de Administração	056.084.127-29	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda. Sócio Observação	08.052.758/0001-85		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
O Sr. CHRISTOPHER renunciou ao cargo de conselheiro suplente em 29/01/2010			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Alcalay	148.080.298-04	Controle	Controlador Indireto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
GP Investimentos S.A.	07.755.775/0001-16		
Sócio			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia contrata regularmente seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir o pagamento aos administradores da Companhia de indenização - até o limite da importância segurada - decorrente de perdas e danos impostos ao administrador por conta de reclamações – iniciadas em qualquer parte do mundo - decorrentes única e exclusivamente de sua condição de administrador da Companhia. A cobertura securitária se estende automaticamente aos administradores de qualquer subsidiária ou controlada nos termos da apólice de seguro.

12.12 - Outras informações relevantes***12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes***

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram fornecidas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é compensar seus administradores adequadamente pelo atingimento do desafio proposto a cada cargo e suas respectivas responsabilidades, visando sempre atrair e reter os melhores profissionais disponíveis no mercado. Para definição da Política de Remuneração da Companhia, foi utilizada como base a metodologia de pontos Hay, anualmente atualizada de acordo com a movimentação do mercado. Nossa política baseia-se em mantermos na média do mercado o valor da remuneração fixa, o pacote de benefícios oferecidos e na possibilidade de trabalharmos o diferencial na Remuneração Variável. O foco em Remuneração Variável está diretamente relacionado a um dos valores da Companhia que é a meritocracia através do compartilhamento do risco e do resultado da Companhia, além da existência de uma política de remuneração transparente e clara, através da qual os esforços dos profissionais são justamente recompensados.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a apenas uma remuneração fixa trimestral, cujos parâmetros são definidos em Assembléia Geral Ordinária, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, cujos parâmetros são definidos pela Assembleia Geral Ordinária. Aos membros do Conselho de Administração também é concedido o benefício de previdência privada, onde é recolhido mensalmente o valor correspondente aos critérios estabelecidos no Plano de Complementação Previdenciária da Companhia, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável e incentivos de longo prazo.

A remuneração dos Diretores é composta por:

- **Remuneração Mensal Fixa** – estabelece o valor mensal a ser pago de acordo com a mediana praticada pelo mercado (Tabela Hay);
- **Remuneração Variável** – estabelece a recompensa por resultados alcançados durante o exercício. O valor é calculado sobre múltiplos salariais estabelecidos de acordo com a prática de mercado.
- **Pacote de Benefícios** – o pacote de benefícios busca atender, principalmente, as necessidades básicas oferecidas pelo mercado tais como: plano médico, dental, previdência privada, alimentação e seguro de vida. O objetivo é trabalhar na média do mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- **Incentivo de Longo Prazo** – através de um programa de *stock option*, a Companhia visa incentivar seus executivos a buscar resultados e objetivos no longo prazo, através da concessão da oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

Para a Diretoria:

- Remuneração mensal fixa – 40% da remuneração total;
- Remuneração Variável Curto Prazo – 28% da remuneração total;
- Pacote de Benefícios – 1% da remuneração total; e,
- Incentivo de Longo Prazo – 31% da remuneração total.

Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado o componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Remuneração mensal fixa – valores atualizados anualmente de acordo com a tabela Hay;
- Remuneração Variável – valores estipulados e alterados pela média de mercado, porém a situação econômica do mercado em que estamos inseridos é avaliada anualmente ao início de cada exercício fiscal;
- Pacote de Benefícios – valores atualizados de acordo com os indicadores econômicos do mercado, como por exemplo o IGPM. Acompanha também a media de mercado; e,
- Incentivo de longo prazo – o programa de distribuição de ações é avaliado e aprovado por Comitê específico que aprova e define as regras para o programa bem como o preço ao qual a ação será oferecida.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O alinhamento aos valores da Companhia e à cultura de seu acionista controlador (meritocracia) é o principal fator que define a estratégia de remuneração. Adicionalmente, é observada a prática de mercado e a metodologia Hay.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Para a determinação de todos os itens de remuneração, é levada em consideração a performance individual, a qual é mensurada a partir do cumprimento de metas anuais que deverão ser acompanhadas e avaliadas mensalmente. Essas metas devem ter cunho quantitativo, qualitativo e projetos, que visam alavancar o negócio e o desempenho da Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Toda e qualquer mudança nos itens que compõem a remuneração estão diretamente vinculadas ao desempenho individual e aos resultados obtidos pela Companhia. Como exemplo, podemos citar a remuneração variável que, por meio de metas estipuladas, é definida uma curva de premiação que varia de acordo com o resultado obtido no conjunto das metas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável busca reter os melhores profissionais da Companhia e estimula a melhoria dos resultados no longo prazo. Já a política de compra de ações (*stock option*) visa alinhar a remuneração dos executivos à melhor *performance* das ações de emissão da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração aos administradores da Companhia que seja suportada por suas subsidiárias e controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	13,00	5,00	25,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	450.000,00	9.187.750,00	178.029,00	9.815.779,00
Benefícios direto e indireto	40.995,00	236.125,00	0,00	277.120,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.481.000,00	0,00	8.481.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.678.500,00	0,00	2.678.500,00
Total da remuneração	490.995,00	20.583.375,00	178.029,00	21.252.399,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,42	7,00	5,00	19,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	416.715,33	4.841.950,00	178.028,40	5.436.693,73
Benefícios direto e indireto	37.968,41	124.200,00	0,00	162.168,41
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.045.592,70	0,00	4.045.592,70
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.418.000,00	0,00	2.418.000,00
Total da remuneração	454.683,74	11.429.742,70	178.028,40	12.062.454,84

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<i>13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:</i>	
a.	órgão
b.	número de membros
c.	em relação ao bônus:
1.	valor mínimo previsto no plano de remuneração
2.	valor máximo previsto no plano de remuneração
3.	valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4.	valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
d.	em relação à participação no resultado:
1.	valor mínimo previsto no plano de remuneração
2.	valor máximo previsto no plano de remuneração
3.	valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4.	valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Número de membros	Valor mínimo previsto no plano	Valor máximo previsto no plano	Valor efetivamente reconhecido no resultado	Valor Previsto p/ 2010
Conselho de Administração	6,25	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	5	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	7	R\$ 3.021.900,00	R\$ 6.475.500	R\$ 4.045.592,70	R\$ 2.678.500,00
Total		R\$ 3.021.900,00	R\$ 6.475.500	R\$ 4.045.592,70	R\$ 2.678.000,00

Obs.: Itens que não se aplicam à Companhia não foram demonstrados neste quadro. O número de membros do CA foi encontrado a partir da média anual do número de membros apurado mensalmente.

A remuneração variável paga à Diretoria Estatutária se configura como participação nos resultados. O valor é calculado sobre múltiplos salariais estabelecidos de acordo com a prática de mercado, levando-se em conta os resultados econômico-financeiros alcançados pela Companhia no exercício. O Conselho de Administração não recebe pagamentos a título de remuneração variável e remuneração baseada em ações. O Conselho Fiscal não recebe pagamentos a título de benefícios, remuneração variável e remuneração baseada em ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia tem as seguintes condições gerais:

- Limite total de 6% do capital social total *fully diluted*;
- Possibilidade de gestão do Plano por um Comitê indicado pelo Conselho de Administração, com 3 membros;
- Criação, pelo Comitê, de Programas periódicos de Opções, no qual serão definidos (i) beneficiários; (ii) número total objeto da outorga, (iii) preço do exercício; (iv) prazo inicial de carência e datas; (v) outras restrições. Quando do lançamento de cada programa, celebração dos respectivos contratos;
- Preço do exercício: equivalente à média dos últimos 30 pregões anteriores à data da concessão da opção, com possibilidade de desconto de 10% quando do lançamento de cada programa;
- Preço específico para o Primeiro Programa: R\$10,00, com correção pelo IGP-M;
- Opções podem ser exercidas no montante de 20% ao ano (*vesting*), em um total de 5 anos;
- Após exercício, ha um lock-up de 1 ano para alienação das ações;
- Prazo decadencial para exercício de 10 anos;
- Salvo decisão em contrário, 50% do bônus e 50% de eventuais dividendos deverão ser obrigatoriamente utilizados para comprar ações do plano;
- Caso o beneficiário tenha exercido opções com recursos próprios até 1 ano antes do pagamento do Bônus, essa quantidade de recursos será reduzida da quantidade de ações necessárias para cumprir os 50%.

Relativamente ao exercício corrente, não há previsão de novos programas, assim como de alteração das condições aqui apresentadas.

b. principais objetivos do plano

O principal objetivo do plano é conceder aos Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas e da Companhia a longo prazo.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia, em condições potencialmente diferenciadas, cria-se um ambiente extremamente favorável a um maior comprometimento com a criação de valor e um exercício da função e das atividades mais efetivo e direcionado pelos beneficiados pelo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

programa. Assim, cria-se uma maior sinergia entre o grupo de colaboradores e o grupo de acionistas da Companhia e, como resultado obtido, a maximização dos resultados.

Esse programa também é eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração, principalmente, pelo alinhamento ao negócio e pelos critérios de elegibilidade que consideram dois focos, no cargo e outro no beneficiário, sendo:

Cargo:

- Posições estratégicas para a Organização
- Responsabilidade por resultados da Companhia
- Abrangência de atuação e dimensão financeira

Pessoa:

- Alinhamento à Cultura e Valores
- Contribuição & Desempenho
- Consenso Diretoria
- Retenção de Talentos e Valores para a Companhia

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano estimula os administradores a buscarem os resultados esperados pelos acionistas e pelo Conselho de Administração, os quais devem ser construídos diariamente pela Administração, o que influencia no curto prazo. Contudo, tendo em vista que o plano prevê que os beneficiários possam exercer apenas 20% de suas opções ao ano, em um mínimo, portanto, de 5 anos para total aproveitamento, e, ainda, considerando que há um lock-up obrigatório de 1 ano a contar de cada exercício, a administração deve construir resultados sustentáveis e crescentes no médio e longo prazo, para que a empresa valorize-se ao longo do período, o que impacta o valor das ações.

f. número máximo de ações abrangidas

Limite total de 6% do capital social total *fully diluted*.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Limite total de 6% do capital social total *fully diluted*.

h. condições de aquisição de ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Forma de Exercício da Opção

A Opção é dividida em 5 (cinco) lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do Lote Total (os “Lotes Anuais” ou o “Lote Anual”).

O primeiro Lote Anual poderá ser exercido a partir do primeiro aniversário da data de assinatura de cada Contrato. A Opção referente aos demais Lotes Anuais poderá ser exercida a cada aniversário subsequente à data de assinatura do Contrato. O exercício se dará mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do Preço de Exercício, cabendo ao Conselho de Administração a emissão das ações.

Cada Lote Anual cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido, será denominado “Lote Incorporado”. A contrário senso, será denominado “Lote Não Incorporado” aquele Lote Anual composto por Ações cujo direito ao exercício por parte do Beneficiário ainda não tenha sido adquirido.

As Ações subscritas ou compradas em razão do exercício da Opção estarão sujeitas à restrição de alienação e oneração.

A Opção relacionada a cada Lote Incorporado poderá ser exercida, total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que o Lote Anual se tornar um Lote Incorporado. Após o término deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício da Opção com relação à parcela não exercida do Lote Incorporado, sem direito a qualquer indenização.

A Companhia, a seu exclusivo critério, poderá utilizar ações mantidas em tesouraria para fazer face ao exercício da Opção. Neste caso, o Beneficiário deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício das Ações correspondentes, nas condições estabelecidas. O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário, à vista, na data da subscrição ou aquisição das respectivas Ações, e será atualizado de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir da data de assinatura do Contrato até a data do efetivo exercício e pagamento, calculada *pro-rata temporis*.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de emissão, ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em Tesouraria para fazer face ao exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê e terá o valor equivalente ao valor médio dos últimos 30 pregões da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo anteriores à data de concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, e com possibilidade de desconto de 10% quando do lançamento de cada programa.

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário, à vista, na data da subscrição ou aquisição das respectivas Ações, e será atualizado de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir da data da outorga deste Contrato até a data do efetivo exercício e pagamento, calculada *pro-rata temporis*.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

As Opções não exercidas terão deduzido de seu Preço de Exercício o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação que tenham sido pagos pela Companhia a partir da data de assinatura do Contrato.

O Beneficiário deverá destinar, obrigatoriamente, o montante equivalente a (i) 50% (cinquenta por cento) da parcela da gratificação anual concedida ao Beneficiário pela Companhia a título de bônus ou prêmio ou participação nos lucros, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes (“Bônus”), e (ii) 50% (cinquenta por cento) do montante de dividendos ou juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, pagos pela Companhia ao Beneficiário com respeito a toda e qualquer Ação ou outra ação adquirida pelo Beneficiário sob o Programa (“Dividendos”), para pagamento do Preço de Exercício de Opções referentes a Lotes Incorporados ainda não exercidos pelo Beneficiário na data do recebimento de tais Bônus e Dividendos.

O Beneficiário deverá aplicar os recursos previstos para o pagamento do Preço de Exercício no exercício e aquisição das correspondentes Ações, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento dos Bônus ou Dividendos, conforme o caso, sob pena de caducar a parcela do Lote Incorporado que poderia ter sido exercida, com o mesmo montante de Bônus ou Dividendos.

Caso o Beneficiário tenha exercido Opções de um Lote Incorporado, realizando o pagamento do Preço de Exercício com recursos próprios, até um ano antes do pagamento do Bônus ou Dividendos, a correspondente quantidade de ações integralizada e/ou adquirida será reduzida da quantidade de ações necessária para cumprir a obrigação de destinação do Bônus e dos Dividendos.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A Opção é dividida em 5 (cinco) lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% do Lote Total (os “Lotes Anuais” ou o “Lote Anual”).

A Opção relacionada a cada lote de ações cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido pelo beneficiário poderá ser exercida, total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício do lote de ações. Após o término deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção com relação à parcela não exercida do lote de ações, sem direito a qualquer indenização.

k. forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também pode utilizar-se de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos programas aprovados até a data a regra é que o preço de exercício seja pago a vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**l. restrições à transferência das ações**

O prazo de indisponibilidade (*lock up*) das outorgas realizadas ou a serem realizadas para os Programas já aprovados até o momento são de 12 meses a contar da data da subscrição ou da aquisição das ações.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Apenas por decisão do órgão deliberativo competente. Adicionalmente em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções poderão ser transferidas para a Companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados para exercício durante prazo determinado.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de término da relação do beneficiário do plano com a Companhia em razão de aposentadoria, renúncia ou destituição de cargo de administrador da Companhia sem justa causa ou término do contrato de trabalho ou de contrato de prestação de serviços sem justa causa, a opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo beneficiário caducará imediatamente e a opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido pelo beneficiário caducará se não for exercida nos 30 (trinta) dias seguintes à data do evento que originar o término da relação com a Companhia.

Na hipótese de término da relação do beneficiário do plano com a Companhia por razão que configure justa causa, todas as opções não exercidas caducarão, independentemente do beneficiário já ter adquirido o direito ao exercício da opção ou não.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário do plano que o impeça de desempenhar suas funções na Companhia, tanto a opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, quanto a opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido pelo beneficiário poderão ser exercidas, no todo ou em parte, pelo beneficiário do plano ou seus respectivos herdeiros ou sucessores, no prazo de 3 (três) anos a contar do óbito ou invalidez permanente.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Órgão	Quant. Ações ON	Emissor
Conselho de Administração	18.474	Magnesita Refratários S.A.
Conselho Fiscal	97.001	Magnesita Refratários S.A.
Diretoria Estatutária	343.159	Magnesita Refratários S.A.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
1. data de outorga
2. quantidade de opções outorgadas
3. prazo para que as opções se tornem exercíveis
4. prazo máximo para exercício das opções
5. prazo de restrição à transferência das ações
6. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
• em aberto no início do exercício social
• perdidas durante o exercício social
• exercidas durante o exercício social
• expiradas durante o exercício social
d. valor justo das opções na data de outorga
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2009

3º programa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	4
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não se aplica	01/10/2009
Quantidade de opções outorgadas(*)	Não se aplica	6.400.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	1/10/2010
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de cada opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não se aplica	R\$ 10,00 por ação
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não se aplica	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não se aplica	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não se aplica	0
Valor justo das opções na data da outorga	Não se aplica	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	4,9%

(*) O programa abrangeu outros executivos que não membros da Diretoria Estatutária

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2009

2º programa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*
Nº de membros	0	5
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não se aplica	2/3/2009
Quantidade de opções outorgadas (*)	Não se aplica	1.850.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	2/3/2010
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de cada opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não se aplica	R\$ 10,71 por ação
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não se aplica	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não se aplica	85.964
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não se aplica	0
Valor justo das opções na data da outorga	Não se aplica	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	4,9%

(*) O programa abrangeu outros executivos que não membros da Diretoria Estatutária

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2008

1º programa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	5
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não se aplica	28/3/2008
Quantidade de opções outorgadas	Não se aplica	5.306.203
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	1/1/2009
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não se aplica	R\$ 10,00 por ação
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não se aplica	800.000
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não se aplica	78.000
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não se aplica	0
Valor justo das opções na data da outorga	Não se aplica	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	4,9%

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:	
a.	órgão
b.	número de membros
c.	em relação às opções ainda não exercidas
1.	quantidade
2.	data em que se tornarão exercíveis
3.	prazo máximo para exercício das opções
4.	prazo de restrição à transferência das ações
5.	preço médio ponderado de exercício
6.	valor justo das opções no último dia do exercício social
a.	em relação às opções exercíveis
1.	quantidade
2.	prazo máximo para exercício das opções
3.	prazo de restrição à transferência das ações
4.	preço médio ponderado de exercício
5.	valor justo das opções no último dia do exercício social
6.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8	8
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	Não se aplica	9.667.848
Data em que se tornarão exercíveis	Não se aplica	1 programa - 01/01/2011, 01/01/2012 e 01/01/2013 2 programa - 02/03/2011, 02/03/2012, 02/03/2013 e 02/03/2014 3 programa - 01/10/2010, 01/10/2011, 01/10/2012, 01/10/2013, 01/10/2014 e 01/10/2015
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos a partir da data que se tornam exercíveis
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de cada exercício de opção
Preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	R\$ 10,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	R\$ 3,61
Opções exercíveis		
Quantidade	Não se aplica	3.088.355
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos a partir da data que se tornam exercíveis
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de cada exercício de opção
Preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	R\$ 10,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	R\$ 3,61

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. em relação às opções exercidas informar:
1. número de ações
2. preço médio ponderado de exercício
3. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
d. em relação às ações entregues informar:
1. número de ações
2. preço médio ponderado de aquisição
3. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2009

2º programa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8	8
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não se aplica	2/3/2009
Quantidade de opções outorgadas	Não se aplica	1.850.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	2/3/2010
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de cada opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não se aplica	R\$ 10,71 por ação
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não se aplica	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não se aplica	85.964
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não se aplica	0
Valor justo das opções na data da outorga	Não se aplica	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	4,9%

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2009

2º programa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8	8
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não se aplica	2/3/2009
Quantidade de opções outorgadas	Não se aplica	1.850.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	2/3/2010
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de cada opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não se aplica	R\$ 10,71 por ação
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não se aplica	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não se aplica	85.964
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não se aplica	0
Valor justo das opções na data da outorga	Não se aplica	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	4,9%

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações no exercício social de 2008

1º programa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8	8
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não se aplica	28/3/2008
Quantidade de opções outorgadas	Não se aplica	5.306.203
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	1/1/2009
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não se aplica	1 ano a partir da data de opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não se aplica	R\$ 10,00 por ação
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não se aplica	800.000
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não se aplica	78.000
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não se aplica	0
Valor justo das opções na data da outorga	Não se aplica	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	4,9%

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

É o estabelecido pelo plano, que baseia-se na cotação média dos últimos 30 pregões antes da outorga das opções.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia utilizou o método Black-Scholes Merton para mensuração do valor justo das opções de ações outorgadas no período. Para cálculo da volatilidade esperada foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes ao mesmo período do exercício das opções contado a partir da data da outorga. O preço de exercício é o preço previsto no contrato de opções de compra de ações. O prazo de vida da opção é de 5 anos, sendo que a cada ano é prevista a realização de 20% do total. Os dividendos esperados foram de R\$0,12/ação e a taxa de juros, real, foi de 8,15% a.a. correspondente à taxa de juros de um título público com prazo similar ao prazo médio das opções.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes ao mesmo período do exercício das opções contado a partir da data da outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia adotou como valor spot, para mensuração do valor justo da opção, o valor da ação da Companhia na data da outorga.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão
b. número de membros
c. nome do plano
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
e. condições para se aposentar antecipadamente
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Órgão (a)	No. Membros (b)	Plano (c)	Qt. Adm. Aposentáveis (d)	Condições p/ aposentar antecipadamente (e)	Valor anualizado (f)	Valor atualizado (g)
Conselho de Administração	6,25	Magnus	---	Idade: ≥ 55 anos e tempo de serviços prestados continuamente à Cia: ≥ 5 anos	R\$142.469,77	R\$37.968,41
Diretoria Executiva	7	Magnus	---	Idem	R\$2.572520,24	R\$203.550,57

Obs.: O numero de membros do CA foi encontrado a partir da média anual do numero de membros apurado mensalmente.

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

- **Portabilidade:** o Participante ativo que tiver cessado seu vínculo empregatício com Patrocinadora, após completar 3 (três) anos de Vinculação ao Plano e desde que não esteja em gozo de um benefício do Plano, sendo 100% (cem por cento) do saldo de Conta de Contribuição do Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Crédito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante na data do Término do Vínculo Empregatício;
- **Resgate:** o Participante ativo que não esteja em gozo de um benefício do Plano poderá, alternativamente, optar pelo Resgate, correspondente 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Contribuição de Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Credito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante apurado na data do Término do Vínculo Empregatício.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	7,00	7,42	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.007.827,73	76.181,43	35.605,68
Valor da menor remuneração(Reais)	744.884,89	57.768,96	35.605,68
Valor médio da remuneração(Reais)	1.632.820,39	61.278,13	35.605,68

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2009**

O número de membros do Conselho de Administração foi encontrado a partir da média anual do numero de membros apurado mensalmente. O valor acima corresponde à média das remunerações fixas e variáveis, conforme tabela do item 13.2 deste Formulário.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração total dos conselheiros de administração relacionados aos controladores correspondeu, em a 72% em 2009; 87% em 2008 e 95% em 2007, do total da remuneração do conselho de administração.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sobre controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes***13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes***

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram disponibilizadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em bases consolidadas, temos empregados distribuídos pelas seguintes regiões:

Número de empregados por região	2009	2008	2007
América do Sul	5.608	6.144	6.671
Europa	476	713	-
América do Norte	404	514	-
Ásia	450	462	-
Total	6.938	7.833	6.671

Ainda no que concerne às informações consolidadas da emissora e de suas controladas na América do Sul, as atividades desempenhadas pelos empregados são divididas de acordo com a tabela abaixo:

Número de funcionários por atividade desempenhada	2009	2008 (*)	2007(*)
Operacional	4.106		
Administrativo	1.209		
Comercial	293		
Outros	-		
Total	5.608	6.144	6.671

(*) Até 2008, não havia controle do quadro de empregados com tal nível de detalhamento.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em junho de 2010, a Companhia possuía 679 terceirizados.

c. índice de rotatividade

A rotatividade dos empregados da Companhia durante os anos de 2009, 2008 e 2007 foram, respectivamente, de 2,70%, 3,00% e 3,96%.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era ré em aproximadamente 1.087 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R\$ 21,5 milhões e a Companhia provisionava R\$ 21,5 milhões.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia era ré em aproximadamente 652 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R\$ 11,3 milhões e a Companhia provisionava R\$ 11,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia era ré em aproximadamente 327 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R\$ 2,7 milhões e a Companhia provisionava R\$ 2,7 milhões.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2.Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Passamos por reformulações administrativas em 2009 motivadas, basicamente, pela aquisição da LWB Refractories e pelas contingências impostas pela crise financeira mundial. No primeiro caso, tratou-se da replicação, no exterior, do modelo de gestão adotado nas unidades da América do Sul que tem como premissa simplificar a estrutura, racionalizar processos, aumentar a produtividade e reduzir os custos. Já as medidas anti-crise adotadas em todas as regiões abrangeram, sobretudo, a área operacional tendo em vista a redução do ritmo de produção. Contudo, ao final do exercício de 2009, 502 recontrações já haviam sido realizadas e outras deverão ocorrer simultaneamente à recuperação do mercado.

A diretoria da Companhia também sofreu alterações ao longo do exercício: (i) eleição em 30/04/2009 de mais quatro diretores estatutários, sem designação específica, a saber: Luis Rodolfo Mariani Bittencourt, Wagner Mariano Sampaio, Maurício Ferreira de Pinho e Otto Alexandre Levy Reis; (ii) devido ao acidente fatal ocorrido com Sr. Maurício Lustosa de Castro, o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores passou a ser ocupado pelo Sr. Thiago Emanuel Rodrigues a partir de 21/07/2009; (iii) saída do Sr. Luiz Carlos Nepomuceno em 29/05/2009, o qual era responsável pelas operações da Companhia na América Latina (COO) e cujas funções passaram a ser exercidas pelo já diretor, Wagner Sampaio, a partir de 01/01/2010; (iv) no dia 12/03/2010, o Sr. Thiago Emanuel Rodrigues retornou ao Conselho de Administração da Companhia e o Sr. Flavio Rezende Barbosa foi eleito Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (v) também no dia 12/03/2010 o Sr. David Albert Gregory foi eleito diretor estatutário, sem designação específica; e (vi) na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária do dia 27/04/2010, o número de diretores estatutários, sem designação específica, previsto no Estatuto Social foi aumentado em 4 membros.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

<i>14.3.Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:</i>
a. política de salários e remuneração variável
b. política de benefícios
c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
1. grupos de beneficiários
2. condições para exercício
3. preços de exercício
4. prazos de exercício
5. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia tem por política remunerar seus funcionários com um salário fixo acrescido de uma remuneração variável, que é estabelecida a todos os funcionários da Magnesita Refratários S.A e é concedida aos mesmos através do cumprimento de metas estabelecidas pelos administradores da Companhia. A remuneração variável reflete a posição da empresa de remunerar àqueles que apresentam um bom rendimento em suas atividades. Além disso, a Magnesita Refratários S.A. oferece os seguintes benefícios aos seus empregados: plano de saúde e dental, cartão farmácia, cartão supermercado, empréstimo consignado, auxílio creche, seguro de vida e plano de previdência privada com objetivo de aposentadoria que pode alcançar até 75% do salário do participante.

Os programas de opção de compra de ações da Magnesita Refratários S.A., detalhados no item 13 deste Formulário de Referência, tornam elegíveis para participar os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia, segundo o plano aprovado pela assembléia geral em 24/03/2008.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4.Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

A Magnesita Refratários S.A. tem com os vários Sindicatos dos Trabalhadores uma relação pautada em procedimentos que objetivam o aprimoramento contínuo dos vínculos existentes entre as partes. Este comportamento valoriza e estreita os relacionamentos e reconhece, respeitosamente, os respectivos interesses e liberdade do cumprimento de suas funções institucionais.

No ano de 2009, foram celebrados 23 Acordos Coletivos e 4 Convenções Coletivas de Trabalho nas unidades do Brasil e todos esses acordos foram cumpridos em sua integralidade (100%), havendo movimento paredista em apenas uma planta industrial de um de nossos clientes onde atuamos com o fornecimento de refratários e de serviços (Vitória, Espírito Santo), cuja paralisação não partiu da iniciativa de nossos trabalhadores.

Em síntese, ao longo do tempo a Magnesita Refratários S.A. tem em suas práticas a realidade de evolução contínua no que se refere ao seu pacote de benefícios, o que tem gerado, juntamente com o respeito incondicional à legislação trabalhista e à relação sindical, o crescimento e melhoria das relações da Companhia com os seus trabalhadores; a evolução positiva no clima organizacional e motivacional e melhoria nos seus índices de segurança do trabalho e indicadores de desenvolvimento de pessoal.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fama Investimentos (participação detida por carteiras administradas)						
00.156.956/0001-87	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2010		
	16.046.834	6,210000%	0	0,000000%	16.046.834	6,210000%
Alumina Holdings, LLC						
08.993.709/0001-47	Americana	Sim	Sim	31/10/2009		
	702.686	0,280000%	0	0,000000%	702.686	0,280000%
GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações						
08.954.286/0001-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/10/2009		
	1.138.301	0,450000%	0	0,000000%	1.138.301	0,450000%
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.						
10.400.939/0001-05	Luxemburguesa	Sim	Sim	31/10/2009		
	21.019.595	8,140000%	0	0,000000%	21.019.595	8,140000%
Alumina Holdings, LLC						
08.996.583/0001-64	Americana	Sim	Sim	31/10/2009		
	87.952.110	34,060000%	0	0,000000%	87.952.110	34,060000%
GIF II Fundo de Inv. em Participações						
08.669.289/0001-48	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/03/2010		
	9.199.623	3,560000%	0	0,000000%	9.199.623	3,560000%
Mag Fundo de Inv. em Participações						
09.253.202/0001-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/10/2009		
	9.537.978	3,690000%	0	0,000000%	9.537.978	3,690000%
OUTROS						
	112.614.807	43,610000%	0	0,000000%	112.614.807	43,610000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	258.211.934	100,000000%	0	0,000000%	258.211.934	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alumina Holdings, LLC				08.993.709/0001-47	
Grafita Holdings, Inc.					
	Cayman Islands	Não	Não	31/10/2009	
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alumina Holdings, LLC				08.996.583/0001-64	
Grafita Holdings, Inc.					
	Cayman Islands	Não	Não	31/12/2009	
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GIF II Fundo de Inv. em Participações				08.669.289/0001-48	
Bradesco e Previdência S/A					
51.990.695/0001-37	Americana	Não	Não	31/03/2010	
306.448	11,710000	0	0,000000	306.448	11,710000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
GIF II PE - A2 LLC					
08.728.384/0001-75	Americana	Não	Não	31/03/2010	
615.400	23,510000	0	0,000000	615.400	23,510000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
GIF II PE - C2 LLC					
08.728.386/0001-64	Americana	Não	Não	31/03/2010	
585.887	22,380000	0	0,000000	585.887	22,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
GIF II PE - D2 LLC					
08.728.387/0001-09	Americana	Não	Não	31/03/2010	
486.442	18,590000	0	0,000000	486.442	18,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GIF II Fundo de Inv. em Participações				08.669.289/0001-48		
GIF II PE-B2 LLC						
08.728.385/0001-10	Americana	Não	Não	31/03/2010		
623.284	23,810000	0	0,000000	623.284	23,810000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
2.617.461	100,000000	0	0,000000	2.617.461	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.				10.400.939/0001-05	
OUTROS					
481.925	0,080000	0	0,000000	481.925	0,080000
Rhône Offshore Partners III LP					
	Cayman Islands	Não	Não	10/09/2009	
274.269.500	45,520000	0	0,000000	274.269.500	45,520000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Rhône Onshore Partners III LP					
	Americana	Não	Não	10/09/2009	
327.771.196	54,400000	0	0,000000	327.771.196	54,400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	602.522.621	100,000000	0	0,000000	602.522.621
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Grafita Holdings, Inc.					
OUTROS					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000
TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	27/04/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	9.719
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.141
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	683

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	128.049.824	49,590000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	128.049.824	49,590000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

As informações podem ser visualizadas nos itens 15.1 e 15.2 deste formulário.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Acordo de Acionistas Controladores**a) partes e b) data de celebração**

Em 30.08.2007 foi celebrado um acordo de acionistas (“Acordo de Acionistas Controladores”) entre os acionistas controladores da Companhia, a saber, Alumina Holdings, LLC (“Alumina”), GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações (“FIP GP”), GIF-II Fundo de Investimento em Participações (“FIP Gávea”) e GIF Mining Holdings, LLC (“GIF Holdings”), tendo a Companhia como interveniente. O referido acordo foi aditado em 24.01.2008, para adesão do acionista MAG – Fundo de Investimento em Participações (“FIPMAG”), e novamente em 05.11.2008, data em que o acionista Mukden Participações Ltda. (“Rhône”) passou a ser signatário do acordo, sendo posteriormente sucedido pela Rearden L Holdings 3 A.S.R.L. (sendo Alumina, FIP GP, FIP Gávea, GIF Holdings, FIPMAG e Rhône os “Acionistas Controladores”).

c) vigência

O Acordo de Acionistas Controladores permanecerá em vigor até 30 de agosto de 2027.

d) cláusulas relativas ao exercício de voto e poder de controle

Os Acionistas Controladores devem exercer, diretamente ou por meio de seus representantes, bem como a fazer com que a Companhia, suas subsidiárias e todos os seus respectivos representantes exerçam, os seus direitos de voto em qualquer assembleia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer subsidiária de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas Controladores. Os acionistas votarão, e farão com que os seus representantes, a Companhia e as subsidiárias e os seus respectivos representantes votem, sempre em bloco, em todas as reuniões, em toda e qualquer matéria da ordem do dia da reunião, de forma a dar plena validade e eficácia às disposições do Acordo de Acionistas Controladores.

Os Acionistas Controladores deverão se reunir antes de toda e qualquer reunião (e, se possível, antes da respectiva convocação para a reunião), para definir o voto em bloco a ser proferido, na reunião, pelos Acionistas Controladores, pela Companhia, suas subsidiárias ou pelos seus respectivos representantes.

Os Acionistas Controladores definirão e aprovarão o voto em bloco a ser proferido em relação a toda e qualquer matéria, independentemente do nível ou órgão societário ou de administração no qual deva ser discutida, aprovada ou deliberada, seja na Companhia ou em qualquer subsidiária, de acordo com o voto favorável de Acionistas Controladores representando mais da metade das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas Controladores, ressalvadas as seguintes matérias relativas a ou envolvendo a Companhia ou uma subsidiária, cuja aprovação dependerá da aprovação e voto favorável de todos os blocos:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (a) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência, ou dissolução ou liquidação;
- (b) mudança no objeto social;
- (c) qualquer investimento que não esteja compreendido no âmbito dos negócios;
- (d) alteração na composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, de quaisquer de seus comitês ou de quaisquer órgãos equivalentes;
- (e) transferência pela Companhia (ou por quaisquer subsidiárias) de quaisquer participações societárias detidas pela Companhia ou por quaisquer de suas subsidiárias;
- (f) transferência de qualquer participação, ativos ou direitos detidos pela Companhia ou por qualquer subsidiária (excetuando-se suas respectivas participações societárias, as quais serão regidas pelo item (e) acima), direta ou indiretamente, em valor igual ou superior a R\$15.000.000,00;
- (g) qualquer aumento de capital (inclusive dentro do limite do capital autorizado, bem como o aumento ou outra alteração do capital autorizado), capitalização de lucros ou reservas ou adiantamento para futuro aumento de capital;
- (h) criação, aquisição (incluindo qualquer aumento na participação societária ou participação), constituição ou extinção de quaisquer subsidiárias, ou aquisição, disposição ou criação de ônus ou oneração de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;
- (i) qualquer transformação, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, cisão ou qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação societária;
- (j) qualquer operação ou negócio de qualquer natureza (incluindo qualquer reorganização ou reestruturação ou outra operação societária) entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro lado, (i) qualquer Acionista Controlador ou qualquer de suas afiliadas, (ii) qualquer administrador da Companhia ou de qualquer subsidiária ou quaisquer de suas respectivas afiliadas, (iii) qualquer administrador ou pessoa relacionada de qualquer Acionista Controlador, ou, (iv) no caso de qualquer das pessoas acima referidas ser pessoa física, os respectivos cônjuges, parentes até segundo grau e afiliadas;
- (k) quaisquer alterações ao estatuto social, contrato social ou instrumento equivalente, incluindo relativas a objeto social, prazo de duração, capital, ações, composição, competência e funcionamento dos órgãos de administração, criação de reservas, política de dividendos e distribuição de resultados, e qualquer alteração decorrente de deliberação, cujo objeto seja uma das matérias ora listadas, sendo que nenhuma deliberação acerca da criação de reservas poderá afetar o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado;
- (l) seleção, contratação, destituição ou substituição de auditores independentes;
- (m) qualquer alteração das práticas ou políticas contábeis ou de divulgação de informações, exceto conforme exigido por lei;
- (n) emissão de ações preferenciais, criação de nova classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens ou condições (inclusive resgate e amortização) de ações ou valores mobiliários existentes, ou emissão de ações ou valores mobiliários de classe mais favorecida ou sem guardar proporção com as espécies ou classes existentes;
- (o) registro de companhia aberta, cancelamento do respectivo registro, adesão ou alteração de segmento especial ou nível de governança e fechamento de capital, e qualquer oferta pública de quaisquer valores mobiliários, salvo as ofertas secundárias da Rhône, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores;
- (p) concessão ou outorga de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo, assunção de dívidas ou contratação de qualquer empréstimo ou financiamento (inclusive por meio da emissão de *commercial papers*,

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

títulos ou outros instrumentos, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *comprar* e *vender* e desconto de recebíveis ou dívidas) pela Companhia ou qualquer subsidiária, em valor superior ao previamente aprovado e previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual;

(q) compra de ações ou outros valores mobiliários de própria emissão, resgate ou amortização de ações, quotas ou outros valores mobiliários, qualquer declaração ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou outra distribuição ou pagamento a acionistas ou sócios, inclusive redução de capital;

(r) quaisquer investimentos de capital ou quaisquer despesas operacionais da Companhia e de suas subsidiárias, cujo valor exceder em mais do que 10% os correspondentes montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual;

(s) qualquer aquisição relevante ou a celebração de qualquer *joint venture* relevante; e

(t) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 8 membros e igual número de suplentes, sendo 2 conselheiros independentes. Nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, a eleição dos membros do Conselho é feita da seguinte forma:

- (i) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de seis membros do Conselho de Administração, quatro membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.
- (ii) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas cinco membros do Conselho de Administração, três membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.
- (iii) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas quatro membros do Conselho de Administração, dois membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.
- (iv) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas três membros do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear dois membros e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, um membro do Conselho de Administração.
- (v) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas dois membros do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear um membro e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, um membro do Conselho de Administração.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (vi) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas um membro do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear tal membro e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, o suplente para o respectivo membro.

Se o percentual de participação do bloco GP (Alumina, FIP GP e FIPMAG) alcançar menos de 50% do percentual de participação inicial do bloco GP, os demais Acionistas Controladores deverão eleger os membros do Conselho de Administração de maneira proporcional.

O direito de nomear um membro do Conselho de Administração concederá ao referido acionista o direito de nomear o respectivo suplente, salvo na hipótese de os blocos não chegarem a um acordo para, em conjunto, nomearem o suplente na hipótese do item (vi) acima. Neste caso, o bloco com mais ações deverá nomear o suplente na primeira eleição e o outro bloco deverá nomear o suplente correspondente na eleição subsequente, e tais nomeações serão alternadas assim subsequente entre tais blocos.

Na hipótese de renúncia ou vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, cada Acionista Controlador deverá, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da renúncia ou vacância, convocar ou fazer com que seja convocada assembleia geral para eleger novo membro do Conselho de Administração para o cargo vago, o qual será indicado pelo mesmo Acionista Controlador que tiver indicado o membro que renunciou ou deixou o respectivo cargo vago. Caso algum membro do Conselho de Administração tenha sido eleito pelo procedimento de voto múltiplo e sendo necessário eleger todos os membros do referido órgão pelo mesmo procedimento, por força do parágrafo 3º do art. 141 da LSA, competirá aos Acionistas Controladores votar, ou fazer com que os representantes votem, na respectiva assembleia geral, em conformidade com o procedimento acima descrito.

O presidente do Conselho de Administração da Companhia será eleito pelo maior bloco e o vice-presidente será eleito pelo segundo maior bloco. O presidente e o vice-presidente não terão direito a voto de desempate.

Os Acionistas Controladores renunciaram ao direito de requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo. Os Acionistas Controladores sempre elegerão o maior número possível de membros do Conselho de Administração da Companhia conforme o procedimento acima descrito, incluindo na hipótese de o procedimento do voto múltiplo vir a ser adotado e qualquer outro acionista vir a ter e efetivamente eleger um ou mais membros do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas Controladores não deverão utilizar qualquer direito de eleição em separado ou qualquer direito de eleição de qualquer membro do Conselho de Administração que contrarie o Acordo de Acionistas Controladores.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os Acionistas Controladores somente poderão transferir as ações por eles detidas, total ou parcialmente, por meio de venda, observados o direito de preferência e o tag along (descritos abaixo), ou por meio de uma transferência autorizada (abaixo descrita).

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Qualquer Acionista Controlador cujas ações estejam registradas de acordo com as regras previstas na resolução Bacen nº 2.689, não poderá transferir as suas ações, total ou parcialmente, salvo (i) conforme acima disposto, e desde que previamente (a) obtenha autorização prévia da CVM para a alienação de tais ações fora de bolsa de valores, conforme previsto no art. 8º da Resolução Bacen nº 2.689, ou (b) na falta ou impossibilidade, por qualquer motivo, de obtenção de tal autorização prévia, após a prévia conversão, pelo referido Acionista Controlador, às suas expensas, do investimento correspondente às ações a serem transferidas, para a modalidade de investimento estrangeiro direto, de acordo com a sistemática prevista na Lei nº 4.131/62, sujeito à aprovação prévia do Banco Central do Brasil; em ambos os casos das letras (a) e (b) acima; ou (ii) se previamente aprovado, por escrito, por todos os Acionistas Controladores.

Os Acionistas Controladores não poderão transferir os seus direitos de subscrição, de maneira privada, salvo (i) se para uma afiliada, ou (ii) se aprovado previamente, por escrito, por todos os Acionistas Controladores. Não obstante qualquer disposição do Acordo de Acionistas Controladores em contrário, Alumina e FIP GP obrigam-se a não transferir, bem como a fazer com que qualquer de suas afiliadas que porventura vierem a deter ações, não transfiram qualquer de suas ações ou direitos de subscrição para o FIPMAG, sem o prévio consentimento, por escrito, do Grupo Gávea.

Direito de Preferência

Na hipótese de qualquer Acionista Controlador desejar transferir quaisquer das ações por ele detidas, total ou parcialmente, referido acionista deverá fazê-lo por meio de venda e deverá primeiramente notificar os demais Acionistas Controladores sobre a quantidade de ações que pretende vender. Os Acionistas Controladores não cedentes terão o direito de fazer uma primeira oferta pelas ações ofertadas e, conforme for o caso, adquiri-las, de acordo com as seguintes condições:

- a) O acionista cedente deverá incluir todas as ações ofertadas na notificação por escrito a ser enviada aos acionistas não cedentes, na qual informará aos acionistas não cedentes a sua intenção de vender as ações ofertadas, convidando os acionistas não cedentes a fazerem uma oferta pelas ações ofertadas.
- b) Cada acionista não cedente terá o direito de fazer uma oferta para adquirir a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações ofertadas. Caso mais de um acionista não cedente tenha direito a adquirir as ações ofertadas, cada acionista não cedente que desejar adquirir ações ofertadas deverá adquirir um número de ações ofertadas proporcional ao seu percentual de participação, excluído o percentual de participação do acionista cedente e de qualquer acionista não cedente que não deseje adquirir as ações ofertadas. A oferta do(s) acionista(s) não cedente(s) somente será válida para os fins deste acordo se contemplar a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações ofertadas.
- c) Cada um dos acionistas não cedentes terá 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação de oferta, mediante notificação ao acionista cedente (com cópia para os demais acionistas não cedentes), para (i) abster-se de fazer uma oferta pelas ações ofertadas (a ausência de resposta no prazo de 20 (vinte) dias será entendida como

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

recusa do acionista não cedente em fazer qualquer oferta), ou (ii) submeter ao acionista cedente uma oferta irrevogável para adquirir todas as ações ofertadas pelo preço de compra por ação, em moeda corrente (desconsiderando-se qualquer pagamento pelas ações ofertadas que não em moeda corrente), a ser especificado em sua oferta.

- d) Caso qualquer oferta seja submetida, o acionista cedente terá 15 (quinze) dias contados do término do prazo de 20 (vinte) dias previsto no item (c) acima para responder ao acionista não cedente que submeteu a oferta ou, caso mais de um acionista não cedente tenha submetido uma oferta, para o acionista não cedente que tenha submetido a maior oferta, informando aos acionistas não cedentes de sua rejeição ou aceitação da oferta (a ausência de resposta no referido prazo de 15 (quinze) dias será entendida como recusa do acionista cedente em aceitar qualquer oferta).
- e) Na hipótese de o acionista cedente aceitar uma oferta, qualquer acionista não cedente que tenha submetido uma oferta, desde que por um preço por ação não inferior a 5% (cinco por cento) do preço por ação da maior oferta e desde que tal acionista não cedente notifique o acionista cedente (com cópia para o acionista não cedente que submeteu a maior oferta) no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação do acionista cedente aceitando a maior oferta, terá o direito de aderir à compra das ações ofertadas e adquirir parte das ações ofertadas, pelo preço por ação indicado na maior oferta, proporcionalmente ao seu percentual de participação, excluído o percentual de participação do acionista cedente e de qualquer outro acionista não cedente que não for adquirir quaisquer ações ofertadas (a ausência de manifestação no referido prazo de 5 (cinco) dias será entendida como uma recusa de tal acionista não cedente em aderir aos termos da maior oferta).
- f) Cada acionista não cedente que exercer o direito de submeter uma oferta ou de aderir à maior oferta deverá consumir a compra e venda das ações ofertadas no prazo de 30 (trinta) dias contados do término (i) do prazo de 15 (quinze) dias previsto no item (d) acima ou, caso mais de uma oferta tenha sido submetida e a(s) outra(s) oferta(s) submetida(s) estiver(em) dentro da margem de preço prevista no item (e) acima, ou (ii) do prazo de 5 (cinco) dias previsto no item (e) acima, o que ocorrer por último.
- g) Na hipótese de nenhum acionista não cedente submeter uma oferta, ou se o acionista cedente decidir não aceitar qualquer oferta submetida, o acionista cedente terá o direito de, observadas as demais disposições do Acordo de Acionistas Controladores, e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do que ocorrer antes entre (i) o fim do prazo de 20 (vinte) dias previsto no item (c) acima, caso nenhuma oferta tenha sido submetida, ou (ii) o término do prazo de 15 (quinze) dias previsto no item (d) acima, caso o acionista cedente recuse ou seja reputada recusada qualquer oferta submetida, vender todas (mas não mais nem menos do que todas) as ações ofertadas para qualquer terceiro, ficando estabelecido, contudo, que, se qualquer oferta tiver sido submetida, o acionista cedente somente poderá vender as ações ofertadas por preço por ação, em moeda corrente, superior ao preço por ação da maior oferta a ele submetida e em termos e condições de qualquer forma não mais favoráveis ao terceiro do que aqueles da oferta.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- h) Todos os acionistas deverão cooperar, e deverão fazer com que a Companhia coopere, com o acionista cedente com relação à venda das ações ofertadas. Na medida em que tais ações ofertadas representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) da totalidade do capital social da Companhia, a referida cooperação incluirá a permissão - ou fazer com que a Companhia conceda a permissão - para a realização de auditoria (*due diligence*) na Companhia e nas subsidiárias, às expensas do acionista cedente ou do terceiro potencial adquirente, em formato usual e que não afete o regular andamento dos negócios da Companhia e das subsidiárias, e sujeito à celebração de acordo(s) de confidencialidade em termos e condições usuais em operações de fusões e aquisições.
- i) Caso a venda das ações ofertadas para o terceiro não seja consumada no prazo de venda, ou se o preço por ação obtido pelo acionista cedente para a venda das ações ofertadas for igual ou menor do que o preço mínimo de venda ou em termos e condições mais favoráveis ao terceiro do que os constantes da oferta, o acionista cedente não poderá transferir as ações ofertadas e, caso ainda deseje vender qualquer de suas ações, tal acionista deverá reiniciar o procedimento previsto no Acordo de Acionistas Controladores.

Direito de Adesão (*Tag Along*)

Na hipótese de, após cumprir todos os procedimentos previstos acima, as ações ofertadas não serem transferidas a um acionista não cedente e o acionista cedente chegar a um acordo com um terceiro para a transferência das ações ofertadas para tal terceiro (desde que, se qualquer oferta tiver sido submetida e não tiver sido aceita pelo acionista cedente, tal acordo seja por um preço, em moeda corrente, superior ao preço mínimo de venda e em termos e condições não mais favoráveis ao terceiro do que os constantes da oferta), qualquer acionista não cedente, independentemente de ter submetido ou não uma oferta, terá o direito de aderir (*tag along*) à venda ao terceiro (“Cedente Tag Along”) e, portanto, de solicitar que seja incluída na venda ao terceiro uma parcela das suas ações, igual ou menor do que o número de ações ofertadas, multiplicado por seu percentual de participação, excluído o percentual de participação dos acionistas que não estiverem vendendo quaisquer de suas ações, pelo mesmo preço por ação e nos mesmos termos e condições oferecidos pelo terceiro, observado o quanto segue:

- (a) Caso o acionista cedente chegue a um acordo com o terceiro interessado durante o prazo de venda, o acionista cedente enviará prontamente aos Cedentes Tag Along notificação contendo (i) o nome e qualificação do terceiro; (ii) o preço de compra, por ação ofertada, em moeda corrente (desconsiderando-se qualquer pagamento que não em moeda corrente e, caso qualquer oferta tenha sido submetida e não aceita pelo acionista cedente, tal preço devendo ser superior ao preço mínimo de venda); (iii) compromisso irrevogável do terceiro de adquirir do acionista cedente e de cada um dos Cedentes Tag Along um número de ações, no total, no mínimo igual ao número de ações ofertadas; (iv) compromisso irrevogável do terceiro de aderir e se tornar parte do Acordo de Acionistas Controladores após adquirir quaisquer ações; e (v) cópia das minutas dos instrumentos a serem celebrados com o terceiro relativamente a referida venda e uma declaração de que não existem outros documentos a serem assinados, no que diz respeito a referida venda.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (b) No prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação mencionada no item (a) acima, cada Cedente Tag Along deverá exercer seu direito de adesão, após notificar o acionista cedente (com cópia para os demais Cedentes Tag Along), a respeito de seu desejo de participar da venda, indicando o número de ações que deseja dispor (a ausência de resposta por qualquer Cedente Tag Along, em tal prazo de 10 dias mencionado acima, será entendida como recusa do Cedente Tag Along em exercer seu direito de adesão).
- (c) Na hipótese de nenhum Cedente Tag Along exercer seu direito de adesão (*tag along*), o acionista cedente deverá vender ao terceiro todas as ações ofertadas, desde que pelo mesmo preço especificado na notificação mencionada no item (a) acima. Na hipótese de qualquer Cedente Tag Along exercer seu direito de adesão, o acionista cedente e cada um dos respectivos Cedentes Tag Along deverão vender ao terceiro a totalidade das ações que ofertaram. Na hipótese, contudo, do terceiro não demonstrar interesse em adquirir a totalidade do número de ações detidas pelo acionista cedente e pelo(s) Cedente(s) Tag Along, estes deverão vender ao terceiro o número de ações igual ao número de ações ofertadas, multiplicado por seus respectivos percentuais de participação (excluído o percentual de participação de todos os Acionistas Controladores que não estiverem vendendo quaisquer ações), pelo mesmo preço especificado na notificação mencionada no item (a) acima. A venda das ações será consumada no prazo de venda.

Transferências Autorizadas

As seguintes transferências serão permitidas e não estarão sujeitas ao direito de primeira oferta ou ao direito de adesão (*tag along*):

- a) Transferência de ações detidas por um Acionista Controlador a uma de suas afiliadas, desde que (i) o referido Acionista Controlador notifique previamente os demais Acionistas Controladores da transferência, informando a eles da transferência proposta e da afiliada (incluindo cópia de seus documentos de constituição, registro de propriedade e balanço patrimonial), (ii) no caso de o acionista cedente ter efetuado o investimento nas suas ações ao amparo e de acordo com a sistemática prevista na Resolução Bacen nº 2.689, seja observado o disposto no Acordo de Acionistas Controladores, e (iii) a afiliada adira e se torne parte do Acordo de Acionistas Controladores.
- b) Venda de ações (i) no contexto de uma oferta pública, ou (ii) realizada através da BOVESPA ou qualquer outra bolsa de valores aprovada pelos Acionistas Controladores no momento da aprovação de uma oferta pública.
- c) Transferência por um Acionista Controlador de 1 (uma) ação por ele detida para uma pessoa física indicada por tal Acionista Controlador para ser eleita como membro do Conselho de Administração, devendo tal ação ser automaticamente transferida de volta ao Acionista Controlador cedente, ou a novo membro do Conselho de Administração indicado por tal Acionista Controlador, no momento em que o membro do Conselho de Administração deixar de ser membro do Conselho de Administração.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- d) Transferência de ações pelo FIP Gávea ou pelo FIP GP ou pela Rhône para os seus respectivos quotistas, em caso de dissolução, liquidação, encerramento ou término do respectivo fundo ou, para os seus acionistas ou quotistas, caso o Bloco Gávea, o Bloco GP ou o Bloco Rhône sejam uma sociedade. Na hipótese dos cessionários, nos termos do presente item, serem compostos por mais de uma pessoa jurídica, tais cessionários serão tidos como um único Acionista Controlador para determinar seus direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores.

Transferências Indiretas

O direito de preferência e o direito de adesão serão aplicáveis a uma transferência indireta de ações detidas por um Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, ou cujo controlador, direto ou indireto, seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, através da transferência de quaisquer ações ou quotas do capital de tal Acionista Controlador ou de seu controlador, direto ou indireto, a terceiro (que não uma afiliada) e que seja acompanhada de ou implique em (na mesma operação ou por meio de operações relacionadas, concomitantes ou subseqüentes) transferência ao terceiro (ou pessoa a ele relacionada) do controle do Acionista Controlador ou do seu controlador, direto ou indireto (“Transferência Indireta”). A fim de evitar dúvidas, não serão consideradas Transferências Indiretas quaisquer transferências de ações ou quotas de um Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, ou do controlador, direto ou indireto, de tal Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, (i) se, em decorrência ou como parte de tal transferência, não ocorrer uma transferência do investimento nas ações e, cumulativamente, do controle da gestão de tal investimento pelo Grupo GP, pelo Grupo Gávea ou pelo Grupo Rhône, conforme o caso; ou (ii) se as ações representarem menos do que 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos ativos e/ou investimentos do respectivo controlador, direto ou indireto, de tal Acionista Controlador.

Transferências de Ações do Grupo GP

Alumina e FIP GP se obrigam a não transferir, bem como a fazer com que qualquer de suas afiliadas que porventura venham a deter ações não transfiram, qualquer de suas ações ou direito de subscrição ao FIPMAG sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, dos demais Acionistas Controladores.

Nulidade de Transferências não Autorizadas

Qualquer transferência de ações ou direitos de subscrição, direta ou indireta, em violação às disposições do Acordo de Acionistas Controladores será nula e ineficaz, não será reconhecida ou produzirá efeitos perante os Acionistas Controladores ou a Companhia e será tida como um inadimplemento ao Acordo de Acionistas Controladores, sujeitando o inadimplemento às penalidades aplicáveis.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos Acionistas Controladores devem exercer o seu direito de voto de forma a cumprir integralmente os termos do

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas Controladores, inclusive no que se refere ao quorum qualificado para aprovação de determinadas matérias.

Toda e qualquer deliberação tomada em qualquer reunião que esteja em desacordo com a instrução de voto resultante de reunião prévia ou com qualquer disposição do Acordo de Acionistas Controladores será reputada nula e sem efeito. Neste caso, (i) o presidente da respectiva reunião não computará os votos assim proferidos, e (ii) os demais Acionistas Controladores terão o direito de votar em nome do Acionista Controlador inadimplente, de acordo com as instruções de voto acordadas na respectiva reunião prévia. Nesta hipótese, os Acionistas Controladores deverão tomar e fazer com que sejam tomadas imediatamente todas as medidas necessárias para (a) destituir o(s) representante(s) que tenha(m) deixado de observar a deliberação tomada na reunião prévia ou as disposições do Acordo de Acionistas Controladores, e (b) declarar sem efeito qualquer deliberação contrária à reunião prévia e/ou realizar nova reunião, para aprovar as deliberações necessárias para dar efeito a tais medidas.

Acordo de Acionistas Krosaki

a) partes e b) data de celebração

Em 17.06.2008, foi celebrado um acordo entre os acionistas Alumina, FIP GP, FIP Gávea, GIF Holdings, FIPMAG e Krosaki Harima Corporation (“Krosaki”), tendo a Companhia como interveniente (“Acordo Krosaki”).

c) prazo de vigência

O Acordo Krosaki permanecerá em vigor pelo prazo de 20 anos contados de sua assinatura ou até a ocorrência do primeiro entre os seguintes eventos (i) Krosaki se tornar titular de ações ordinárias representativas de 1,5% ou menos do capital social total da Companhia, desde que essa redução na participação societária da Krosaki não seja resultante de (a) exercício, pelos Acionistas controladores, do direito de drag along previsto no Acordo Krosaki; (b) qualquer oferta pública de valores mobiliários na qual os acionistas da Companhia sejam impedidos de exercer seus respectivos direitos de preferência; (c) plano de opção de compra de ações outorgado a conselheiros, diretores, empregados e/ou qualquer pessoa que preste serviços à Companhia; (ii) a rescisão do Contrato de Subscrição de Ações celebrado em 20.05.2008 ou a rescisão de qualquer dos seguintes Contratos de Tecnologia: (x) *Agreement Joint Development and Technical Assistance Refractories for BOF*, datado de 29.07.2005; (y) *Agreement Joint Development and Technical Assistance Refractories for RH/AOD Degasser*, datado de 29.07.2005; e (z) *Agreement Joint Development and Technical Assistance S-G Refractories and A-G Refractories*, datado de 29.07.2005; desde que tais Contratos de Tecnologia sejam rescindidos em razão de qualquer dos eventos de rescisão neles estabelecidos, sendo certo que o término do prazo de vigência dos Contratos de Tecnologia não será considerado rescisão de nenhum Contrato de Tecnologia, a menos que a Krosaki se recuse a renovar quaisquer dos Contratos de Tecnologia expirados; (iii) a transferência, pelos Acionistas Controladores, de ações ordinárias representativas do controle da Companhia; e (iv) na data em que os Acionistas Controladores e a Krosaki concordarem por escrito em rescindir o Acordo Krosaki. Caso o Acordo de Acionistas Controladores seja prorrogado, o prazo do Acordo Krosaki será prorrogado de forma correspondente.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O Acordo Krosaki não dispõe a respeito de exercício do direito de voto ou do poder de controle.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

À Krosaki é reservado o direito ao exercício do voto múltiplo a que faça jus, desde que em 48 horas antes da respectiva Assembléia Geral de Acionistas, a Krosaki detenha ações representativas de mais de 3% do total de ações da Companhia. Caso a participação da Krosaki permaneça igual ou torne-se inferior a 3%, a Krosaki concorda em não exercer o direito ao voto múltiplo, seja sozinha, em conjunto e/ou associada a outros acionistas da Companhia, devendo tal restrição ao direito da Krosaki incluir e, portanto, também impedir a cessão de quaisquer de seus direitos a quaisquer terceiros.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As restrições previstas no Acordo Krosaki se referem somente às ações detidas pela Krosaki na data de assinatura do referido Acordo.

Direito de Preferência

Exceto no caso de uma transferência permitida (assim considerada uma transferência de ações realizada a qualquer afiliada de um acionista signatário do Acordo Krosaki, desde que tal afiliada passe a fazer parte e sujeitar-se aos termos do Acordo Krosaki), a Krosaki não poderá transferir qualquer valor mobiliário da Companhia por ela detido a não ser que (i) receba uma oferta irrevogável de um terceiro, incluindo qualquer um dos Acionistas Controladores, mediante pagamento em dinheiro; e (ii) a Krosaki primeiro ofereça tais valores mobiliários aos Acionistas Controladores, que terão direito de preferência para adquirir tais valores mobiliários.

A Krosaki não poderá ceder ou, por quaisquer outros meios, dispor de seu direito de subscrever novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, exceto para suas afiliadas, ou com a observância do direito de preferência.

Tag Along

Caso qualquer dos Acionistas Controladores queira transferir seus valores mobiliários de emissão da Magnesita a um terceiro (exceto a transferência privada (i) de um Acionista Controlador a uma afiliada sua, (ii) de um Acionista Controlador a outro Acionista Controlador ou sua afiliada; ou (iii) de um Acionista Controlador a um conselheiro por ele indicado), a Krosaki terá direito de adesão (*tag along*), pelo preço ofertado pelo adquirente. A notificação deverá ser enviada à Krosaki no mesmo prazo e deverá conter as mesmas informações. A Krosaki terá o direito de, no prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação, ofertar uma parcela dos valores mobiliários da Companhia por ela detidos. Tal parcela será igual ao número total de valores mobiliários detidos pela Krosaki, multiplicado pela fração cujo numerador seja o número total de valores mobiliários incluídos na oferta e o denominador seja o número

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

total de valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Controladores que estejam fazendo a oferta.

Caso a oferta compreenda a transferência direta ou indireta do controle da Companhia, o direito de *tag along* da Krosaki poderá ser desproporcional em relação aos Acionistas Controladores ofertantes, compreendendo todos os valores mobiliários detidos pela Krosaki, a seu exclusivo critério. Caso o adquirente, nesta hipótese, não aceite adquirir um número de valores mobiliários maior do que o especificado na oferta, os Acionistas Controladores poderão, a seu exclusivo critério e mediante notificação à Krosaki, decidir não realizar a alienação ou reduzir o número de valores mobiliários a serem alienados, de modo que a Krosaki possa alienar todos os valores mobiliários que desejar.

Caso a oferta não compreenda a transferência direta ou indireta do controle da Companhia e o adquirente não aceite adquirir um número de valores mobiliários maior do que o especificado na oferta, os Acionistas Controladores poderão, a seu exclusivo critério e mediante notificação à Krosaki, optar por não realizar a alienação dos valores mobiliários ou reduzir o número de valores mobiliários proporcionalmente.

Drag Along

Caso os Acionistas Controladores queiram transferir a totalidade ou parte de seus valores mobiliários a um terceiro (desde que não seja uma afiliada de qualquer dos Acionistas Controladores), os Acionistas Controladores poderão exigir que a Krosaki aliene ao proponente adquirente, nos mesmos termos e condições, uma parcela dos valores mobiliários emitidos pela Companhia por ela detidos. Tal parcela será igual ao número total de valores mobiliários detidos pela Krosaki, multiplicado pela fração cujo numerador seja o número de valores mobiliários a serem transferidos ao terceiro e o denominador seja o número total de valores mobiliários detidos por tais Acionistas Controladores.

O direito de *drag along* somente poderá ser exercido desde que (i) a alienação ao adquirente seja realizada dentro de 30 dias a contar do recebimento da notificação pela Krosaki; (ii) o preço de aquisição seja pago em dinheiro; e (iii) o preço por valor mobiliário a ser pago à Krosaki não seja inferior à quantia equivalente ao valor pago pela Krosaki pelas ações emitidas pela Companhia na data de assinatura do Acordo Krosaki, acrescido de 15% ao ano, calculado *pro rata temporis*.

Caso o direito de *drag along* seja exercido, a Krosaki terá o direito de rescindir parte ou todos os contratos de tecnologia e de, simultaneamente, alienar seus valores mobiliários remanescentes, se aplicável, aos Acionistas Controladores, pelo mesmo preço e condições dispostos na oferta do *drag along*.

Leilão para Transferência de Controle

Caso os Acionistas Controladores decidam transferir valores mobiliários de emissão da Companhia por eles detidos por meio de um procedimento de leilão privado, a Krosaki terá o direito de participar de tal processo como concorrente independente, sendo-lhe dado o mesmo tratamento dos demais concorrentes, inclusive no que tange ao direito de informação.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

O Acordo Krosaki não dispõe a respeito de cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 27 de setembro de 2007, a RPAR Holding concluiu a aquisição de ações representativas, direta e indiretamente, de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total da referida Companhia.

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, novas ações preferenciais classe A e preferenciais classe C da Magnesita S.A., representativas de 16,83% das ações preferenciais em circulação, por meio de Oferta Pública de Ações Voluntária, representando um acréscimo de 7,98% no capital total.

Entre 3 e 31 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, 955.392.390 ações ordinárias e 2.951.731.751 ações preferenciais classe A de emissão de Magnesita S.A., aumentando sua participação em 9,18% do capital total.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão na BM&F BOVESPA de Oferta Pública para Aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A. (por força do art. 254.A da Lei nº 6.404/76), tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A., representando 10,61% do capital total.

Os acionistas da LWB receberam da Companhia, em 5 de novembro de 2008, data de fechamento da operação, o valor de R\$ 785,4 milhões, sendo que uma parcela correspondente a R\$ 297,8 milhões, em dinheiro, e o restante, equivalente a R\$ 487,6 milhões, através da entrega de 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, que equivalem a 10,97% do seu capital social total. Foi considerado o valor de R\$ 20,79 por ação da Companhia para fins do cálculo do valor da transação acima mencionada.

Em 14 de maio de 2009, o acionista não controlador, FAMA Investimentos Ltda., informou à Companhia que os fundos de investimentos e carteiras por ele geridos passaram a deter um total consolidado de 14.126.546 de ações de emissão da Companhia (correspondente a 6,6% do capital total).

A última alteração relevante (maior que 5% do total das ações Companhia) foi comunicada à Companhia em 12/03/10, por meio de correspondência postada no *website* da CVM, em que o acionista GIF II Fundo de Investimento em Participações comunica a venda de 13.500.000 (correspondentes a 5,1% do capital). Considerando que o registro nos Livros da Companhia aconteceu em 18/03/2010, a posição acima dos demais acionistas tem a mesma data-base, ou seja, 18/03/2010.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes foram fornecidas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 *Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto*

A Companhia mantém operações de compra e venda de produtos e serviços com suas controladas sendo que essas operações são praticadas em condições acordadas entre as partes. Considerando que o percentual de participação da Companhia nas controladas é de 100% as mesmas são eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cerâmica São Caetano	31/12/2009	5.000.000,00	(R\$ 1.810.000,00)	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Dividendos recebidos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Mag-Sê Participações	31/12/2009	6.776.000,00	(R\$ 861.000,00)	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
RASA Refratarios Argentinos	31/12/2009	13.215.000,00	R\$ 533.000,00	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Iliama Participações S.L.	31/12/2009	0,00	R\$ 0	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Venda de refratários						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Refratarios Magnesita Uruguay S.A.	31/12/2009	484.000,00	R\$ 0	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Refratarios Magnesita Colombia S.A.	31/12/2009	11.010.000,00	R\$ 0	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Refractarios Magnesita del Peru	31/12/2009	1.569.000,00	R\$ 0	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Refratarios Magnesita Chile	31/12/2009	1.272.000,00	R\$ 0	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Massambaba Mineração Ltda.	31/12/2009	0,00	R\$ 3.682.000,00	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Não se aplica						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Empresas LWB	31/12/2009	441.310,00	R\$ 1.297.000,00	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Venda de produtos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
MSA Agropecuária Ltda.	31/12/2009	0,00	(R\$ 2.520.000,00)	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	100% controlada						
Objeto contrato	Não se aplica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia tem por política somente praticar operações com partes relacionadas em condições semelhantes a que se contrataria com terceiros independentes, ou seja, em condições de mercado e comutativas, que garantam equilíbrio entre as partes. Todas as operações de que trata o item 16.2 são negociadas com sociedades controladas pela Companhia (nas quais detém participação, direta ou indireta, de 100%) e celebradas em condições e preço de mercado vigentes à época da respectiva contratação, e, portanto, a Companhia acredita não haver conflito de interesses.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
24/06/2010	2.388.844.863,65		258.211.934	0	258.211.934

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/08/2007	Conselho de Administração	30/08/2007	718.999.700,00	Subscrição particular	718.999.700	0	718.999.700	239.667,00000000	1,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

11/12/2007	Conselho de Administração	11/12/2007	150.000.000,00	Subscrição particular	150.000.000	0	150.000.000	21,00000000	1,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	-----------------------	-------------	---	-------------	-------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

18/01/2008	Conselho de Administração	18/01/2008	44.303.797,00	Subscrição particular	44.303.797.470	0	44.303.797.470	5,00000000	1,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	----------------	---	----------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

23/01/2008	Conselho de Administração	23/01/2008	93.670.886,00	Subscrição particular	93.670.886.080	0	93.670.886.080	10,00000000	1,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	----------------	---	----------------	-------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

31/01/2008	Conselho de Administração	31/01/2008	74.000.000,00	Subscrição particular	74.000.000.000	0	74.000.000.000	7,00000000	1,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	----------------	---	----------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
21/02/2008	Assembleia Geral	21/02/2008	288.175.542,29	Subscrição particular	734.980.252.288	0	734.980.252.288	67,99000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A emissão de ações se deu em virtude da incorporação da controlada denominada Magnesita S.A. (Inserido valor simbólico para viabilizar o envio do formulário)								
Forma de integralização		Não se aplica. Trata-se de incorporação de controlada.								
30/04/2008	Assembleia Geral	30/04/2008	0,01	Subscrição particular	3	0	3	0,00000200	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Retificação de capital social. (Inserido valor simbólico para viabilizar o envio do formulário)								
Forma de integralização		não se aplica.								
24/07/2008	Conselho de Administração	24/07/2008	780.000,00	Subscrição particular	78.000	0	78.000	0,04000000	10,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.								
Forma de integralização		À vista em moeda corrente nacional.								
24/07/2008	Conselho de Administração	24/07/2008	184.985.572,14	Subscrição particular	9.564.921	0	9.564.921	5,00000000	19,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.								
Forma de integralização		À vista em moeda corrente nacional								
05/11/2008	Assembleia Geral	05/11/2008	487.592.254,00	Subscrição particular	23.457.778	0	23.457.778	12,00000000	20,79	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.								
Forma de integralização		À vista em moeda corrente nacional.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/10/2009	Conselho de Administração	30/10/2009	350.000.001,00	Subscrição particular	44.871.795	0	44.871.795	21,00000000	7,80	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base nos critérios do art. 170, §1º, I da Lei das S.A.

Forma de integralização À vista em moeda corrente nacional.

24/06/2010	Conselho de Administração	24/06/2010	2.812.511,20	Subscrição particular	257.556	0	257.556	0,00000998	10,92	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	--------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Calculado na forma prevista no Plano de Oções de Compra de Ações aprovado pela AGE de 24/03/08.

Forma de integralização À vista, em moeda corrente nacional

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
21/12/2007	869.000.000	0	869.000.000	869.000.000.000	0	869.000.000.000
Grupamento						
17/03/2008	1.815.954.935.838	0	1.815.954.935.838	181.595.493	0	181.595.493

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
24/07/2008	24/07/2008	6.475.700,53	822.747	0	822.747	0,45000000	7,87
Forma de restituição		Moeda corrente nacional.					
Razão para redução		Cancelamento de ações que se encontravam em Tesouraria.					
20/02/2009	20/02/2009	0,01	790.865	0	790.865	0,37000000	0,00
Forma de restituição		Não houve restituição (inserido valor simbólico) para viabilizar envio do formulário)					
Razão para redução		Cancelamento de ações que se encontravam na Tesouraria. Sem impacto sobre o valor do capital social.					

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 . Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes foram fornecidas nos itens acima..

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é concedido aos acionistas titulares de ações de emissão da Companhia o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia na proporção de suas participações no capital social da Companhia. Segundo o Estatuto Social da Companhia, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, a todos acionistas, observadas as demais disposições do referido Estatuto Social e da legislação aplicável.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso de capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento das obrigações da Companhia.</p> <p>Caso o acionista decida retirar-se da Companhia em virtude de dissidências de certas deliberações tomadas em assembleia geral, o valor da ação, para fins de reembolso, será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com a Lei da Sociedade por Ações.</p>
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar a oferta pública referida no art. 29 do estatuto social; a ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor; e a tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

O acionista controlador ou a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia.

Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo Valor Econômico apurado, hipótese em que o ofertante deverá divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

O acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de os acionistas, em assembléia geral, deliberarem a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários emitidos pela Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

A alienação de controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado obrigará o acionista controlador alienante, conjunta e solidariamente com o Comprador, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação for superior ao valor da oferta pública realizada de acordo com o artigo 35 do estatuto social, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o Comprador, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no livro de registro de ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação.

O preço a ser ofertado nas ofertas públicas de que tratam os artigos 33 e 35 do estatuto social deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico das ações a serem adquiridas, apurado em laudo de avaliação, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O laudo de avaliação deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e seu Acionista Controlador, devendo o laudo satisfazer os requisitos do §1º do art. 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo artigo.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	89.666.969	8,44	4,90	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	222.716.561	8,88	4,92	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	313.515.184	12,80	7,71	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	374.986.950	10,88	8,21	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	743.231.359	26,50	11,40	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	217.710.071	11,80	4,80	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	475.768.944	24,20	10,20	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2007

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.024.715	4,25	3,38	R\$ por Unidade
30/06/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.011.963	5,75	4,16	R\$ por Unidade
30/09/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	275.726.174	7,96	5,80	R\$ por Unidade
31/12/2007	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	381.827.322	8,69	7,61	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data base de 31/12/2009 não havia outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que não ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&F BOVESPA S.A sob o código "MAGG3" desde 02/04/2008.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

<i>18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:</i>
a. país
b. mercado
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação
d. data de admissão à negociação
e. se houver, indicar o segmento de negociação
f. data de início de listagem no segmento de negociação
g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício
h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações
i. se houver, banco depositário
j. se houver, instituição custodiante

Na data base de 31/12/09, não havia valores mobiliários emitidos pela Companhia que fossem admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31/12/09, não foram realizadas ofertas públicas de distribuição relativamente aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Até a data base de 31/12/09, o emissor não fez oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiro.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 30 de março de 2010, a Companhia emitiu títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos (*notes*) por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings EINS GmbH (“Rearden”), no valor de US\$ 400 milhões, com vencimento final em 30 de março de 2020 e juros fixos de 7,875% ao ano, pagos semestralmente em 30 de março e 30 de setembro de cada ano. Os títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Mag-Sé Participações Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Os títulos estão sendo negociados na bolsa de Luxemburgo e figura como agente fiduciário (*trustee*), registrador e pagador das *notes*, o Bank of New York Mellon, cujos direitos e obrigações estão definidos na respectiva escritura de emissão das *notes*.

As *notes* não são garantidas por quaisquer bens ou ativos da Companhia e/ou das demais subsidiárias garantidoras, motivo pelo qual, caso a Companhia ou as subsidiárias garantidoras sejam demandadas para quitar as *notes*, os detentores das *notes* serão credores quirografários da Companhia e/ou das subsidiárias garantidoras.

As *notes* impõe restrições à Companhia quanto a distribuição de dividendos, contratação de novas dívidas, aquisição de participações societárias, concessão de garantias, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários, além de determinar a manutenção de determinados índices financeiros sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os recursos captados por meio da oferta foram utilizados principalmente para pagamento integral da dívida da Companhia de que trata o *Senior Export Facility Agreement* celebrado com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A. em 16/9/2009, no valor principal de US\$ 300 milhões.

Os títulos e a garantia não foram e não serão registrados de acordo com o *U.S. Securities Act* de 1933, ou com as leis que regem o mercado de capitais de qualquer Estado ou jurisdição, e serão vendidos somente a compradores institucionais qualificados de acordo com a *Rule 144A do Securities Act*, e fora dos Estados Unidos a investidores não-americanos de acordo com a *Regulation S*.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações da Companhia no período em referência.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2009****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		790.865	0,01	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		790.865	0,01	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2008**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		822.747	6.475.700,53	7,87
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		822.747	6.475.700,53	7,87
Saldo final		0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data base 31/12/2009 não havia valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes***19.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes***

Em 20 de junho de 2008, foi realizada a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 45, §6º da Lei nº 6.404/76, em virtude do cancelamento compulsório de 822.747 ações ordinárias de emissão da Companhia existentes em tesouraria por força do reembolso dessas ações a acionistas dissidentes da incorporação, pela Companhia, das sociedades Magnesita S.A. e Partimag S.A.

Em 20 de fevereiro de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o cancelamento de 790.865 ações ordinárias de emissão da própria Companhia, previamente detidas pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e recebidas pela Companhia conforme autorização emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Não houve desembolso de recursos por parte da Companhia na referida transferência de ações.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

31/03/2008

Cargo e/ou função

São pessoas vinculadas à Política de Negociação a Companhia, seus acionistas controladores diretos e indiretos, acionistas da Companhia que tenham eleito membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, membros do Conselho de Administração, da diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e executivos da Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, em todos os casos, que tenham aderido expressamente à Política de Negociação, estando obrigados a observar as regras ali dispostas.

Principais características

Estão abrangidas nas vedações da política as negociações realizadas direta e indiretamente por pessoas vinculadas, excluídas aquelas realizadas por fundos de investimento dos quais as pessoas vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam diretamente influenciadas pelas pessoas vinculadas. As pessoas vinculadas não transmitirão informação relevante àqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança, exceto se o fornecimento de tal informação for necessário ao exercício das funções ou cargo ocupado pela pessoa vinculada, hipótese em que a pessoa vinculada deverá alertar o destinatário sobre o fato de que se trata de informação relevante, que não pode ser divulgada nem tampouco utilizada para fins de negociação com VM. As pessoas vinculadas deverão assegurar que aqueles com quem mantenham tal relação não negociem VM quando tiverem acesso a informações relevantes não divulgadas. Para tanto, envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem informações relevantes firmem o termo de adesão à Política. Sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de emissão da Cia por pessoa vinculada, que seja de conhecimento público, e sempre que tenha sido celebrado acordo ou contrato para transferência do controle acionário da Cia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para os mesmos fins, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Cia, será vedada a negociação com VM pelas pessoas vinculadas. As vedações para negociação com VM devem ser observadas pelas pessoas vinculadas até a divulgação da informação relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da informação relevante, na hipótese em que eventuais negociações com VM pelas pessoas vinculadas possam interferir, em prejuízo da Cia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado à informação relevante. Mesmo após sua divulgação ao público, a informação relevante deve continuar a ser tratada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a informação relevante. Caso qualquer pessoa vinculada tenha dúvida quanto ao tempo que deva ser considerado como razoável para os fins deste parágrafo, deverá ela recorrer ao Diretor de RI da Cia para os esclarecimentos necessários. O CA da Cia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de ato ou fato relevante, a informação relativa à: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando a transferência do controle acionário da Cia; (ii) ou outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Cia; ou (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Cia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários ou a eles referenciados:

a) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação ou publicação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) exigidas pela CVM, e das demonstrações financeiras da Companhia; e b) entre a data da deliberação do órgão competente referente ao aumento do capital social, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

As pessoas vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou b) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar. Os acionistas controladores, administradores, os conselheiros fiscais e os membros de órgãos com funções técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como de derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições, observados, para fins de tal informação, os prazos previstos no §4º do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM, à BOVESPA e, se for o caso, a outras bolsas de valores e mercado de balcão. Essa comunicação deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso, e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

20.2 - Outras informações relevantes***20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes***

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia aprovou a política de divulgação de informações relevantes e preservação de sigilo (“Política de Divulgação”), descrita no item 21.2, em reunião do Conselho de Administração realizada em 31/03/2008.

Todas as pessoas vinculadas (acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e executivos da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Companhia, tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, seus negócios ou valores mobiliários) devem assinar o termo de adesão à Política de Divulgação.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação, elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca dessas informações.

A divulgação de ato ou fato relevante visa assegurar aos investidores o acesso, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, às informações necessárias para suas decisões de investimento, evitando assimetrias na disseminação das informações, e, ainda, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

A Instrução CVM nº 358/02 contém, em seu artigo 2º, uma lista não exaustiva de exemplos de ato ou fato potencialmente relevantes, e, sem prejuízo das disposições ali contidas, fica estabelecido, em qualquer caso, que os eventos relacionados com atos ou fatos relevantes devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas.

Cabe ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores a comunicação de informação relevante à CVM, à Bovespa e, se for o caso, a outras bolsas de valores e mercado de balcão, de forma simultânea e imediata por meio escrito, detalhando os fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos necessários.

A divulgação de fato relevante deve ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na Bovespa e, se for o caso, demais bolsas de valores e mercado de balcão. Caso haja incompatibilidade de horários com os mercados internacionais, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação devem guardar sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Mesmo após sua divulgação ao público, a informação relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a informação relevante.

As pessoas vinculadas não devem discutir informações relevantes em lugares públicos. Tais assuntos somente poderão ser discutidos com aqueles que tenham a necessidade de conhecer a informação relevante e, em tais casos, as pessoas vinculadas deverão assegurar condições adequadas para que a informação relevante não seja inadvertidamente transmitida, lida ou ouvida por terceiros que não estejam vinculados às Políticas de Divulgação e de Negociação da Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes***21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes***

Todas as informações relevantes e pertinentes foram prestadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor***22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor***

A Companhia firmou parceria com a SOBLOCO Construtora S.A. com o objetivo de desenvolver um empreendimento imobiliário, denominado “Espaço Cerâmica”, em um terreno onde funcionava uma antiga fábrica da Cerâmica São Caetano S.A., sociedade incorporada pela Companhia, localizada em São Caetano do Sul, São Paulo. O projeto consiste na divisão do terreno, com área total de 195.938,06 m², em diversas “macrozonas” de ocupação, cujo uso permitido seria dividido em residencial, comercial e industrial, prevendo-se ainda a construção de um shopping center pela MULTIPLAN Empreendimentos Imobiliários, conforme correspondência devidamente enviada à CVM em 11/09/09.

No âmbito do empreendimento imobiliário “Espaço Cerâmica”, firmou-se, em 18 de maio de 2007, com a Londres Empreendimentos S.A e a Costa São Caetano Empreendimentos S.A., “Protocolo de Intenções e Outras Avenças”, por meio do qual tais sociedades manifestaram interesse na aquisição de lotes do empreendimento imobiliário, com área total de 27.075,50 m², pelo preço certo e ajustado de R\$ 32.490.600,00, preço este posteriormente majorado (para maiores informações sobre o Protocolo de Intenções e Outras Avenças, vide item 22.3 deste formulário). Aproximadamente 70% deste ativo foram vendidos e estão em fase de liquidação financeira conforme prazos acordados e o restante é composto por lotes que serão vendidos ao longo dos próximos 4 anos.

Também em 23/04/2008 a Companhia alienou áreas rurais localizadas em Uberaba, Minas Gerais, Brasil, que representavam uma área de aproximadamente 2.265,87 hectares.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em 27/09/2007 a RPAR Holding S.A adquiriu, por meio de participação direta e indireta, a Magnesita S.A – empresa que era controlada pela família Pentagna Guimarães desde a sua fundação em 1939. Até o ano de 2007, controle acionário da Companhia era dividido entre os membros da família, direta ou indiretamente.

Em 21/02/2008, a RPAR Holding S.A incorporou as operações da Magnesita S.A e mudou sua razão social para Magnesita Refratários S.A. A aquisição da Magnesita S.A. pela RPAR Holding S.A., agora Magnesita Refratários S.A., modificou o controle acionário da Companhia, bem como suas diretrizes.

Depois da aquisição, o controle acionário da Companhia passou a ser representado pelos grupos GP e Gávea. Assim, a Companhia passou por uma extensa reestruturação: redução de custos de operação, diminuição do número de funcionários, política de meritocracia, remuneração variável, política orçamentária, dentre outros aspectos que visaram tornar a Magnesita mais competitiva no mercado. A Companhia também adotou como estratégia atuar em mercados internacionais de forma mais representativa. Nessa linha, em 07/09/2008, a Magnesita Refratários S.A. adquiriu a LWB Refractories e se tornou a 3ª maior Companhia de refratários do mundo. Esta aquisição possibilitou que a Magnesita tivesse operações nos Estados Unidos, Bélgica, França, Alemanha, China e Taiwan – além da Argentina cuja fábrica a Companhia já detinha. Após a aquisição da LWB, o controle acionário foi modificado significativamente mais uma vez: o grupo Rhone passou a fazer parte do grupo dos acionistas controladores. O Grupo Rhone é um fundo estrangeiro de *private equity* que detinha o controle acionário da LWB.

Desde então, a Magnesita Refratários S.A. se tornou uma empresa global, que possui aproximadamente 300 clientes em todo o mundo, cerca de 7.000 funcionários, com operações em 4 continentes e busca nos próximos anos se tornar a maior empresa de refratários do mundo.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Na data base de 31/12/09, não havia contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pela Companhia foram incluídas nos campos próprios deste formulário.